



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

EDITAL Nº XXX

ANEXO 46
MINUTA DE CONTRATO



ÍNDICE

CAPÍTULO I.	DISPOSIÇÕES GERAIS	8
Cláusula 1.	DEFINIÇÕES	8
Cláusula 2.	ANEXOS	20
Cláusula 3.	LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	22
Cláusula 4.	INTERPRETAÇÃO	22
CAPÍTULO II.	CONCESSÃO	25
Cláusula 5.	OBJETO DA CONCESSÃO	25
Cláusula 6.	MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO	29
Cláusula 7.	CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	29
Cláusula 8.	PRAZO DA CONCESSÃO	36
Cláusula 9.	VALOR ESTIMADO DO CONTRATO	37
CAPÍTULO III.	RECEITAS DE EXPLORAÇÃO	38
Cláusula 10.	RECEITA TARIFÁRIA	38
Cláusula 11.	RECEITAS ACESSÓRIAS	42
Cláusula 12.	REAJUSTE	44
Cláusula 13.	PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA	48
Cláusula 14.	VALOR DA TARIFA PÚBLICA E SEU REAJUSTE	50
CAPÍTULO IV.	SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM	52
Cláusula 15.	FUNCIONAMENTO ATUAL E FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO	52
Cláusula 16.	REGRAS DA FUTURA ASSOCIAÇÃO	61
Cláusula 17.	ADESÃO DE FUTUROS ASSOCIADOS	68
CAPÍTULO V.	BENS VINCULADOS À CONCESSÃO	69
Cláusula 18.	BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	69
Cláusula 19.	DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO	71
Cláusula 20.	DA REVERSIBILIDADE DOS BENS	72
Cláusula 21.	DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO	75
CAPÍTULO VI.	CONCESSIONÁRIA	81
Cláusula 22.	DA ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA	81
Cláusula 23.	DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE	82
Cláusula 24.	DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE	83
Cláusula 25.	CAPITAL SOCIAL	83
Cláusula 26.	DA ALTERAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA SPE	85



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 27. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE	90
CAPÍTULO VII. OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DOS TERMINAIS	94
Cláusula 28. DISCIPLINA DE OPERAÇÃO	94
Cláusula 29. DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.....	100
CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES	102
Cláusula 30. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE	102
Cláusula 31. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA	105
Cláusula 32. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR	116
CAPÍTULO IX. USUÁRIOS	119
Cláusula 33. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS.....	119
Cláusula 34. OUVIDORIA.....	121
CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS	123
Cláusula 35. ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO	123
Cláusula 36. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA	123
Cláusula 37. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE	127
Cláusula 38. DOS RISCOS COMPARTILHADOS	129
Cláusula 39. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	131
Cláusula 40. PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO	134
Cláusula 41. REVISÃO ORDINÁRIA	140
CAPÍTULO XI. INVESTIMENTOS ADICIONAIS	146
Cláusula 42. INVESTIMENTOS ADICIONAIS	146
Cláusula 43. PROCEDIMENTO.....	147
Cláusula 44. RESPONSABILIDADES E RISCOS DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADOS AOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS.....	151
Cláusula 45. RESPONSABILIDADES E RISCOS DO PODER CONCEDENTE NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS	160
Cláusula 46. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS	161
CAPÍTULO XII. GARANTIAS E SEGUROS	163
Cláusula 47. GARANTIAS	163
Cláusula 48. SEGUROS.....	169
CAPÍTULO XIII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO	175
Cláusula 49. FISCALIZAÇÃO	175
CAPÍTULO XIV. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS	182



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Cláusula 50.	RESPONSABILIDADE GERAL.....	182
Cláusula 51.	CONTRATOS COM TERCEIROS.....	182
Cláusula 52.	DA SUBCONTRATAÇÃO	183
Cláusula 53.	DA SUBCONCESSÃO	185
CAPÍTULO XV. INTERVENÇÃO.....		186
Cláusula 54.	INTERVENÇÃO	186
CAPÍTULO XVI. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO		190
Cláusula 55.	CASOS DE EXTINÇÃO	190
Cláusula 56.	ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL.....	191
Cláusula 57.	ENCAMPAÇÃO	192
Cláusula 58.	CADUCIDADE	193
Cláusula 59.	RESCISÃO	198
Cláusula 60.	FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA	198
Cláusula 61.	ANULAÇÃO DA CONCESSÃO	199
CAPÍTULO XVII. SANÇÕES E PENALIDADES		201
Cláusula 62.	SANÇÕES E PENALIDADES	201
Cláusula 63.	DO PROCEDIMENTO	207
CAPÍTULO XVIII. INTERVENIENTES-ANUENTES.....		209
Cláusula 64.	RESPONSABILIDADE	209
CAPÍTULO XIX. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....		210
Cláusula 65.	DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS.....	210
Cláusula 66.	ARBITRAGEM	213
Cláusula 67.	FORO	216
CAPÍTULO XX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS.....		217
Cláusula 68.	CONTAGEM DE PRAZOS.....	217
Cláusula 69.	EXERCÍCIO DE DIREITOS.....	217
Cláusula 70.	INVALIDADE PARCIAL.....	217



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONTRATO STM Nº ____ / 2017

Aos [•] dias do mês de [•] de 2017, de um lado, na qualidade de PODER CONCEDENTE, o ESTADO de São Paulo, por intermédio de sua SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS, doravante denominada STM, sediada à Rua Boa Vista, nº 175 – Centro – São Paulo – SP, representada pelo Secretário dos Transportes Metropolitanos, _____, portador do RG _____, e inscrito no CPF/MF sob o nº _____, nomeado por decreto de nomeação do Governador, publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo – DOE/SP de ____ de ____ de ____, e de outro, na qualidade de CONCESSIONÁRIA, a [Contratada], com sede na [•], representada na forma de seus atos constitutivos por seu [Nome e cargo do Representante da Contratada] e seu [Nome e cargo do Representante da Contratada], com a interveniência/anuência da EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A., doravante denominada EMTU, sediada à Rua Quinze de Novembro, nº 244 – Centro – São Paulo – SP, representada na forma de seus estatutos sociais por seu Diretor Presidente, _____, e por seu Diretor de Gestão Operacional, _____, e

CONSIDERANDO que o Plano Integrado de Transportes Urbanos – PITU estabelece as ações de planejamento e de estratégias a serem levados em consideração no âmbito da implantação das políticas públicas relacionadas aos serviços de transporte;

CONSIDERANDO que o PITU teve sua última atualização em dezembro de 2006 e definiu como prioritária, até o ano de 2025 (PITU 2025), a implantação de políticas públicas relacionadas à disponibilização e à melhoria dos serviços de transporte coletivo metropolitano de passageiros na Região Metropolitana de São Paulo – RMSP;

CONSIDERANDO que no PITU 2025 houve o reconhecimento de que o estabelecimento de parcerias de longo prazo entre o Governo do Estado de São Paulo e a iniciativa privada poderão gerar benefícios para a prestação dos serviços prioritários, uma vez que tal modelo de interação com o mercado traz resultados



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

positivos se comparado à atuação isolada do ESTADO na implantação das políticas públicas de transportes de passageiros na RMSP¹;

CONSIDERANDO que com a edição da LEI DE MOBILIDADE URBANA, que instituiu a Política Nacional de Mobilidade Urbana - PNMU, as concessões e as permissões de serviços de transporte passaram a ter um regime econômico e financeiro próprio, por meio do qual a TARIFA DE REMUNERAÇÃO, paga pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, é dissociada da TARIFA PÚBLICA, conferindo ao ESTADO maior liberdade na implementação da política tarifária e também a adoção de outras fontes de custeio para o pagamento à CONCESSIONÁRIA, de forma a cobrir os reais custos do serviço prestado;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar maior eficiência na gestão, no planejamento, no regulamento e na fiscalização do sistema de arrecadação centralizada das TARIFAS PÚBLICAS cobradas pelo PODER CONCEDENTE, por meio da dissociação das atividades de arrecadação e de bilhetagem daquelas atividades afetas aos operadores de ônibus, a partir da criação do Serviço de Arrecadação do Transporte Metropolitano do Estado de São Paulo - SATM,

CONSIDERANDO que o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização – CDPED aprovou a modelagem final e autorizou a delegação dos SERVIÇOS, sob o regime de concessão, conforme consta da ata da [•] reunião ordinária do CDPED realizada no dia [•];

CONSIDERANDO que em virtude da decisão acima mencionada, a STM, de acordo com as competências legais que lhe foram atribuídas, realizou regular LICITAÇÃO na modalidade de CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL, cujo objeto foi adjudicado à CONCESSIONÁRIA, por ato publicado no DOE no dia [•], edição de n.º [•];

¹"o problema dos transportes não se resolverá exclusivamente como política setorial fechada em si mesma. E a visão de uma cidade mais sustentável, concebida no PITU 2020 e mantida nesta edição (ver Introdução) só será alcançada se houver apropriada interação de várias funções urbanas, regidas pelas correspondentes políticas públicas e dinamizadas pelas forças de mercado".



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RESOLVEM, de comum acordo, firmar o presente CONTRATO, para realização do OBJETO da CONCESSÃO, que será regido pelas cláusulas e condições aqui previstas, por seus ANEXOS, pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º [•/2016] e de seus anexos, pela PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, integrantes deste instrumento, e pela Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012; da Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; da Lei Estadual n.º 7.835, de 08 de maio de 1992; da Lei Estadual n.º 9.361 de 5 de julho de 1.996; da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993; e, no que couber, da Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, e consoante o Decreto Estadual n.º [•], de [•] de [•] de 2016, bem como demais normas que regem a matéria.



CAPÍTULO I. DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1. DEFINIÇÕES

1.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo quando houver disposição expressa em contrário, os termos, frases e expressões listadas abaixo, quando utilizados neste CONTRATO e seus ANEXOS e redigidos em letras maiúsculas, deverão ser compreendidos e interpretados de acordo com os seguintes significados:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABRIGOS	Infraestrutura (metálica ou concreto armado) instalada nos Pontos de Parada que objetiva oferecer resguardo e proteção contra as intempéries.
ADJUDICATÁRIA	Licitante que se sagrou vencedora da LICITAÇÃO, à qual foi adjudicado o objeto da CONCESSÃO.
ANEXOS	Anexos ao CONTRATO, relacionados na Cláusula 2 deste CONTRATO.
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ÁREA DE OPERAÇÃO	Área geográfica correspondente à região compreendida entre os municípios de [preencher conforme o lote], todos integrantes da RMSP, abrangida pelo LOTE [•] da CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL.
ASSOCIAÇÃO	Entidade a ser constituída conjuntamente pelas CONCESSIONÁRIAS dos lotes 1 a 5 e que será responsável pela implantação, operação e manutenção do SATM em todos os VEÍCULOS, GARAGENS, ESTAÇÕES,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	TERMINAIS.
BENS INTEGRANTES	Todos aqueles bens necessários à prestação dos SERVIÇOS, conforme CLAUSULA 18 do CONTRATO
BENS PRIVADOS	Bens de propriedade da CONCESSIONÁRIA, que, não obstante serem destinados à prestação dos SERVIÇOS, não são considerados BENS REVERSÍVEIS.
BENS REVERSÍVEIS	Ativos fixos cedidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA na DATA DE TRANSFERÊNCIA, descritos no ANEXO 1, bem como os bens vinculados e necessários à continuidade da prestação dos SERVIÇOS, desapropriados, construídos, adquiridos, produzidos/fabricados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, durante o prazo da CONCESSÃO, nos termos e condições previstos neste CONTRATO
BENS VINCULADOS	Bens utilizados na prestação adequada e contínua dos SERVIÇOS, compostos pelos BENS REVERSÍVEIS e pelos BENS PRIVADOS.
CDPED	Conselho do Programa Estadual de Desestatização criado pelo artigo 4º da Lei Estadual n.º 9.361, de 05 de junho de 1996.
CONCESSÃO	Delegação da prestação dos SERVIÇOS, por intermédio da conjugação dos regimes previstos na LEI DE MOBILIDADE URBANA e na LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, sendo este último regrado no âmbito estadual pela LEI ESTADUAL DE CONCESSÕES.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA	Vencedor da licitação que firmou o presente CONTRATO com o PODER CONCEDENTE.
CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL	Modalidade de licitação prevista na LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES que foi eleita para a LICITAÇÃO.
CONSÓRCIO	Grupo de pessoas jurídicas que se unem objetivando agregar capacitação técnica, econômica e financeira para a participação na LICITAÇÃO.
CONTA DE ARRECAÇÃO	Conta bancária instituída pela ASSOCIAÇÃO, em cotitularidade com o PODER CONCEDENTE, na modalidade de conta de depósito, junto a uma das 20 (vinte) melhores instituições financeiras classificadas no último Relatório dos 50 (cinquenta) maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil, para movimentação exclusiva dos valores arrecadados no SATM.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
CONTRATO	Presente instrumento que formaliza os termos e condições da CONCESSÃO, contendo os ANEXOS mencionados na Cláusula 2 e a PROPOSTA da CONCESSIONÁRIA, sendo regido também pelas disposições constantes do EDITAL da CONCORRÊNCIA n.º [•/2016] e de seus anexos.
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CMT	Consórcio Metropolitano de Transportes



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
CCO ou CENTRAL DE CONTROLE OPERACIONAL	Local físico onde são efetuadas a Supervisão e o Controle Operacional dos seguintes sistemas: <ul style="list-style-type: none">• Sistema Automatizado de Controle de Oferta• Sistema de Vídeo Monitoramento de Infraestrutura por Circuito Fechado de Televisão – MIC• Sistema de Monitoramento de Veículos por Câmeras – MVC• Sistema de Comunicação e Alarme – CAL Painéis de Mensagens Variáveis – PMV
CRLV ou CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULOS	Documento que concede o direito de livre tráfego ao veículo.
DATA DE ASSINATURA	Data de assinatura deste CONTRATO pelos representantes do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA, independente de publicação do extrato do CONTRATO no DOE.
DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO	Direitos, receitas e recebíveis da CONCESSÃO, incluindo a RECEITA TARIFÁRIA e as RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos estabelecidos no CONTRATO
DOE	Diário Oficial do Estado de São Paulo.
EDITAL	Edital de Licitação da Concorrência Internacional nº 01/2014, Anexo [.] ao presente CONTRATO.
EMTU/SP	Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

ESTADO	Estado de São Paulo.
ETAPA PRELIMINAR	Compreende a execução de mobilização da FROTA e demais recursos necessários à operação do SISTEMA REGULAR, de acordo com as obrigações listadas na Clausula Sétima.
FINANCIADOR	Toda e qualquer instituição financeira, banco de fomento ou agência multilateral de crédito, que conceda financiamento à CONCESSIONÁRIA para a implementação do objeto da CONCESSÃO, e/ou qualquer agente fiduciário ou representante agindo em nome dos mesmos.
FROTA	Conjunto de veículos pertencentes a uma mesma empresa.
GARANTIA DE EXECUÇÃO	Garantia apresentada pela CONCESSIONÁRIA, visando assegurar a execução do CONTRATO em todos os seus termos e condições.
GARANTIA DE FROTA	Garantia destinada a assegurar a plena disponibilidade da FROTA necessária à prestação dos SERVIÇOS até a comprovação de sua plena disponibilidade pela CONCESSIONÁRIA.
GARANTIA DE GARAGEM	Garantia destinada a assegurar a plena disponibilidade das GARAGENS necessária à prestação dos SERVIÇOS até a comprovação de sua plena disponibilidade pela CONCESSIONÁRIA.
GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO	Conjunto de TARIFAS DE REMUNERAÇÃO devidas à CONCESSIONÁRIA.
GRADE TARIFÁRIA PÚBLICA	Conjunto de TARIFAS PÚBLICAS cobradas dos USUÁRIOS dos SERVIÇOS.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

GESP	Governo do Estado de São Paulo.
INFRAESTRUTURA EXISTENTE	Conjunto de terminais, corredores, abrigos, estações de passagens atualmente existentes, bem como todos os equipamentos transferidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA
INFRAESTRUTURA	INFRAESTRUTURA EXISTENTE e aquelas implantadas na ÁREA DE OPERAÇÃO pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, nos termos do CONTRATO.
INVESTIMENTOS ADICIONAIS	Investimentos necessários à expansão, à modernização e/ou ao aperfeiçoamento dos SERVIÇOS, bem como à ampliação da INFRAESTRUTURA EXISTENTE, essenciais à própria natureza da CONCESSÃO.
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPC-FIPE	Índice de Preços ao Consumidor divulgado Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.
IQT	Índice de Qualidade do Transporte
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo
LEI DE MOBILIDADE URBANA	Lei Federal n.º 12.587, de 03 de janeiro de 2012, que <i>“institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana; revoga dispositivos dos Decretos-Leis nºs 3.326, de 3 de junho de 1941, e 5.405, de 13 de abril de 1943, da Consolidação das Leis do Trabalho</i>



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	<i>(CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.917, de 10 de setembro de 1973, e 6.261, de 14 de novembro de 1975; e dá outras providências”.</i>
LEI ESTADUAL DE CONCESSÕES	Lei Estadual n.º 7.835, de 08 de maio de 1992, que <i>“dispõe sobre o regime de concessão de obras públicas, de concessão e permissão de serviços públicos e dá providências correlatas”.</i>
LEI ESTADUAL DE LICITAÇÕES	Lei Estadual n.º 6.544, de 22 de novembro de 1989, que <i>“dispõe sobre o estatuto jurídico das licitações e contratos pertinentes a obras, serviços, compras, alienações, concessões e locações no âmbito da Administração Centralizada e Autárquica”.</i>
LEI ESTADUAL DO PED	Lei Estadual n.º 9.631, de 05 de junho de 1996, que <i>“cria o Programa Estadual de Desestatização - PED”.</i>
LEI FEDERAL DE CONCESSÕES	Lei Federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que <i>“dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências”.</i>
LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES	Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, que <i>“regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências”.</i>
LICITAÇÃO	Procedimento administrativo do qual resultou a delegação da CONCESSÃO à CONCESSIONÁRIA, regido nos termos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	previstos no EDITAL e seus anexos.
LINHA DE ÔNIBUS COMUM	Linhas de ônibus compostas por veículos do tipo urbano, sendo permitido o transporte de passageiros em pé, nos limites fixados pela regulamentação da STM, conforme artigo 5º, §1º, do Decreto Estadual n.º 24.675/1986.
LINHA DE ÔNIBUS ESPECIAL	Linhas destinadas à execução de serviços especiais, criadas pela STM, conforme artigo 9º, § 1º, do Decreto Estadual n.º 24.675/1986.
LINHA DE ÔNIBUS SELETIVA	Linhas de ônibus compostas por veículos especiais, com uma única porta, além da de emergência, sendo vedado o transporte de passageiros em pé, conforme artigo 5º, §2º, do Decreto Estadual n.º 24.675/1986.
LINHAS DE ÔNIBUS	LINHAS DE ÔNIBUS COMUM, SELETIVA E ESPECIAL existentes ou que vierem a existir na ÁREA DE OPERAÇÃO, incluídos os serviços complementares.
LINHA EXPRESSA	Linhas de ônibus que cumprem itinerário com paradas somente em seus pontos terminais.
LINHA SEMI-EXPRESSA	Linhas de ônibus que cumprem itinerário com paradas somente em pontos de embarque/desembarque de maior relevância de demanda, definidos pelo PODER CONCEDENTE.
METODOLOGIA DE EXECUÇÃO	O conjunto de informações técnicas e operacionais apresentado pela LICITANTE para a exploração do OBJETO da CONCESSÃO, em conformidade com as orientações constantes nos ANEXO 39 e 41.
METRÔ	Companhia do Metropolitano de São Paulo



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

OPERAÇÃO GLOBAL	Disponibilização para operação da frota total constante do Elemento "A" da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO em até 300 (trezentos) dias da data de assinatura do CONTRATO.
ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS	Documento emitido pelo PODER CONCEDENTE informando que a CONCESSIONÁRIA está apta à operação comercial de todos os SERVIÇOS
ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS	Documento emitido pelo PODER CONCEDENTE informando que a CONCESSIONÁRIA está apta à operação comercial de parte dos SERVIÇOS.
OPERAÇÃO PARCIAL	Disponibilização para operação da frota parcial constante do Elemento "A" da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO
ORDEM DE MOBILIZAÇÃO	Disponibilização para operação da frota parcial constante do Elemento "A" da METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.
PAESE	Plano de apoio entre empresas de transporte frente a situações de emergência, conforme ANEXO 28.
PARTES	PODER CONCEDENTE, EMTU e CONCESSIONÁRIA.
PASSAGEIRO EQUIVALENTE	É a média ponderada do número de passageiros, considerando o valor da Tarifa paga por cada passageiro.
PASSAGEIROS EFETIVAMENTE TRANSPORTADOS	O USUÁRIO do SISTEMA contabilizado pelos validadores existentes nas LINHAS DE ÔNIBUS e demais veículos de baixa e média capacidade do SISTEMA.
PASSAGEIROS	Os USUÁRIOS do SISTEMA DE



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TRANSPORTADOS	TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS contabilizado ou não pelos validadores existentes nas LINHAS DE ÔNIBUS e demais veículos de baixa e média capacidade do SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS.
PITU	Plano Integrado de Transportes Urbanos criado pela STM.
PNMU	Política Nacional de Mobilidade Urbana do Governo Federal, cujas diretrizes foram instituídas pela LEI DE MOBILIDADE URBANA.
PODER CONCEDENTE	Estado de São Paulo, representado pela STM.
PONTOS DE PARADA	Locais destinados ao embarque e desembarque de passageiros do sistema de transporte público coletivo
PRAZO DA CONCESSÃO	Prazo de 15 (quinze) anos, contados da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da primeira ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS
PROPOSTA VENCEDORA	Proposta comercial apresentada pela ADJUDICATÁRIA no âmbito da LICITAÇÃO.
QID ou QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO	Índice deflator decorrente da aferição do indicadores de desempenho referente à avaliação da qualidade dos SERVIÇOS, com valor entre 0 e 1, calculado conforme a Cláusula 28; e ANEXO 36, Apêndice C.
REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE CRÉDITOS E CARTÕES	Conjunto de postos de processamento local de cartões eletrônicos para carregamento de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	créditos eletrônicos e comercialização de direitos de viagem, interligado através de uma rede de comunicação de dados.
RECEITAS ACESSÓRIAS	Receitas oriundas de outras fontes de receitas alternativas, adicionais, complementares, acessórias ou de projetos associados.
RECEITAS COMPLEMENTARES DA ASSOCIAÇÃO	Receitas não diretamente relacionadas com a prestação do SERVIÇO.
RMSP	Região Metropolitana de São Paulo criada pela Lei Complementar Federal n.º 14, de 8 de junho de 1973 e regradada no âmbito estadual pela Lei Complementar Estadual n.º 94, de 2 de maio de 1974, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 1.139, de 16 de junho de 2011.
RECEITA TARIFÁRIA	Receitas obtidas pela CONCESSIONÁRIA em razão da cobrança da TARIFA dos USUÁRIOS.
SATM	Sistema de Arrecadação do Transporte Metropolitano de Passageiros do Estado de São Paulo.
SEÇÃO TARIFÁRIA	Valor de TARIFA PÚBLICA devida pelo usuário da LINHA DE ÔNIBUS, conforme o intervalo de distância mínimo e máximo por ele percorrido.
SERVIÇOS	Serviços objeto deste CONTRATO, conforme sua Cláusula 5.1.
SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS	Serviço público de transporte coletivo de passageiros na RMSP prestados pelo SISTEMA REGULAR de LINHAS DE ÔNIBUS e pelos demais veículos de baixa e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	média capacidade, atuais e que vierem a ser implantados, envolvendo as atividades de operação, de manutenção, de conservação do SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS.
SERVIÇOS DE ARRECAÇÃO E BILHETAGEM	Conjunto de atividades de distribuição, comercialização e remição de créditos armazenados em cartões eletrônicos, através da operação e manutenção do SATM.
SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS	Sistema composto pelo SISTEMA REGULAR e demais veículos de baixa e média capacidade existentes ou futuramente implantados na RMSP.
SISTEMA REGULAR	Sistema que compreende as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS, SELETIVAS e ESPECIAIS, conforme Decreto Estadual n.º 24.675, de 30 de janeiro de 1986.
SISTEMA VIÁRIO	Conjunto de vias públicas da ÁREA DE OPERAÇÃO nas quais as LINHAS DE ÔNIBUS são operadas.
SPE	Sociedade de propósito específico, constituída sob a forma de sociedade anônima, conforme a lei brasileira e segundo as disposições previstas neste CONTRATO, com a finalidade específica de prestar os SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.
STM	Secretaria de Estado dos Transportes Metropolitanos
VALOR DO CONTRATO	Valor estimado calculado com base no somatório dos valores nominais das estimativas de receitas no período da CONCESSÃO
VEÍCULO	Meio de transporte dotado de motor próprio,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	capaz de se locomover em virtude do impulso (propulsão) ali produzido, consoante modelos relacionados no ANEXO 14.
TARIFA DE REMUNERAÇÃO	Valores que compõem a GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO pagos à CONCESSIONÁRIA.
TARIFA PÚBLICA	Preços públicos que compõem a GRADE TARIFÁRIA PÚBLICA cobrados dos usuários dos SERVIÇOS, definidos pelo PODER CONCEDENTE em função da extensão das LINHAS DE ÔNIBUS e dos veículos que compõem o SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO DE PASSAGEIROS.
TAXA DE FISCALIZAÇÃO	Montante devido em razão das atividades de gerenciamento e fiscalização da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, no valor correspondente a 3,86% (três vírgula oitenta e seis por cento)
TERMINAIS	Local de concentração de ligações com a finalidade de embarque/desembarque, transbordo de passageiros, racionalização do sistema e regulação da frota.
USUÁRIO	Pessoa física que tenha acesso e se utiliza dos SERVIÇOS.

Cláusula 2. ANEXOS

2.1. Integram este CONTRATO os seguintes ANEXOS:

Nº	ASSUNTO DOS ANEXOS
1	Detalhamento do Objeto
2	Decretos e Resoluções sobre o transporte coletivo intermunicipal
3	Relação das linhas existentes e frota atual



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

4	Linhas – Características operacionais autorizadas – NÃO DISPONIBILIZADO
5	Número de passageiros transportados de out/14 a set/15
6	Quilometragem de out/14 a set/15
7	Receita out/14 a set/15
8	Grade tarifária vigente
9	Plano básico de operação
10	Definições, critérios e procedimentos para dimensionamento e alteração da rede de transporte
11	Diretrizes de racionalização operacional
12	Plano Integrado de Transportes Urbanos – PITU 2025
13	Acessibilidade
14	Especificação dos veículos
15	Comunicação visual dos veículos
16	Publicidade nos veículos
17	Procedimentos de manutenção veicular
18	Padronização dos Uniformes
19	Sistema de Arrecadação e Controle (Bilhetagem Eletrônica – SBE)
20	Sistema Automatizado de Controle de Oferta
21	Central de Controle Operacional - CCO
22	Características da(s) Garagem(ns)
23	Corredores, Terminais e Estações
24	Abrigos e Pontos de Parada
25	Especificação Básica para Operação dos Terminais Metropolitanos
26	Regulamento do uso das áreas e espaços para comércio, publicidade e serviços na infraestrutura
27	Comunicação visual da infraestrutura
28	Procedimentos em vigor do PAESE
29	Plano Básico de Manutenção da Infraestrutura
30	Atendimento entre áreas de Concessões distintas
31	Sistemas inteligentes para operação de ônibus
32	Relação de receitas acessórias previstas
33	Especificação dos serviços da Central de Relacionamento com os Clientes e Central de Operação
34	Informações que deverão ser encaminhadas à EMTU/SP
35	Manual Técnico de Padronização de Arquivo
36	Parâmetros de desempenho e indicadores de monitoramento
37	Tabela de equivalência de veículos
38	Modelo de Negócio - Instrução para Projeção das Receitas, dos Custos e do Fluxo de Caixa Detalhado da CONCESSÃO
39	Tabelas da Metodologia de Execução
40	Tabelas do Modelo de Negócio
41	Diretrizes para elaboração da metodologia de execução



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

42	Declaração de disponibilidade de recursos
43	Modelo de Proposta Comercial
44	Elementos para caução e garantias de contrato
45	Sanções
46	Minuta do Contrato
47	Declaração de Pleno atendimento
48	Termo de Ciência e de Notificação do TCE
49	Atestados para habilitação
50	Carta de Credenciamento
51	Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho
52	Declaração de Regular Funcionamento
53	Declaração de inexistência de fato impeditivo
54	Declaração de atendimento à Lei Estadual nº 10.218 - 1999
55	Modelo de declaração de regularidade art. 117 da CE-SP
56	Declaração CADIN
57	Declaração de pleno conhecimento

Cláusula 3. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 3.1. Este CONTRATO é regido pelas regras estabelecidas neste CONTRATO e em seus ANEXOS, pela LEI DE MOBILIDADE URBANA, pela LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, pela LEI ESTADUAL DE CONCESSÕES, pela Lei Estadual n.º 9.361, de 05 de junho de 1996 e, subsidiariamente, pela LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES e LEI ESTADUAL DE LICITAÇÕES, pelo Decreto Estadual nº _____, de ____ de ____ de 2016, bem como as demais normas vigentes e aplicáveis ao presente caso, inclusive aquelas constantes do ANEXO 2 deste CONTRATO.
- 3.2. O PODER CONCEDENTE poderá autorizar a EMTU, qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, ou mesmo terceiros contratados, a exercer quaisquer atribuições delegáveis previstas no CONTRATO, independentemente de aviso prévio à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 4. INTERPRETAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

4.1. Para os fins deste CONTRATO, salvo nos casos em que haja expressa disposição em contrário:

- (i) As definições deste CONTRATO, expressas na Cláusula 1, têm os significados atribuídos naquela cláusula, seja no plural ou no singular;
- (ii) Todas as referências neste CONTRATO para designar cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões referem-se às cláusulas, subcláusulas ou demais subdivisões do corpo deste CONTRATO, salvo quando expressamente dispuser de maneira diversa;
- (iii) Os pronomes de ambos os gêneros deverão considerar, conforme o caso, as demais formas pronominais;
- (iv) Todas as referências ao presente CONTRATO ou a qualquer outro documento relacionado à CONCESSÃO deverão considerar eventuais alterações e/ou aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES;
- (v) toda a referência feita à legislação e aos regulamentos deverá ser compreendida como referência à legislação e aos regulamentos vigentes à época do caso concreto e a ele aplicáveis, de qualquer esfera da federação e consideradas suas alterações; e
- (vi) a utilização neste CONTRATO dos termos “incluindo” ou “inclusive” significa “incluindo, mas não se limitando” ou “inclusive, mas sem se limitar a”.

4.2. Controvérsias que porventura existam na aplicação e/ou na interpretação dos dispositivos e/ou documentos relacionados à CONCESSÃO, resolver-se-ão da seguinte forma:

- (i) Considerar-se-á, em primeiro lugar, a redação deste CONTRATO, que prevalecerá sobre todos os demais documentos da relação contratual, incluindo o EDITAL e os ANEXOS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Em caso de divergências entre o EDITAL e os seus Anexos, prevalecerá o EDITAL;
- (iii) Em caso de divergências entre os ANEXOS, prevalecerão os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Em caso de divergência entre os ANEXOS elaborados pelo PODER CONCEDENTE, prevalecerá o mais recente.



CAPÍTULO II. CONCESSÃO

Cláusula 5. OBJETO DA CONCESSÃO

5.1. Constitui objeto da CONCESSÃO, na ÁREA DE OPERAÇÃO, que compreende os municípios de [.], todos integrantes da RMSP:

5.1.1. A prestação dos SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO METROPOLITANO, nos termos da Cláusula 5.2;

5.1.2. A operação, a manutenção e a conservação da INFRAESTRUTURA, inserida na ÁREA DE OPERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 5.3;

5.1.3. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos prescritos na Cláusula 5.5;

5.1.4. A gestão, em regime de coparticipação com as demais concessionárias ou delegatárias responsáveis pela prestação de serviços públicos de transportes coletivos de passageiros, indicadas pelo PODER CONCEDENTE, dos serviços de implantação, de operação e de manutenção do SATM, nos termos da Cláusula 5.4;

5.1.5. A exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, a partir da DATA DE ASSINATURA, na forma e nas condições previstas na Cláusula 11 deste CONTRATO.

5.2. Os serviços previstos na Cláusula 5.1.1 compreendem as seguintes atividades, as quais deverão ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, sob sua exclusiva responsabilidade, em conformidade com as especificações e os padrões especificados neste CONTRATO e na regulamentação da STM e da EMTU, bem como nas demais normas aplicáveis:

- (i) a operação da FROTA das LINHAS DE ÔNIBUS e demais veículos de baixa e média capacidade de todo o SISTEMA REGULAR na ÁREA DE



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

OPERAÇÃO, atuais e que vierem a ser implantados, conforme ANEXO 03;

- (ii) A implantação, a operação e a manutenção do sistema automatizado de controle de oferta, conforme ANEXO 20; e
- (iii) A implantação, a operação e a manutenção da Central de Controle Operacional - CCO, conforme ANEXO 21.

5.2.1. A Central de Controle Operacional - CCO de que trata a Cláusula 5.2, inciso (iii), deverá ser implantada pela CONCESSIONÁRIA em até 300 (trezentos) dias, contados da DATA DA ASSINATURA, com todas as características técnicas e operacionais previstas no ANEXO 21, a fim de:

- (i) Possibilitar a efetiva gestão, pela CONCESSIONÁRIA, da operação das LINHAS DE ÔNIBUS durante todo o período da CONCESSÃO, permitindo o total acesso das informações à EMTU e ao PODER CONCEDENTE;
- (ii) Propiciar o controle e monitoramento da FROTA e da INFRAESTRUTURA em tempo real, através de informações georreferenciadas de localização da FROTA e de visualização de imagens de câmeras localizadas nos veículos e em pontos estratégicos dos TERMINAIS e do SISTEMA VIÁRIO, sendo capaz de centralizar ações, transmitir decisões aos funcionários em campo e coletar informações para levantamento de indicadores.

5.2.2. A operação dos serviços previstos na Cláusula 5.1.1 apenas será iniciada após cumprimento integral das atividades de implantação mencionadas na Cláusula 5.4, e demais ações, etapas e diretrizes constantes no ANEXO 19.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

5.3. Os serviços previstos na Cláusula 5.1.2 compreendem as seguintes atividades, as quais deverão ser prestadas pela CONCESSIONÁRIA, sob sua exclusiva responsabilidade, em conformidade com os padrões e as especificações estabelecidas neste CONTRATO e na regulamentação da STM e da EMTU, bem como nas demais normas aplicáveis:

- (i) A operação, a manutenção e a conservação do conjunto de TERMINAIS e estações de transferência, implantados e a serem implantados, na ÁREA DE OPERAÇÃO;
- (ii) A operação, a manutenção e a conservação do SISTEMA VIÁRIO, quando utilizado para a prestação dos serviços previstos na Cláusula 5.1.1 e desde que sejam objeto de delegação à CONCESSIONÁRIA, por ato do PODER CONCEDENTE posterior à DATA DE ASSINATURA, resguardado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- (iii) A conservação e a manutenção dos ABRIGOS e PONTOS DE PARADA, bem como as suas reposições, quando necessárias para manter a funcionalidade e a qualidade da INFRAESTRUTURA, conforme relação disposta no ANEXO 24, na ÁREA DE OPERAÇÃO.

5.4. Os serviços descritos na Cláusula 5.1.4 envolvem as seguintes obrigações a cargo da CONCESSIONÁRIA:

- (i) Constituir e participar, em conjunto com as demais CONCESSIONÁRIAS, da ASSOCIAÇÃO criada exclusivamente para implantar, operar, gerir e realizar a manutenção do SATM, nos termos disciplinados no CAPÍTULO IV e no ANEXO 19; e
- (ii) A emissão, a comercialização, a arrecadação e a remição, por intermédio da ASSOCIAÇÃO, de bilhetes eletrônicos, vale transporte e outros títulos de direito de viagens, inicialmente abarcando os SERVIÇOS previstos na Cláusula 5.1.1 e, em momento a ser definido pelo PODER CONCEDENTE, outros serviços públicos de transportes coletivos de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

passageiros, mediante a participação das demais concessionárias e/ou delegatárias responsáveis pela prestação desses serviços na ASSOCIAÇÃO, observados os termos previstos no ANEXO 19.

5.4.1. Todos os custos referentes às atividades mencionadas na Cláusula 5.4 são de responsabilidade da ASSOCIAÇÃO, da qual a CONCESSIONÁRIA obrigatoriamente fará parte.

5.5. A realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, previstos na Cláusula 5.1.3, ocorrerá em observância ao procedimento previsto no CAPÍTULO XI, envolvendo:

- (i) A execução de obras civis para construção de nova INFRAESTRUTURA, incluindo TERMINAIS, corredores, abrigos, pontos de parada e estações de transferências que, devido às sinergias técnico-operacionais, à existência de interfaces, à mitigação de riscos, ou ao ganho de eficiência, sejam técnica e economicamente melhor executadas pela CONCESSIONÁRIA, em razão de sua posição enquanto operadora da INFRAESTRUTURA e prestadora dos SERVIÇOS;
- (ii) A execução de reformas, substituições, ampliações, atualizações e melhorias nos equipamentos e na INFRAESTRUTURA, com o objetivo de otimização do fluxo de pessoas, de expansão dos SERVIÇOS, de aumento no conforto de USUÁRIOS, de aumento na segurança da operação e de melhorias na prestação dos SERVIÇOS;
- (iii) A inclusão de novos equipamentos ou serviços decorrentes da evolução das tecnologias utilizadas na execução do objeto da CONCESSÃO;
- (iv) A inclusão de itens de conforto, desempenho e segurança na FROTA, não previstos originalmente no objeto da CONCESSÃO ou na PROPOSTA apresentada pela CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 5.6. Todas as atividades e serviços objeto da CONCESSÃO serão realizados em conformidade com as normas e especificações constantes deste CONTRATO, de seus ANEXOS e das demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pela STM e pela EMTU e demais regulamentos aplicáveis.
- 5.7. Constitui pressuposto da CONCESSÃO a adequada qualidade na prestação dos SERVIÇOS, considerando-se como tal aquele que satisfaça às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia, nos termos previstos no artigo 6º, §§1º e 2º, da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES.

Cláusula 6. MODALIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 6.1. O CONTRATO caracteriza-se como concessão de serviço público regida pela LEI DE MOBILIDADE URBANA e, subsidiariamente, pela LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, pela LEI ESTADUAL DE CONCESSÕES, pela Lei Estadual n.º 9.361/96, pela LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES e pela LEI ESTADUAL DE LICITAÇÕES.

Cláusula 7. CONDIÇÕES PARA INÍCIO DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

- 7.1. O início da prestação dos SERVIÇOS será precedido pela conclusão da ETAPA PRELIMINAR, a qual compreende a execução de mobilização da FROTA e demais recursos necessários à operação do SISTEMA REGULAR, de acordo com as seguintes obrigações:
- 7.1.1. A METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, contendo cronograma de mobilização, implantação e operação do SISTEMA REGULAR, deverá estar aprovada pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.1.2. Em até 30 (trinta) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar para análise e aprovação do PODER CONCEDENTE o projeto básico para implantação dos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

equipamentos, dos sistemas e dos dispositivos do SATM na FROTA, nos TERMINAIS e na rede de distribuição de créditos e cartões, para atendimento aos requisitos funcionais, técnicos e operacionais fixados no ANEXO 19 deste CONTRATO.

7.1.3. Em até 60 dias (sessenta) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar um plano de financiamento detalhado da CONCESSÃO, indicando as fontes de todos os recursos (recursos próprios e/ou de terceiros) que suportarão os investimentos necessários à consecução de suas obrigações contratuais, devendo incluir:

- (i) Carta de intenção/compromisso de instituições financeiras envolvidas com a viabilização do plano apresentado, se o caso; e
- (ii) Documento(s) que demonstre(m) claramente a tomada de providências concretas, perante seus acionistas e/ou FINANCIADORES, no sentido de assegurar a execução das atividades previstas em consonância com a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.

7.1.4. Em até 60 (sessenta) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, condicionado à aprovação do projeto básico para implantação do SATM, referida na Cláusula 7.1.2, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar projeto executivo de implantação do SATM e cronograma detalhado para análise e aprovação do PODER CONCEDENTE, de acordo com o disposto no ANEXO 19 deste CONTRATO.

7.1.5. Em até 90 (noventa) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar relatório de teste de funcionamento dos equipamentos, dos sistemas e dos dispositivos que compõem o SATM, para análise do PODER CONCEDENTE, conforme diretrizes, prazos e características estabelecidas no ANEXO 19 deste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 7.1.6. Em até 180 (cento e oitenta) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar o SATM apto à operação comercial, com a disponibilização de sistema para liberação da emissão da primeira série de créditos eletrônicos pela EMTU, mediante prévia emissão, pelo PODER CONCEDENTE, do termo de aceite do SATM.
- 7.2. O cronograma de implantação contido na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO deverá incluir a mobilização de GARAGENS, oficinas de manutenção e demais equipamentos necessários à prestação dos SERVIÇOS.
- 7.3. A OPERAÇÃO GLOBAL dos serviços objeto do presente CONTRATO deverá ocorrer no prazo máximo de 300 (trezentos) dias, contados da DATA DE ASSINATURA, condicionada à conclusão da ETAPA PRELIMINAR e à observância do cronograma de mobilização e dos prazos previstos na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO.
- 7.3.1. A OPERAÇÃO GLOBAL será autorizada a partir da certificação, pelo PODER CONCEDENTE, com o apoio da EMTU, de que a CONCESSIONÁRIA está apta à operação comercial de todos os SERVIÇOS, por intermédio da emissão de ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE.
- 7.3.2. Os serviços objeto do CONTRATO poderão ser assumidos pela CONCESSIONÁRIA por etapas, a partir da emissão de ORDEM(NS) DE INÍCIO PARCIAL(IS) DOS SERVIÇOS, desde que solicitado pela CONCESSIONÁRIA e observado o disposto na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e na presente Cláusula 7, em especial o prazo máximo previsto na Cláusula 7.3.
- 7.4. As características da FROTA e da(s) GARAGEM(NS) deverão corresponder às indicadas na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO da CONCESSIONÁRIA e atender a todas as especificações e exigências constantes neste CONTRATO e seus ANEXOS, incluindo o EDITAL.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

7.5. São condições para a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS:

- (i) Constituição da SPE, em observância à disciplina deste CONTRATO, com a correspondente certidão da Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP e inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- (ii) Integralização de parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) do capital social mínimo da SPE, observado o cronograma de integralização previsto na Cláusula 25;
- (iii) Apresentação e aceitação do plano de seguros, conforme previsto na Cláusula 48.2;
- (iv) Contratação da integralidade das apólices dos SEGUROS que sejam necessários para a prestação do serviço de transporte de passageiros, indicados no plano de seguros, conforme detalhado na Cláusula 48;
- (v) Constituição, em conjunto com as CONCESSIONÁRIAS, da ASSOCIAÇÃO, conforme previsto no CAPÍTULO IV deste CONTRATO, assegurando-se a ausência de qualquer interrupção na prestação dos serviços de arrecadação e bilhetagem aos USUÁRIOS, mediante utilização dos equipamentos, dos sistemas e dos dispositivos atualmente utilizados pelo CMT, ou mediante contratação com terceiros que assegure a interoperabilidade com os cartões detidos pelos USUÁRIOS;
- (vi) Contratação, pela ASSOCIAÇÃO, em atenção às exigências deste CONTRATO e dos ANEXOS, da instituição financeira responsável pela CONTA DE ARRECADAÇÃO; e
- (vii) Cumprimento da ETAPA PRELIMINAR, nos termos da Cláusula 7.1.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 7.5.1. A utilização dos equipamentos, dos sistemas e dos dispositivos atualmente utilizados pelo CMT ou de terceiros, nos termos previstos na Cláusula 7.5, inciso (v), bem como qualquer negociação para estes fins, é de responsabilidade exclusiva da ASSOCIAÇÃO.
- 7.6. O cumprimento das condições da Cláusula 7.5 deverá ser objeto de comunicação entre as PARTES, após as devidas verificações quanto à sua adimplência, com vistas à antecipação, tanto quanto possível, da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS.
- 7.7. Toda a FROTA deverá possuir o respectivo laudo de vistoria, apresentado no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do início da OPERAÇÃO GLOBAL ou da OPERAÇÃO PARCIAL, conforme o caso.
- 7.7.1. Para os veículos da FROTA que ainda não possuírem o respectivo laudo de vistoria, as seguintes providências serão tomadas:
- (i) Em até 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para o início da OPERAÇÃO PARCIAL ou da OPERAÇÃO GLOBAL, conforme o caso, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a vistoria de seus veículos junto à EMTU, com o objetivo de comprovar sua adequação aos elementos da PROPOSTA e às exigências do EDITAL e deste CONTRATO.
 - (ii) Em até 40 (quarenta) dias úteis anteriores à data prevista para cada vistoria, a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à EMTU a relação dos veículos de sua FROTA, na qual deve constar o respectivo tipo, modelo, número e ano de fabricação de chassis e ano de fabricação do motor, observando-se as seguintes regras:
 - a) Quando os veículos forem de propriedade da CONCESSIONÁRIA, deverão ser juntadas cópias dos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

respectivos Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV, devidamente atualizados.

- b) Quando os veículos não forem de propriedade da CONCESSIONÁRIA, inclusive decorrentes de contrato de leasing, locação, comodato ou arrendamento mercantil, deverão ser juntadas cópias dos Certificados de Registro e Licenciamento do Veículo - CRLV, devidamente atualizados, que comprovem sua propriedade, bem como do(s) instrumento(s) legal(is) que demonstre(m) a que título obteve a posse dos veículos.

7.7.2. Após o cumprimento das condições previstas na Cláusula 7.7.1, a EMTU emitirá laudo de vistoria dos veículos, autorizando expressamente a devolução total ou parcial da GARANTIA DE FROTA exigida na Cláusula 47.3.

7.8. A(s) GARAGEM(NS) deverá(ão) possuir laudo de vistoria no mínimo 10 (dez) dias úteis antes do início da OPERAÇÃO GLOBAL ou da OPERAÇÃO PARCIAL, conforme o caso.

7.8.1. Para a(s) GARAGEM(NS) que ainda não possuir(irem) o respectivo laudo de vistoria, incluindo-se aqui as áreas provisórias citadas no item 5 do ANEXO 22, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- (i) Em até 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para o início da OPERAÇÃO PARCIAL ou da OPERAÇÃO GLOBAL, conforme o caso, a CONCESSIONÁRIA deverá comprovar a vistoria de sua(s) GARAGEM(NS) junto à EMTU, com o objetivo de comprovar sua adequação às exigências do EDITAL e do CONTRATO.
- (ii) Em até 40 (quarenta) dias úteis anteriores à data prevista para cada vistoria da(s) GARAGEM(NS), a CONCESSIONÁRIA deverá enviar à EMTU a relação com os respectivos endereços, devendo fazer



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

acompanhar, a(s) planta(s) e alvará(s) correspondente(s), observando-se as regras:

- a) Quando a(s) GARAGEM(NS) for(em) de propriedade da CONCESSIONÁRIA, deverá(ão) ser juntada(s) cópia(s) da(s) respectiva(s) certidão(ões) de matrícula do(s) imóvel(is) ou documento(s) de comprovação da(s) propriedade(s).
- b) Quando a(s) GARAGEM(NS) não for(em) de propriedade da CONCESSIONÁRIA, deverá(ão) ser apresentada(s) cópia do(s) respectivo(s) instrumento(s) que comprove(m) a que título obteve-se a posse legal da(s) mesma(s), acompanhado(s) da(s) correspondente(s) certidão(ões) de matrícula do(s) imóvel(is) ou documento(s) de comprovação da(s) propriedade(s), bem como comprovação do atendimento do disposto na Cláusula 20.6.3.

7.8.2. Após o cumprimento das condições previstas na Cláusula 7.8.1, a EMTU emitirá laudo de vistoria da(s) GARAGEM(NS), autorizando expressamente a devolução total ou parcial da GARANTIA DE GARAGENS exigida na Cláusula 47.4, exceto quando se tratar do laudo de vistoria para área provisória.

7.9. Caso a CONCESSIONÁRIA não possua, nos prazos indicados nas Cláusulas 7.7 e 7.8, os laudos de vistoria dos veículos de sua FROTA e da(s) GARAGEM(NS), ficará caracterizado descumprimento contratual, podendo ser tomadas as seguintes providências pelo PODER CONCEDENTE:

- (i) Execução das garantias da frota e/ou das garagens previstas nas Cláusulas 47.3 e 47.4;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Além da penalidade prevista na Cláusula 7.9, inciso (i), execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, caso os laudos de vistoria da FROTA e/ou da(s) GARAGEM(NS) não sejam emitidos até o final do prazo máximo previsto para início da OPERAÇÃO GLOBAL, conforme Cláusula 7.3;
- (iii) Além da penalidade prevista na Cláusula 7.9, inciso (ii), o PODER CONCEDENTE poderá dar início ao processo de intervenção na CONCESSÃO ou de extinção da CONCESSÃO por caducidade.

7.10. Caso a CONCESSIONÁRIA não comprove a adequação da FROTA e/ou GARAGEM(NS) aos elementos de sua METODOLOGIA DE EXECUÇÃO e às demais exigências deste CONTRATO e seus ANEXOS, incluindo EDITAL, em até 20 (vinte) dias úteis antes da data prevista para início da da OPERAÇÃO GLOBAL, a EMTU emitirá “laudo de não conformidade”, podendo ser tomadas, pelo PODER CONCEDENTE, as medidas previstas na Cláusula 7.9.

7.11. Com a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, a CONCESSIONÁRIA assumirá a posse da INFRAESTRUTURA, passando a se responsabilizar por sua gestão, manutenção e conservação, nos termos definidos neste CONTRATO e nos ANEXOS.

7.11.1. A emissão da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS implica a assunção, pela CONCESSIONÁRIA, da posse da INFRAESTRUTURA relacionada aos serviços constantes da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS, responsabilizando-se por sua gestão, manutenção e conservação, nos termos definidos neste CONTRATO e nos ANEXOS.

Cláusula 8. PRAZO DA CONCESSÃO

8.1. O prazo da CONCESSÃO é de 15 (quinze) anos, contados da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da primeira ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS.



8.2. O presente CONTRATO poderá ser prorrogado, excepcionalmente e a exclusivo critério do PODER CONCEDENTE, nas seguintes hipóteses, e desde que, preservado o equilíbrio econômico-financeiro do ajuste:

- (i) para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, conforme a Cláusula 40.16, inciso (i);
- (ii) para assegurar a continuidade da prestação do serviço público, nas hipóteses em que não se lograr, previamente ao encerramento da vigência do CONTRATO, a conclusão de novo processo licitatório para a concessão dos serviços.

Cláusula 9. VALOR ESTIMADO DO CONTRATO

9.1. O valor estimado do CONTRATO é de R\$ [•], calculado com base no somatório dos valores nominais das estimativas de receitas no período da CONCESSÃO, considerando a TARIFA DE REMUNERAÇÃO proposta pela CONCESSIONÁRIA, na data base de 01/06/2016, e a estimativa de RECEITAS ACESSÓRIAS a serem auferidas pela CONCESSIONÁRIA durante o prazo da CONCESSÃO.

9.2. O valor estimado do CONTRATO possui fins meramente referenciais, não podendo ser tomado, por qualquer das PARTES, como base para a realização de recomposições do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou para qualquer outro fim que implique a utilização do valor estimado do CONTRATO como parâmetro para indenizações, ressarcimentos e afins.



CAPÍTULO III. RECEITAS DE EXPLORAÇÃO

Cláusula 10. RECEITA TARIFÁRIA

10.1. A CONCESSIONÁRIA será remunerada, pela execução do objeto da CONCESSÃO previsto nas Cláusulas 5.1.1, 5.1.2, 5.1.4 e 5.1.5, em razão da somatória dos produtos da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, pelos PASSAGEIROS transportados na respectiva SEÇÃO TARIFÁRIA, calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$RB = [(TR_1 \times D_1) + (TR_2 \times D_2) + (TR_n \times D_n)] * (1-TF)$$

Onde:

RB = REMUNERAÇÃO BASE da CONCESSIONÁRIA;

TR = TARIFA DE REMUNERAÇÃO, conforme GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO, reajustada de acordo com os critérios previstos no CONTRATO;

D = número de PASSAGEIROS transportados pela FROTA da CONCESSIONÁRIA, na respectiva SEÇÃO TARIFÁRIA, conforme apurado pelo SATM, já descontados os USUÁRIOS que não se qualifiquem contratualmente como PASSAGEIROS, nos termos da Cláusula 10.2, os USUÁRIOS transportados portadores de cartões funcionais, e incluídos os USUÁRIOS pagantes em moeda corrente nas catracas, correspondentes a cada uma das faixas da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO; e

TF = Taxa de Fiscalização, no montante correspondente a 3,86%.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

10.1.1. Os valores de TARIFA DE REMUNERAÇÃO para o presente CONTRATO, resultante da aplicação do valor de desconto percentual apresentado na PROPOSTA sobre a GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO, fixados na data-base do mês de junho de 2016, são os seguintes:

TARIFAS DE REMUNERAÇÃO - ÁREA n			
LINHA DE ÔNIBUS COMUM		LINHA DE ÔNIBUS SELETIVO	
Faixa de extensão (km)	TARIFA (R\$)	Faixa de extensão (km)	TARIFA (R\$)
0,00 - 4,00	-	0,00 - 20,00	-
4,001 - 10,00	-	20,001 - 25,00	-
10,001 - 17,00	-	25,001 - 30,00	-
17,001 - 20,00	-	30,001 - 35,00	-
20,001 - 23,00	-	35,001 - 40,00	-
23,001 - 29,00	-	40,001 - 45,00	-
29,001 - 35,00	-	45,001 - 50,00	-
35,001 - 43,00	-	50,001 - 70,00	-
43,001 - 51,00	-	> 70,00	-
> 51,00	-		

10.1.2. Os valores de TARIFA DE REMUNERAÇÃO serão reajustados anualmente, observada a disciplina da Cláusula 12.

10.1.3. A data base de reajuste indicada na cláusula 10.1.1 valerá para toda a vigência contratual, não gerando quaisquer efeitos contratuais a eventual alteração da data-base do dissídio coletivo.

10.2. Serão considerados como PASSAGEIROS, para os fins do presente CONTRATO e para o pagamento da REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, os USUÁRIOS que façam o pagamento da TARIFA PÚBLICA integral, em moeda corrente ou mediante cartão eletrônico do SATM, bem como os



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

USUÁRIOS beneficiários de reduções ou isenções tarifárias, desde que acessem o transporte público mediante o uso de cartão eletrônico do SATM, de posse individual e que permita o controle da identidade do beneficiário.

10.2.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá adotar qualquer medida que obste ou dificulte o acesso ao transporte público de USUÁRIOS beneficiários de reduções ou isenções tarifárias que, nos termos da legislação vigente, tenham direito ao transporte público gratuito, ou com redução tarifária, mediante a apresentação de documento de identificação.

10.2.2. Na hipótese prevista na Cláusula 10.2.1, a CONCESSIONÁRIA não terá o direito ao recebimento da TARIFA DE REMUNERAÇÃO pelo USUÁRIO transportado sem a identificação por cartão eletrônico do SATM.

10.2.3. A CONCESSIONÁRIA, ou a ASSOCIAÇÃO, poderá adotar medidas, ao seu critério, e desde que não viole disposições deste CONTRATO, voltadas a estimular a migração de USUÁRIOS beneficiários de reduções ou isenções tarifárias ao SATM.

10.3. A REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA será calculada nos termos da fórmula prevista na Cláusula 10.1, independentemente do valor da TARIFA PÚBLICA paga pelo USUÁRIO, não sofrendo qualquer impacto pelas GRATUIDADES ou quaisquer descontos tarifários, vigentes ou estabelecidos posteriormente à publicação do EDITAL, e ressalvada a disciplina da Cláusula 10.2.

10.4. Ocorrendo redução tarifária em qualquer uma das Linhas, por solicitação expressa do CONCESSIONÁRIA e acordada com o PODER CONCEDENTE, a respectiva TARIFA DE REMUNERAÇÃO da GRADE TARIFÁRIA será reduzida em igual proporção de redução tarifária concedida ao USUÁRIO da respectiva Linha.

10.5. O valor da remuneração devida à CONCESSIONÁRIA poderá ser acrescida dos valores de reembolso de despesas específicas incorridas, expressamente



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

autorizadas pelo PODER CONCEDENTE, tal como ocorre nas Linhas que trafegam por rodovias pedagiadas.

10.5.1. Nesse caso, a CONCESSIONÁRIA fará jus a um acréscimo na remuneração equivalente ao valor pago na passagem do veículo pela praça do pedágio, dividido pela média dos passageiros transportados em cada viagem ao longo do dia e multiplicado pelo número de passageiros transportados.

10.6. A REMUNERAÇÃO BASE da CONCESSIONÁRIA poderá sofrer dedução mensal em razão do não cumprimento integral dos indicadores de desempenho constantes do item 4 do Anexo 36, conforme resultar da aferição feita pelo PODER CONCEDENTE, segundo a fórmula:

$$R = RB \times [0,96 + (0,04 \times QID)]$$

Onde:

R = REMUNERAÇÃO efetiva da CONCESSIONÁRIA;

RB = Valor da REMUNERAÇÃO BASE da CONCESSIONÁRIA, calculada conforme a Cláusula 10.1;

QID = Índice deflator decorrente da aferição dos indicadores de desempenho referente à avaliação da qualidade dos SERVIÇOS, com valor entre 0 e 1, calculado conforme a Cláusula 29; e

10.6.1. O não-atingimento, pela CONCESSIONÁRIA, do padrão mínimo de desempenho na apuração dos indicadores de desempenho, nos termos do item 4 do ANEXO 36, caracteriza inadimplemento parcial do CONTRATO, motivando, para além da incidência do deflator previsto na Cláusula 10.6, a aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 10.6.2. Em caso de não concordância da CONCESSIONÁRIA em relação ao deflator, esta deverá manifestar por escrito sua discordância, em até 05 (cinco) dias contados da data de recebimento do relatório contendo a apuração dos indicadores de desempenho constantes do item 4 do Anexo 36, por meio de documento dirigido à EMTU, que deverá se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias contados do protocolo da manifestação da CONCESSIONÁRIA.
- 10.6.3. Os indicadores de desempenho serão divulgados pela EMTU em reunião plenária ou individual com as CONCESSIONÁRIAS, ocasião em que serão apresentadas as pontuações de cada CONCESSIONÁRIA em cada indicador parcial e no deflator específico de cada Lote.
- 10.7. O montante pago pelos USUÁRIOS para utilização dos SERVIÇOS e arrecadado pelo SATM será depositado obrigatoriamente na CONTA DE ARRECADAÇÃO instituída pela ASSOCIAÇÃO em INSTITUIÇÃO BANCÁRIA, nos termos do ANEXO 19 e do CAPÍTULO IV deste CONTRATO.
- 10.8. Por meio da CONTA DE ARRECADAÇÃO instituída pela ASSOCIAÇÃO, será realizado o pagamento do valor devido a título de REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, apurado conforme as Cláusulas 10.1 e 10.6, diariamente, no primeiro dia subsequente de expediente normal bancário.
- 10.8.1. O valor final a ser transferido da CONTA DE ARRECADAÇÃO para a conta corrente de titularidade da CONCESSIONÁRIA considerará a dedução dos valores eventualmente arrecadados em moeda corrente, nas catracas dos ônibus, bem como dos valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, a qualquer título.

Cláusula 11. RECEITAS ACESSÓRIAS

- 11.1. A CONCESSIONÁRIA poderá explorar RECEITAS ACESSÓRIAS, cujos valores serão compartilhados com o PODER CONCEDENTE, em montante



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

correspondente a 5% (cinco por cento) da RECEITA LÍQUIDA auferida pela CONCESSIONÁRIA, em razão da exploração de qualquer atividade que se qualifique, nos termos deste CONTRATO, como RECEITA ACESSÓRIA.

- 11.2. Serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas não decorrentes diretamente da exploração dos serviços objeto da CONCESSÃO, tais como aquelas oriundas de serviços de publicidade, aluguel de espaços comerciais e prestação de outros serviços complementares.
- 11.3. Não serão consideradas RECEITAS ACESSÓRIAS aquelas decorrentes de aplicações no mercado financeiro.
- 11.4. É vedada a exploração de atividades ou veiculação de publicidade que infrinjam a legislação em vigor, de cunho político-partidário, religioso, que aludem a qualquer espécie de injúria, discriminação ou preconceito, de qualquer ordem, incluindo preconceitos de raça, cor, credo, gênero, sexualidade, social ou de natureza xenófoba, ou que possam prejudicar a exploração do serviço público de transporte metropolitano de passageiros ou a sua imagem perante os usuários, observados os Anexos 16 e 26 do EDITAL.
- 11.5. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável pelas projeções de RECEITAS ACESSÓRIAS consideradas na PROPOSTA e no seu PLANO DE NEGÓCIOS, não sendo cabível qualquer tipo de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em razão da alteração, não confirmação ou prejuízo decorrente da frustração das receitas estimadas.
- 11.6. A exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS por parte da CONCESSIONÁRIA deverá ser comunicada ao PODER CONCEDENTE, encaminhando cópia do contrato e outros documentos pertinentes no prazo de 05 (cinco) dias de sua assinatura. Os documentos deverão conter, ao menos, as seguintes informações:

- (i) Prazo de vigência do contrato;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(ii) Valor a ser auferido pela CONCESSIONÁRIA; e

(iii) Descrição do objeto do contrato.

11.7. O desempenho de atividades diversas do objeto da CONCESSÃO não poderá acarretar prejuízo à normal prestação do serviço público concedido.

11.8. A CONCESSIONÁRIA deverá contabilizar separadamente o montante recebido a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, encaminhando ao PODER CONCEDENTE, mensalmente, relatório que contemple detalhamento dos valores arrecadados, cópia das faturas e instrumentos congêneres, e demais informações necessárias ao acompanhamento da exploração das RECEITAS ACESSÓRIAS.

11.9. Nenhum contrato celebrado entre a CONCESSIONÁRIA e particulares referentes à exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS poderá ultrapassar o prazo do CONTRATO, devendo a CONCESSIONÁRIA adotar todas as medidas pertinentes para entrega, quando da extinção do CONTRATO, das áreas objeto de exploração livres e desobstruídas de quaisquer bens e direitos, inclusive sem nenhum valor residual, tributo, encargo, obrigação, gravame e sem quaisquer ônus ao PODER CONCEDENTE, ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceiros.

Cláusula 12. REAJUSTE

12.1. A TARIFA DE REMUNERAÇÃO será reajustada anualmente, no primeiro dia do mês de junho de cada ano, utilizando-se como referência a fórmula a seguir, considerando-se como data base o mês de junho de 2016.

$$RC_t \% = (0,23. VC + 0,57. VMO + 0,20. VIPC) \times 100$$

Onde:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

RC% = percentual de reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO no momento t;

VC = variação do combustível, calculado a partir da seguinte metodologia:

$$VC = \left(\frac{PC_t}{PC_{(t-1)}} \right) - 1$$

Onde:

PC_t = Preço do combustível no momento t;

$PC_{(t-1)}$ = Preço do combustível no momento (t-1).

t = momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;

(t-1) = ano anterior ao momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

VIPC = Variação do IPC-FIPE, calculada através da seguinte metodologia:

$$VIPC = \left(\frac{IPC_t}{IPC_{(t-1)}} \right) - 1$$

Onde:

IPC_t = IPC-FIPE, do mês imediatamente anterior ao momento t;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

$IPC_{(t-1)}$ = IPC-FIPE do mês imediatamente anterior ao momento (t-1);

t = momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO; e

(t-1) = ano anterior ao momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

VMO = Variação de Mão de Obra, calculada a partir do índice de reajuste salarial anual (IS) extraído do(s) acordo(s) trabalhista(s) firmado(s) com o(s) sindicato(s) profissional(is), ponderado(s), quando cabível, pela participação da mão-de-obra em cada sindicato envolvido na prestação de serviços aplicado à ÁREA DE OPERAÇÃO correspondente, segundo a seguinte metodologia:

- a) $VMO = IS$, se o mesmo for igual ou inferior ao valor observado para a variação VIPCA para o período considerado, ou
- b) $VMO = [IS - VIPCA] \times 0,2 + VIPCA$, se IS for superior ao valor observado para a variação VIPCA para o período considerado.

VIPCA = Variação do IPCA, calculada através da seguinte metodologia:

$$VIPCA = \left(\frac{IPCA_t}{IPCA_{(t-1)}} \right) - 1$$

Onde:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

$IPCA_t = IPCA$, do mês imediatamente anterior ao momento t ;

$IPCA_{(t-1)} = IPCA$ do mês imediatamente anterior ao momento $(t-1)$;

t = momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;

$(t-1)$ = ano anterior ao momento do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.

12.2. O preço do combustível será extraído da divulgação do levantamento de preços, realizada pela Agência Nacional do Petróleo - ANP (Preço Médio na Distribuidora para o Estado de São Paulo).

12.2.1. O VC será ponderado conforme a proporção de veículos da FROTA da CONCESSIONÁRIA e seus respectivos combustíveis.

12.2.2. Na hipótese de suspensão ou descontinuidade da publicação realizada pela ANP, será utilizada a VIPCA.

12.3. O IPC-FIPE será extraído da publicação mensal realizada pela FIPE.

12.3.1. Na hipótese de extinção do IPC-FIPE, será utilizado o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

12.4. O IPCA será extraído da publicação mensal realizada pelo IBGE.

12.4.1. Na hipótese de extinção do IPCA, será utilizado o Índice de Preços ao Consumidor – FIPE (IPC-FIPE), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo - FIPE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 12.5. Para fins de apuração da VMO, a CONCESSIONÁRIA deverá remeter cópia do(s) acordo(s) trabalhista(s) firmado(s) com o(s) sindicato(s) profissional(is).
- 12.6. Os pesos relativos dos itens constantes da fórmula $RC \pm \%$ serão revistos a cada REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO, nos termos da Cláusula 41.
- 12.7. Todos os valores previstos neste CAPÍTULO III serão calculados com 4 (quatro) casas decimais, sem qualquer arredondamento.
- 12.8. Na hipótese de, à época do reajustamento, não tiver sido publicado o índice pactuado, adotar-se-á provisoriamente o último dado anual disponível, estimando-se o índice do mês ainda não publicado.
- 12.8.1. Quando da publicação do índice definitivo, far-se-á a correção e a apuração dos ajustes da diferença ocorrida no período.
- 12.9. A Fórmula $RC \pm \%$ será substituída, caso venha a ser criado índice específico para o transporte coletivo de passageiros sobre pneus nas Regiões Metropolitanas do Estado de São Paulo.

Cláusula 13. PAGAMENTOS DEVIDOS PELA CONCESSIONÁRIA

- 13.1. A CONCESSIONÁRIA arcará com todas as despesas decorrentes da execução dos serviços descritos no objeto deste CONTRATO, e ainda com as seguintes despesas:
- (i) TAXA DE FISCALIZAÇÃO, devida em razão das atividades de gerenciamento e fiscalização da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE, no valor correspondente a 3,86% (três vírgula oitenta e seis por cento) sobre a REMUNERAÇÃO BASE da CONCESSIONÁRIA, auferida diariamente, devendo ser depositada em conta específica indicada pelo PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Percentual de 5% (cinco por cento) sobre a RECEITA LÍQUIDA auferida pela CONCESSIONÁRIA a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos da Cláusula 11; e
- (iii) Contribuição associativa devida à ASSOCIAÇÃO, observado o compartilhamento previsto na Cláusula 13.4.

13.1.1. Os montantes devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE, a qualquer título, a exemplo dos valores previstos na Cláusula 13.1, multas, indenizações, reduções decorrentes da aplicação do QID, serão descontados diretamente da CONTA DE ARRECADAÇÃO, no momento do pagamento, conforme fixado na Cláusula 10.8.

13.1.2. Na hipótese do inciso (i) da Cláusula 13.1, os valores correspondentes serão descontados de cada pagamento feito à CONCESSIONÁRIA a título de remuneração pelos serviços efetivamente prestados.

13.1.3. Na hipótese do inciso (ii) da Cláusula 13.1, os valores correspondentes serão descontados do pagamento feito à CONCESSIONÁRIA, no quinto dia útil de cada mês.

13.2. O montante previsto na Cláusula 13.1, alínea (ii), será apurado, em moeda corrente nacional, com base no valor total arrecadado mensalmente a título de RECEITAS ACESSÓRIAS, e informado ao PODER CONCEDENTE, nos termos da Cláusula 11.8, bem como nos documentos entregues ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA, conforme previsto na Cláusula 11.6.

13.3. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer momento, realizar investigações e diligências, além de requisitar documentos, para apurar a conformidade dos valores informados pela CONCESSIONÁRIA.



13.4. A contribuição associativa devida pela CONCESSIONÁRIA à ASSOCIAÇÃO, para viabilizar o exercício de suas atividades, será integralmente assumida pela CONCESSIONÁRIA quando representar, anualmente, qualquer valor no intervalo de 3% (três por cento) a 5% (cinco por cento) do valor que lhe é devido anualmente a título de REMUNERAÇÃO BASE.

13.4.1. Caso a contribuição associativa devida pela CONCESSIONÁRIA à ASSOCIAÇÃO supere, anualmente, o montante de 5% (cinco por cento) do valor que lhe é devido anualmente a título de REMUNERAÇÃO BASE, 50% (cinquenta por cento) do valor excedente será de responsabilidade do PODER CONCEDENTE, mediante acréscimo da REMUNERAÇÃO paga à CONCESSIONÁRIA a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO.

13.4.2. Caso a contribuição associativa devida pela CONCESSIONÁRIA à ASSOCIAÇÃO não alcance, anualmente, o montante de 3% (três por cento) do valor que lhe é devido anualmente a título de REMUNERAÇÃO BASE, 50% (cinquenta por cento) da diferença será devida ao PODER CONCEDENTE, mediante redução da REMUNERAÇÃO paga à CONCESSIONÁRIA a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO.

Cláusula 14. VALOR DA TARIFA PÚBLICA E SEU REAJUSTE

14.1. Os valores das TARIFAS PÚBLICAS cobradas dos USUÁRIOS, bem como os seus eventuais reajustes, serão estabelecidos exclusivamente pelo PODER CONCEDENTE, conforme sua política tarifária, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

14.2. Eventuais gratuidades criadas pelo PODER CONCEDENTE não impactarão de qualquer forma a TARIFA DE REMUNERAÇÃO contratualmente assegurada à CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 14.3. A REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA será calculada exclusivamente de acordo com a Cláusula 10, não sofrendo qualquer tipo de impacto, seja positivo ou negativo, em razão da redução, preservação ou majoração dos valores das TARIFAS PÚBLICAS cobradas dos USUÁRIOS.



CAPÍTULO IV.

SISTEMA DE ARRECADAÇÃO E BILHETAGEM

Cláusula 15. FUNCIONAMENTO ATUAL E FASE DE TRANSIÇÃO DO SISTEMA DE ARRECADAÇÃO

- 15.1. Os serviços referentes ao SATM, gerido e administrado, na data da publicação do EDITAL, pelo CMT, conforme detalhado no ANEXO 19, deverão ser prestados pela ASSOCIAÇÃO, criada, inicialmente, pelas CONCESSIONÁRIAS e da qual poderão participar, posteriormente, concessionárias e/ou delegatários, públicos e/ou privados, de serviços públicos de transportes coletivos de passageiros, indicados pelo PODER CONCEDENTE, além do próprio PODER CONCEDENTE.
- 15.2. A ASSOCIAÇÃO deverá implantar, gerir e manter o SATM, observadas as disposições deste CONTRATO e seus ANEXOS, especificamente o ANEXO 19.
- 15.3. O SATM abrange a emissão, a comercialização, a arrecadação e a remição de bilhetes eletrônicos, de vale transporte e de outros títulos de direito de viagens, inicialmente abarcando os serviços públicos de transporte coletivo metropolitano de passageiros, sobre pneus, da RMSP, e, em momento a ser definido pelo PODER CONCEDENTE, os serviços públicos de transporte metroferroviário de passageiros, operados pelo METRÔ e pela CPTM, bem como serviços públicos de transportes de passageiros operados por permissionários ou concessionários privados, mediante a participação destes operadores na ASSOCIAÇÃO.
- 15.3.1. Quando da inclusão de novos ASSOCIADOS, ou a qualquer momento, desde que com anuência do PODER CONCEDENTE, ou por determinação deste, poderão ser prestados outros serviços pela ASSOCIAÇÃO, desde que correlatos ao objeto previsto na Cláusula 15.3, a exemplo da emissão de bilhetes físicos representativos de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

direitos de viagens, até então de responsabilidade dos novos ASSOCIADOS.

15.4. A ASSOCIAÇÃO deverá implantar, como pré-condição para que a CONCESSIONÁRIA inicie a prestação dos serviços públicos previstos na Cláusula 5.1, o SATM em todos os VEÍCULOS e GARAGENS das CONCESSIONÁRIAS, bem como uma rede de distribuição de créditos e cartões, própria ou credenciada, possibilitando a efetiva gestão da operação dos SERVIÇOS durante todo o período da CONCESSÃO, com total acesso pelo PODER CONCEDENTE, conforme ANEXO 19.

15.4.1. A condição estabelecida na Cláusula 15.4 abrange quaisquer permissionárias ou autorizatárias que, por qualquer razão, permaneçam prestando os serviços na RMSP e que, na data da publicação do EDITAL, já se encontravam incluídas no SATM vigente, exposto no Anexo 19.

15.4.2. A condição estabelecida na Cláusula 15.4 abrange, ainda, a implantação do SATM nas estações do sistema metroferroviário, operadas pelo METRÔ, pela CPTM ou por concessionárias privadas, que, na data da publicação do EDITAL, já se encontravam inseridas no SATM vigente, exposto no Anexo 19.

15.5. A CONTA DE ARRECADAÇÃO é uma conta bancária mantida junto a instituição bancária, nos termos da Cláusula 15.11, na qual será depositada a arrecadação do SATM efetuada pela ASSOCIAÇÃO por meio de sua rede de vendas, própria ou credenciada.

15.6. A gestão da CONTA DE ARRECADAÇÃO, bem como o repasse dos valores devidos a todos os ASSOCIADOS, será feita, conjuntamente, pelo PODER CONCEDENTE e pela ASSOCIAÇÃO, de acordo com as condições e regras previstas no CONTRATO e no ANEXO 19.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

15.7. Os valores disponíveis na CONTA DE ARRECADAÇÃO serão destinados, preferencialmente, ao pagamento dos valores contratualmente devidos aos ASSOCIADOS, observada a ordem de preferência contratualmente estabelecida para cada operador.

15.7.1. Enquanto os operadores mencionados na Cláusula 15.4.2 não figurarem como ASSOCIADOS, os valores correspondentes à sua participação proporcional na arrecadação da TARIFA PÚBLICA destinada à CONTA DE ARRECADAÇÃO deverão ser repassados ao PODER CONCEDENTE nos termos do Anexo 19, que fará os repasses devidos em razão de disposições legais ou contratuais, se o caso, aplicando-se a disciplina das Cláusulas 15.7.4 a 15.7.8.

15.7.2. Na hipótese do METRÔ e da CPTM vierem a figurar como ASSOCIADOS, o PODER CONCEDENTE poderá optar que a eles sejam destinados os valores devidos, observadas as disposições contratuais ou regulamentares pertinentes.

15.7.3. Alternativamente à hipótese prevista na Cláusula 15.7.2, na hipótese do METRÔ e da CPTM vierem a figurar como ASSOCIADOS, o PODER CONCEDENTE poderá optar que a eles sejam destinados, no momento da venda, os valores correspondentes à sua participação proporcional na utilização dos créditos arrecadados a título de TARIFA PÚBLICA destinada à CONTA DE ARRECADAÇÃO, hipótese na qual será aplicada a disciplina das Cláusulas 15.7.4 a 15.7.8.

15.7.4. Nas hipóteses previstas nas Cláusulas 15.7.1 e 15.7.3, o cálculo da parcela a ser paga ao PODER CONCEDENTE, ao METRÔ e à CPTM, a partir das receitas provenientes da venda de créditos eletrônicos aos USUÁRIOS, observará a proporção de USUÁRIOS do METRÔ, da CPTM, e de concessionárias privadas do setor metroferroviário, que utilizem o SATM, em relação ao total de USUÁRIOS do SATM, considerado o valor total arrecadado.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 15.7.5. A parcela que couber ao PODER CONCEDENTE, ao METRÔ e à CPTM poderá ser apurada a partir das operações de venda. Para as demais ASSOCIADAS, o valor será apurado a partir da remição, salvo outro critério fixado no respectivo contrato celebrado entre a ASSOCIADA e o PODER CONCEDENTE.
- 15.7.6. Para determinar o montante das receitas provenientes da venda de créditos eletrônicos que caberá ao PODER CONCEDENTE, ao METRÔ e à CPTM, a proporção a que aludem as Cláusulas 15.7.1 e 15.7.3 será estimada, em periodicidade mensal, com base nos valores da efetiva utilização de passagens em cada sistema (quantidade de passageiros multiplicados pelos valores das respectivas tarifas), no período de 01 (um) mês imediatamente anterior, encontrando-se o respectivo percentual sobre o total das utilizações efetivas.
- 15.7.7. No momento da nova definição mensal do percentual previsto na cláusula 15.7.6, será feito eventual acerto da diferença entre o percentual pago ao PODER CONCEDENTE, ao METRÔ e à CPTM, e aquele efetivamente ocorrido no mês imediatamente anterior, podendo gerar um crédito ou um débito para o PODER CONCEDENTE, para o METRÔ e para a CPTM, o qual será acrescido ou diminuído imediatamente do valor a ser repassado.
- 15.7.8. Os valores devidos ao PODER CONCEDENTE, ao METRÔ e à CPTM deverão ser repassados pela CONTA DE ARRECADAÇÃO no primeiro dia útil após o efetivo ingresso na CONTA DE ARRECADAÇÃO das receitas provenientes da venda de créditos eletrônicos.
- 15.8. Todos os custos referentes às atividades previstas neste CAPÍTULO IV são de exclusiva responsabilidade da ASSOCIAÇÃO, observadas as regras previstas na Cláusula 13.4.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 15.9. A participação de cada ASSOCIADO na ASSOCIAÇÃO será, na forma do seu estatuto, proporcional aos valores a ele devidos, ordinariamente, a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO.
- 15.10. A ASSOCIAÇÃO será responsável pela implantação, em favor dos ASSOCIADOS, do SATM em todos os VEÍCULOS, GARAGENS, ESTAÇÕES, TERMINAIS, e outros locais necessários ao pleno funcionamento do SATM, bem como pela implantação de rede de distribuição de créditos e bilhetes eletrônicos, vale transporte e outros títulos de direito de viagens.
- 15.11. A ASSOCIAÇÃO deverá abrir CONTA DE ARRECADAÇÃO, em cotitularidade com o PODER CONCEDENTE, na modalidade de conta de depósito, junto a uma das 20 (vinte) melhores instituições financeiras classificadas no último Relatório dos 50 (cinquenta) maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil, para movimentação exclusiva dos valores arrecadados no SABTM.
- 15.11.1. A ASSOCIAÇÃO deverá, obrigatoriamente, apresentar ao PODER CONCEDENTE as propostas apresentadas, ou as recusas à apresentação de propostas, por, ao menos, 03 (três) dos 10 (dez) maiores bancos, observada a classificação a que alude a Cláusula 15.11.
- 15.11.2. O critério para a escolha da instituição financeira detentora da CONTA DE ARRECADAÇÃO deverá ser, preferencialmente, o de maior valor de outorga, a qual será integralmente aplicada na própria CONTA DE ARRECADAÇÃO, podendo ser levado em conta também o menor valor de taxas cobradas pelo banco depositário, caso inexistente possibilidade de outorga.
- 15.11.3. O PODER CONCEDENTE se manifestará, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, acerca da adequação das instituições financeiras apresentadas pela CONCESSIONÁRIA, cabendo à CONCESSIONÁRIA formalizar a contratação, dentre as homologadas



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

pelo PODER CONCEDENTE, de acordo com os critérios indicados na Cláusula 15.11.2;

15.11.4. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite a lista de instituições financeiras apresentada pela CONCESSIONÁRIA, esta deverá apresentar outra, até que o PODER CONCEDENTE manifeste sua concordância.

15.11.5. A instituição financeira deverá celebrar contrato com a ASSOCIAÇÃO, com a interveniência-anuência do PODER CONCEDENTE, o qual deverá conter os seguintes requisitos:

- (i) Obrigação da instituição financeira depositária de manter a CONTA DE ARRECADAÇÃO incólume como uma conta de depósito, não podendo ser autorizada a emissão de cheques ou operações com cartões de crédito e/ou de débito, bem como disponibilização de acesso à Internet Banking do banco depositário ou ainda a utilização dos recursos depositados na conta de depósito para qualquer pagamento ou transferência fora das hipóteses autorizadas pelo PODER CONCEDENTE e incorporadas ao contrato celebrado com o banco depositário;
- (ii) Obrigação da instituição financeira depositária de garantir a remuneração dos valores depositados na CONTA DE ARRECADAÇÃO equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para títulos federais;
- (iii) Possibilidade da instituição financeira depositária de manter os recursos financeiros constantes da CONTA DE ARRECADAÇÃO aplicados, por sua conta e risco, observada a remuneração mínima prevista na Cláusula 15.11.5, inciso (ii);



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iv) Obrigação da instituição financeira depositária de fornecer, à ASSOCIAÇÃO e ao PODER CONCEDENTE, conjunta ou separadamente, todas as informações referentes à CONTA DE ARRECADAÇÃO, incluindo, porém não se limitando, ao saldo e ao extrato da conta de depósito, nos termos da legislação vigente;
- (v) Previsão de que, conjuntamente, a ASSOCIAÇÃO e o PODER CONCEDENTE, ou qualquer entidade da Administração Pública Direita ou Indireta por ele autorizada, deverão indicar diariamente à instituição financeira depositária os valores ou percentuais da receita que deverão ser repassados para o PODER CONCEDENTE, para o METRÔ, para a CPTM, e para cada ASSOCIADO da ASSOCIAÇÃO;
- (vi) Obrigação do PODER CONCEDENTE e da ASSOCIAÇÃO de manter atualizado o nome dos seus representantes autorizados a fazer a indicação prevista no inciso (v) da Cláusula 15.11.5;
- (vii) Previsão de que qualquer alteração no contrato celebrado com a instituição financeira depositária dependa da anuência conjunta do PODER CONCEDENTE e da ASSOCIAÇÃO;
- (viii) Previsão da periodicidade do repasse dos valores arrecadados a título de TARIFA PÚBLICA para a CONTA DE ARRECADAÇÃO, de acordo com o estabelecido no CONTRATO;
- (ix) Vigência do contrato pelo prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (x) Obrigação de que todas as comunicações feitas pelo banco depositário sejam encaminhadas tanto para o PODER CONCEDENTE quanto para a ASSOCIAÇÃO; e
- (xi) Vedação a que as partes revelem ou difundam as informações que vierem a tomar conhecimento em virtude da execução do contrato da conta de depósito, exceto se autorizadas expressamente pelo PODER CONCEDENTE, ressalvas as hipótese legalmente previstas.

15.12. A totalidade dos valores arrecadados no SATM, a partir da cobrança da TARIFA PÚBLICA dos usuários de transporte público de passageiros operados pelos ASSOCIADOS, será destinada à CONTA DE ARRECADAÇÃO.

15.12.1. No caso de caracterização de excedente arrecadatário, o PODER CONCEDENTE poderá reverter os recursos financeiros excedentes para outras finalidades do sistema de mobilidade urbana, conforme previsto no artigo 9º, §6º, da LEI DE MOBILIDADE URBANA.

15.12.2. Considerar-se-á excedente arrecadatário, para os fins previstos na Cláusula 15.12.1 do CONTRATO, a identificação, no período de menor saldo financeiro durante o ciclo mensal na CONTA DE ARRECADAÇÃO, de saldo financeiro superior ao montante necessário para o pagamento de todos os ASSOCIADOS no período de ____ (____) meses, calculados de acordo com a média mensal de remição dos 12 (doze) meses anteriores à apuração.

15.12.3. Os valores arrecadados dos usuários dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros operados pelos ASSOCIADOS, a título de TARIFA PÚBLICA, e destinados à CONTA DE ARRECADAÇÃO, poderão ser complementados com recursos orçamentários do PODER CONCEDENTE, receitas financeiras dos valores depositados na



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONTA DE ARRECADAÇÃO, fluxos financeiros de outras contratações públicas, subsídios cruzados intrasetoriais ou intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, participação do PODER CONCEDENTE em receitas extratarifárias ou receitas alternativas decorrentes do transporte público de passageiros, outorgas decorrentes da contratação da CONTA DE ARRECADAÇÃO, ou outras formas de aporte financeiro, como forma de assegurar os pagamentos dos valores devidos aos ASSOCIADOS, bem como a modicidade da TARIFA PÚBLICA paga pelos USUÁRIOS.

15.12.4. Na hipótese de insuficiência de saldo financeiro na CONTA DE ARRECADAÇÃO para o pagamento dos valores contratualmente devidos aos ASSOCIADOS, deverão ser aplicadas as disposições contratuais relativas ao inadimplemento de obrigações financeiras do PODER CONCEDENTE, previstas no contrato de cada ASSOCIADO.

15.13. São deveres da ASSOCIAÇÃO:

- (i) Solicitar ao PODER CONCEDENTE, ou à entidade da Administração Pública Estadual Direta ou Indireta por ele indicada, a emissão de série de créditos eletrônicos a serem disponibilizados na sua rede de distribuição;
- (ii) Assegurar que o valor da série de créditos eletrônicos por ela solicitado seja sempre suficiente para atender à demanda por um período não superior a 12 (doze) meses;
- (iii) Comercializar os créditos eletrônicos, representativos de direito de viagem válidos para uso no transporte público de passageiros prestado por seus ASSOCIADOS, em sua rede de distribuição;
- (iv) Determinar o pagamento, juntamente com o PODER CONCEDENTE, das remunerações devidas a seus ASSOCIADOS, de acordo com as



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

regras previstas nos contratos celebrados entre seus ASSOCIADOS e o PODER CONCEDENTE;

- (v) Assegurar que os depósitos na CONTA DE ARRECADAÇÃO sigam os seguintes prazos:

Tipo de operação	Fato gerador	Depósito
Venda em pré-pagamento, com carga no cartão após pagamento de pedido	Pagamento do pedido	D+1
Venda à vista, com carga no cartão do usuário no ato da venda	Ato da venda	D+2

- (vi) Disponibilizar, em até 360 (trezentos e sessenta) dias após a sua constituição, aplicativo para celulares que permita a todos os USUÁRIOS e cidadãos o envio instantâneo de sugestões, críticas e reclamações, a respeito da experiência na utilização do transporte público, inclusive com a possibilidade de encaminhamento de fotos e vídeos, devendo tais informações alcançar os serviços prestados por todos os ASSOCIADOS, e serem remetidas ao prestador do serviço e ao PODER CONCEDENTE, o qual poderá se valer destas informações para adotar medidas pertinentes no âmbito dos contratos celebrados com os ASSOCIADOS;

15.14. Os pagamentos aos ASSOCIADOS serão feitos de acordo com as regras previstas neste CONTRATO e no ANEXO 19, devendo ser descontados quaisquer valores arrecadados diretamente pelos ASSOCIADOS dos USUÁRIOS, a título de cobrança de TARIFA PÚBLICA.

Cláusula 16. REGRAS DA FUTURA ASSOCIAÇÃO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 16.1. A ASSOCIAÇÃO a ser criada nos termos da Cláusula 15.1 deverá ter como finalidade exclusiva a de exercer as atividades previstas neste CAPÍTULO IV, podendo também explorar RECEITAS COMPLEMENTARES correlatas às suas atividades.
- 16.2. A ASSOCIAÇÃO será custeada pelas contribuições de seus MEMBROS ASSOCIADOS, proporcionalmente ao número de votos na assembleia-geral, bem como por outras RECEITAS COMPLEMENTARES autorizadas pelo ESTADO.
- 16.3. A ASSOCIAÇÃO não poderá distribuir lucros, bonificações, vantagens pecuniárias e assemelhados a seus ASSOCIADOS e a seus administradores, sob nenhum pretexto, forma ou título, que não a remuneração ou honorários previstos neste CONTRATO.
- 16.4. O estatuto da ASSOCIAÇÃO, que deverá ser encaminhado para apreciação e aprovação do PODER CONCEDENTE, deverá observar, além das disposições previstas nos artigos 53 a 61 do Código Civil, os seguintes requisitos:
- (i) Previsão de Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Colegiada e Conselho Fiscal;
 - (ii) Sede e foro na Região Metropolitana de São Paulo e prazo de duração indeterminado, podendo, por deliberação do seu Conselho de Administração, abrir ou extinguir escritórios em qualquer parte do País;
 - (iii) Previsão de duas espécies de ASSOCIADOS:
 - a) MEMBROS ASSOCIADOS: operadores dos sistemas de transporte público coletivo de passageiros integrantes do SATM; e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- b) MEMBROS ESPECIAIS: PODER CONCEDENTE e outros órgãos ou entidades da Administração Pública Direta ou Indireta, indicados pelo PODER CONCEDENTE.
- (iv) Quantidade de votos na Assembléia Geral, de cada ASSOCIADO, proporcional ao valor a ele devido, ordinariamente, a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO;
- (v) Obrigatoriedade de aceitação, pelos ASSOCIADOS, do ingresso na ASSOCIAÇÃO de todos os operadores, públicos ou privados, de sistemas de transporte público coletivo de passageiros, indicados pelo PODER CONCEDENTE;
- (vi) Dever de todos os MEMBROS ASSOCIADOS arcarem com as despesas da ASSOCIAÇÃO, proporcionalmente aos valores a eles devidos, ordinariamente, a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO, sendo isentos de tal obrigação os MEMBROS ESPECIAIS da ASSOCIAÇÃO;
- (vii) Dever de excluir compulsoriamente da ASSOCIAÇÃO os MEMBROS ASSOCIADOS que perderem a condição de concessionário, permissionário, autorizado ou delegatário da exploração do serviço público de transporte público coletivo de passageiros, ou cuja exclusão venha a ser determinada pelo PODER CONCEDENTE, sem que tal exclusão suspenda ou anule as obrigações pendentes do ASSOCIADO excluído com a ASSOCIAÇÃO;
- (viii) Previsão de aplicação de penalidades de advertência e de multa, por decisão do Conselho de Administração, aos MEMBROS ASSOCIADOS que deixarem de efetuar o pagamento da contribuição associativa, no prazo para tanto determinado;
- (ix) Previsão de que o ingresso de qualquer ASSOCIADO está condicionado à subscrição de termo de adesão, nos termos constantes



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

do ANEXO 19, no qual o ASSOCIADO declara a ciência e a concordância com as regras de funcionamento da ASSOCIAÇÃO;

- (x) Previsão de que os ASSOCIADOS não serão titulares de quota ou fração ideal do patrimônio da ASSOCIAÇÃO;
- (xi) Previsão de que todos os seus bens e direitos serão revertidos ao PODER CONCEDENTE no caso de extinção da ASSOCIAÇÃO, incluindo, mas não se limitando, à propriedade dos bens e equipamentos integrantes do SATM, os direitos de propriedade intelectual da própria ASSOCIAÇÃO e os direitos que decorram da cotitularidade da CONTA DE ARRECADAÇÃO, conforme previsto no artigo 61 do Código Civil;
- (xii) Dever da ASSOCIAÇÃO de criar e implementar mecanismos de fiscalização e combate às fraudes no SATM, devendo ser repassadas a todos os membros, ASSOCIADOS ou ESPECIAIS, as informações sobre as fraudes eventualmente detectadas;
- (xiii) Dever da ASSOCIAÇÃO de acompanhar as evoluções tecnológicas relacionadas ao SATM;
- (xiv) Previsão de que terá assento no Conselho de Administração um representante de cada MEMBRO ASSOCIADO e de cada MEMBRO ESPECIAL, para cumprimento de mandato de dois anos, permitida uma única recondução;
- (xv) Previsão de que os membros do Conselho de Administração não possam integrar a Diretoria ou o Conselho Fiscal;
- (xvi) Previsão de que o Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, por convocação expressa do seu presidente, além de reuniões extraordinárias, por convocação expressa do presidente do Conselho de Administração, por solicitação de cinco conselheiros titulares ou dos suplentes em exercício;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xvii) Previsão do poder de veto motivado dos representantes dos MEMBROS ESPECIAIS no Conselho de Administração, resguardados os direitos expressos em quaisquer dos contratos de concessão ou permissão celebrados pelo PODER CONCEDENTE com os ASSOCIADOS;
- (xviii) Previsão de que, nas reuniões do Conselho de Administração, cada conselheiro titular ou o suplente em exercício terá direito a um voto, sendo as decisões tomadas mediante aprovação das matérias por maioria simples, observado o poder de veto mencionado na alínea anterior;
- (xix) Previsão de que as deliberações da Assembléia-Geral sejam tomadas pela maioria simples dos votos dos presentes, salvo quando exigido quórum qualificado no próprio Estatuto;
- (xx) Previsão de que os membros da Diretoria sejam escolhidos para cumprimento de mandato com duração de quatro anos, permitida uma única recondução;
- (xxi) Previsão de que as deliberações da Diretoria sejam tomadas pela maioria absoluta dos seus membros, admitindo-se a delegação da prática de atos de gestão de recursos orçamentários e financeiros e de administração ao Diretor-Geral, conforme decisão da Diretoria;
- (xxii) Previsão de que o Conselho Fiscal será composto por 03 (três) Conselheiros, eleitos pela Assembleia Geral, um dos quais representante do PODER CONCEDENTE, para cumprimento de mandato de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução;
- (xxiii) Previsão, dentre as competências da Assembleia Geral, das seguintes:
 - a) aprovar as modificações do Estatuto propostas pelo Conselho de Administração;
 - b) eleger ou destituir os conselheiros titulares e suplentes do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, fixando-lhes a forma de remuneração;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- c) eleger e destituir os membros da Diretoria, fixando-lhes os honorários e demais vantagens, em observância à política remuneratória fixada pelo Conselho de Administração;
- d) deliberar anualmente sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Exercício e sobre os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, que deverão ser divulgados com antecedência mínima de trinta dias da realização da Assembléia-Geral Ordinária, devendo essa divulgação ser precedida de aviso a ser publicado em dois jornais de grande circulação nacional;
- e) aprovar a contribuição dos MEMBROS ASSOCIADOS;
- f) deliberar sobre matérias que lhe sejam encaminhadas pelo Conselho de Administração.

(xxiv) Previsão, dentre as competências do Conselho de Administração, das seguintes:

- a) propor à Assembléia-Geral a nomeação e a destituição de Diretores;
- b) propor à Assembléia-Geral as alterações que julgar necessárias no Estatuto da ASSOCIAÇÃO;
- c) deliberar sobre diretrizes, planos e procedimentos de gestão administrativa e linhas de atuação da ASSOCIAÇÃO;
- d) aprovar o orçamento anual apresentado pela Diretoria, bem como suas revisões, para posterior homologação pela Assembléia-Geral;
- e) aprovar e acompanhar o plano anual de investimentos;
- f) aprovar a abertura e fechamento de escritórios regionais;
- g) estabelecer um valor limite máximo para as contratações a serem feitas pela Diretoria da ASSOCIAÇÃO, e expedir autorização para contratações específicas em valores acima do estipulado;
- h) definir o prazo máximo de vigência de contratos cujo valor supere os limites previstos com base na alínea anterior;
- i) deliberar sobre a aquisição e a alienação de bens imóveis pertencentes à ASSOCIAÇÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- j) deliberar sobre alterações na tecnologia empregada no SATM;
- k) propor política de remuneração dos Diretores da ASSOCIAÇÃO, a ser encaminhada para não-objeção do PODER CONCEDENTE;
- l) deliberar sobre quaisquer assuntos que lhe forem submetidos pela Diretoria, inclusive o estabelecimento de critérios e a aplicação de penalidades pelo não cumprimento de dispositivos estatutários;
- m) acompanhar e avaliar a gestão da Diretoria;
- n) resolver os casos omissos neste Estatuto, “ad referendum” da Assembléia-Geral;
- o) convocar extraordinariamente o Conselho Fiscal;
- p) elaborar o Regimento Interno da ASSOCIAÇÃO.

(xxv) Previsão, dentre as competências da Diretoria, das seguintes:

- a) Representar a ASSOCIAÇÃO para todos os fins legais;
- b) propor à Assembléia-Geral a nomeação e a destituição de Diretores;
- c) praticar todos os atos necessários ao funcionamento da ASSOCIAÇÃO;
- d) propor ao Conselho de Administração a aprovação do regimento interno e os regulamentos da ASSOCIAÇÃO;
- e) propor ao Conselho de Administração as diretrizes fundamentais da Administração que devam ser por esse apreciadas;
- f) apresentar ao Conselho de Administração o orçamento anual da ASSOCIAÇÃO;
- g) elaborar e divulgar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Exercício;
- h) desempenhar todas as atribuições de caráter técnico aplicáveis ao SATM;
- i) manter o Conselho de Administração informado das atribuições privativas da Diretoria;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- j) propor ao Conselho de Administração a aprovação da contratação de auditores externos independentes.

(xxvi) Previsão, dentre as competências do Conselho Fiscal, das seguintes:

- a) fiscalizar os atos da administração da ASSOCIAÇÃO, verificando o cumprimento de seus deveres legais e estatutários;
- b) opinar sobre o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Exercício, fazendo constar de seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral;
- c) denunciar aos órgãos da administração e, se esses não tomarem as providências necessárias, à Assembleia Geral, erros, fraudes ou crimes envolvendo bens, serviços ou pessoas da ASSOCIAÇÃO, e sugerir providências a respeito;
- d) tomar conhecimento e analisar a documentação contábil, orçamentária e financeira da ASSOCIAÇÃO que, de acordo com as normas vigentes, lhe devam ser apresentadas, bem como outros assuntos que lhe forem submetidos;
- e) solicitar à administração, sempre que entender necessário, esclarecimentos, informações e demonstrações financeiras ou contábeis especiais.

16.5. O estatuto da ASSOCIAÇÃO deverá ser previamente aprovado pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 17. ADESÃO DE FUTUROS ASSOCIADOS

17.1. A ASSOCIAÇÃO deverá obrigatoriamente aceitar novos ASSOCIADOS operadores de serviço público de transporte público coletivo de passageiros, desde que previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

17.2. Os novos ASSOCIADOS ou o PODER CONCEDENTE deverão arcar, na forma do contrato celebrado entre eles, com os custos relacionados à implantação do SATM nas suas respectivas operações, devendo tal integração ser realizada de acordo com as condições do SATM gerido e administrado pela ASSOCIAÇÃO.



CAPÍTULO V. BENS VINCULADOS À CONCESSÃO

Cláusula 18. BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

18.1. São considerados BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO todos aqueles necessários à prestação dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, incluindo:

- (i) FROTA utilizada pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO;
- (ii) INFRAESTRUTURA inserida na ÁREA DE OPERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 5.3;
- (iii) GARAGENS utilizadas pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, com os correspondentes equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios;
- (iv) Bens e equipamentos utilizados pela CONCESSIONÁRIA relativos ao SATM;
- (v) Sistema automatizado de controle de oferta; e
- (vi) Central de Controle Operacional - CCO.

18.2. A posse, guarda, manutenção e vigilância dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO são de responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.

18.3. Até o início da OPERAÇÃO GLOBAL, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE o INVENTÁRIO de todos os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, o qual deverá ser mantido atualizado pela CONCESSIONÁRIA durante todo o prazo da CONCESSÃO, com as informações pertinentes, sob pena das penalidades cabíveis.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 18.3.1. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção do INVENTÁRIO em condições atuais, sendo certo que qualquer ato que possa caracterizar a tentativa ou a consumação de fraude, mediante dolo ou culpa, na caracterização dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, será considerada infração sujeita às penalidades descritas na Cláusula 62.
- 18.4. Os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO deverão ser devidamente registrados na contabilidade da CONCESSIONÁRIA, de modo a permitir a sua fácil identificação pelo PODER CONCEDENTE, incluindo sua distinção em relação aos BENS PRIVADOS.
- 18.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter, em plenas condições de uso, conservação e segurança, às suas expensas, os BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, durante a vigência da CONCESSÃO, efetuando, para tanto, as reparações, renovações e adaptações necessárias para o bom desempenho dos SERVIÇOS, nos termos previstos neste CONTRATO.
- 18.6. Fica expressamente autorizada à CONCESSIONÁRIA a proposição, em nome próprio, de medidas judiciais para assegurar ou recuperar a posse dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO.
- 18.7. Os investimentos da CONCESSIONÁRIA que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço deverão estar amortizados dentro do prazo da CONCESSÃO, ressalvados os investimentos qualificados como INVESTIMENTOS ADICIONAIS realizados na forma do CAPÍTULO XI, hipótese na qual a amortização deverá observar a disciplina estabelecida quando da autorização, solicitação ou determinação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- 18.8. Os investimentos assumidos pela CONCESSIONÁRIA no âmbito da execução deste CONTRATO visando à aquisição, implantação, reforma, adequação, conservação ou quaisquer outros tipos de investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados devidamente



amortizados e depreciados quando da extinção do prazo de vigência da CONCESSÃO, não cabendo, portanto, qualquer indenização pelo PODER CONCEDENTE ao final do prazo de vigência da CONCESSÃO do CONTRATO.

Cláusula 19. DAS RESTRIÇÕES À ALIENAÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO

- 19.1. Depende de anuência prévia do PODER CONCEDENTE, observadas as limitações da Cláusula 20, a alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros.
- 19.2. A alienação ou transferência de BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO a terceiros somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE quando, cumulativamente, presentes os seguintes requisitos:
- (i) Prova de não comprometimento da continuidade e qualidade na prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO; e
 - (ii) Obrigação da CONCESSIONÁRIA em realizar, quando necessário à continuidade da prestação dos SERVIÇOS, a imediata substituição dos bens a serem alienados ou transferidos, por bens novos, de funcionalidade semelhante e tecnologia igual ou superior.
- 19.3. O PODER CONCEDENTE emitirá sua decisão sobre a alienação, a constituição de ônus ou a transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, em prazo compatível com a complexidade da situação, não podendo ultrapassar 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da solicitação de anuência prévia encaminhada pela CONCESSIONÁRIA.
- 19.4. Os demais bens empregados ou utilizados pela CONCESSIONÁRIA que não constem do INVENTÁRIO previsto na Cláusula 18.3 e que não se qualifiquem



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

como BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO serão considerados BENS PRIVADOS e poderão ser livremente utilizados e transferidos pela CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo do dever de atendimento dos QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e demais disposições deste CONTRATO.

- 19.5. Todos os negócios jurídicos da CONCESSIONÁRIA com terceiros que envolvam os BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO deverão mencionar expressamente sua vinculação à CONCESSÃO.
- 19.6. Os bens vinculados à CONCESSÃO, incluindo os bens imóveis adquiridos pela CONCESSIONÁRIA, por qualquer forma, para a realização dos serviços, afetados à operação, serão considerados bens fora de comércio, não podendo ser, a nenhum título, cedidos, alienados, onerados, arrendados, dados em comodato ou garantia, ou de qualquer outro modo ser permitida a sua ocupação, arrestados, penhorados ou qualquer providência dessa mesma natureza, exceto nas hipóteses previstas neste CONTRATO.

Cláusula 20. DA REVERSIBILIDADE DOS BENS

- 20.1. Extinta a CONCESSÃO, retornam ao PODER CONCEDENTE os BENS REVERSÍVEIS, bem como todos os direitos e os privilégios vinculados à CONCESSÃO, incluindo todas as benfeitorias, quer se qualifiquem como necessárias, úteis ou voluptuárias, que tenham sido realizadas nos BENS REVERSÍVEIS, transferidos ou disponibilizados, nos termos da Cláusula 18, à CONCESSIONÁRIA, ou por esta construídos/implantados e adquiridos, no âmbito da CONCESSÃO, independentemente de quaisquer notificações ou formalidades.
- 20.2. BENS REVERSÍVEIS são todos aqueles vinculados à CONCESSÃO, desapropriados, construídos, adquiridos, produzidos/fabricados e implantados pela CONCESSIONÁRIA, incluindo, mas não se limitando, a edificações/instalações, sistemas, frota de veículos, equipamentos, máquinas, componentes, sobressalentes, bens e direitos para a prestação dos serviços,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

bem como os disponibilizados pelo PODER CONCEDENTE, e, eventualmente, por seus agentes, que se façam necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.

- 20.3. Ressalvada expressa previsão neste CONTRATO em sentido contrário, a reversão será gratuita e automática, com os bens em condições adequadas de operação, utilização e manutenção, bem como livres de quaisquer ônus, encargos, valor residual, tributo, obrigação, gravame ou cobrança de qualquer valor pela CONCESSIONÁRIA, com as características e requisitos técnicos que permitam a plena operação dos SERVIÇOS após a extinção da CONCESSÃO, em iguais condições operacionais em relação àquelas prestadas pela CONCESSIONÁRIA, nos termos da Cláusula 20.4.
- 20.4. Os bens revertidos ao PODER CONCEDENTE deverão estar em adequadas condições de conservação e funcionamento, para permitir a continuidade dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, pelo prazo mínimo adicional de 5 (cinco) anos, salvo quando tiverem vida útil menor.
- 20.5. A FROTA utilizada pela CONCESSIONÁRIA para prestação dos SERVIÇOS poderá ser revertida ao PODER CONCEDENTE ou transferida diretamente à futura concessionária dos SERVIÇOS, caso seja manifestado interesse por parte do PODER CONCEDENTE na reversibilidade, previamente ao termo final de vigência do CONTRATO, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA não poderá se opor à reversão desses bens, ou atuar de maneira a, por qualquer modo, frustrar sua ocorrência.
- 20.5.1. A reversão da FROTA, prevista na Cláusula 20.5, ocorrerá mediante pagamento de indenização à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE ou diretamente pela futura concessionária dos SERVIÇOS, calculada de acordo com o valor de mercado dos VEÍCULOS que compõem a FROTA no momento da extinção da CONCESSÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

20.5.2. O valor de mercado dos VEÍCULOS será apurado a partir dos dados disponíveis à época, preferencialmente a partir da tabela publicada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou outro referencial que vier a substituí-la.

20.6. A reversão das GARAGENS utilizadas pela CONCESSIONÁRIA para a prestação dos SERVIÇOS, de forma a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, observará a seguinte disciplina:

20.6.1. Para as GARAGENS de propriedade da CONCESSIONÁRIA, esta deverá, no prazo de 02 (dois) anos do termo final de vigência do CONTRATO, subscrever termo pelo qual se comprometa a assegurar a utilização da GARAGEM, nas mesmas condições de sua própria ocupação, pelo PODER CONCEDENTE ou por futura concessionária dos SERVIÇOS, incluindo todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, edificações e acessórios existentes na GARAGEM destinados à prestação dos SERVIÇOS, mediante remuneração arbitrada pelo PODER CONCEDENTE, com base em valores de mercado vigentes à época da extinção da CONCESSÃO.

20.6.2. Eventual discordância da CONCESSIONÁRIA quanto ao valor arbitrado pelo PODER CONCEDENTE com base na Cláusula 20.6.1 deverá ser dirimida de acordo com os métodos de solução de controvérsias estabelecidos neste CONTRATO, não legitimando qualquer recusa da CONCESSIONÁRIA na disponibilização das GARAGENS determinada na Cláusula 20.6.1.

20.6.3. Para as GARAGENS que não sejam de propriedade da CONCESSIONÁRIA, esta deverá, ao longo de toda a vigência do CONTRATO, fazer constar, do contrato que detiver com o proprietário do imóvel, cláusula pela qual este se comprometa a assegurar a utilização, pelo PODER CONCEDENTE ou por futura concessionária dos SERVIÇOS, da GARAGEM nas mesmas condições do contrato vigente, incluindo todos os equipamentos, máquinas, aparelhos,



edificações e acessórios existentes na GARAGEM destinados à prestação dos SERVIÇOS, pelo PODER CONCEDENTE ou pela futura concessionária dos SERVIÇOS, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

- 20.7. Na hipótese de extinção antecipada do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou não depreciado dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO e investimentos realizados na CONCESSÃO, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos SERVIÇOS concedidos, observada a disciplina estabelecida neste CONTRATO.
- 20.8. Caso a CONCESSIONÁRIA não cumpra as condições estabelecidas nesta Cláusula, o PODER CONCEDENTE terá direito à indenização, a ser calculada nos termos da legislação aplicável, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento, e de demais medidas voltadas a assegurar o adimplemento contratual.
- 20.9. Durante o procedimento de extinção da CONCESSÃO e de transição contratual, o PODER CONCEDENTE procederá à vistoria dos BENS REVERSÍVEIS, da qual participará um representante da CONCESSIONÁRIA, destinada a verificar o estado de conservação e manutenção dos bens.

Cláusula 21. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DOS BENS AO TÉRMINO DA CONCESSÃO

- 21.1. No caso de extinção da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá transferir ao PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, todos os BENS REVERSÍVEIS, em perfeito estado de uso, conservação e funcionamento.
- 21.2. Fica facultado ao PODER CONCEDENTE sub-rogar-se nos contratos vigentes de interesse da CONCESSÃO, que tenham sido celebrados pela CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

21.3. No prazo de 12 (doze) meses antes do término da CONCESSÃO, ou, imediatamente, no caso de extinção antecipada do CONTRATO, para assegurar a continuidade dos SERVIÇOS, será constituída COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, a ser composta pelo PODER CONCEDENTE, pela CONCESSIONÁRIA, por um auditor independente e pelo futuro operador dos serviços objeto deste CONTRATO, caso não venha a ser o próprio PODER CONCEDENTE, para estabelecer um programa de desmobilização operacional, a fim de definir regras e procedimentos para a assunção da operação dos SERVIÇOS e dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE ou pela futura concessionária dos SERVIÇOS.

21.3.1. Para a escolha do auditor independente, a CONCESSIONÁRIA deverá indicar, a seu critério, 3 (três) propostas com nome de empresas, no prazo fixado no programa de desmobilização operacional, para prévia homologação do PODER CONCEDENTE, obedecidos os requisitos que seguem nesta Cláusula 21.3, para aprovação da lista.

21.3.2. As empresas de auditoria indicadas pela CONCESSIONÁRIA devem ser de renome no mercado pela idoneidade, imparcialidade, ética e competência técnica.

21.3.3. O auditor independente deverá ser substituído se, no curso do contrato, deixar de atender aos requisitos aqui estabelecidos.

21.3.4. Na hipótese de substituição, seja por qual motivo for, novo auditor independente deverá ser escolhido pelas PARTES, observado o mesmo procedimento previsto na Cláusula 21.3.1.

21.3.5. A substituição do auditor independente não o exime das responsabilidades até então assumidas.

21.3.6. A remuneração do auditor independente será de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA.

21.4. O programa de desmobilização operacional de que trata a Cláusula 21.3 deverá detalhar a forma adotada pela CONCESSIONÁRIA para a prestação



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

dos SERVIÇOS, bem como o estado de conservação e de manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, com laudos e relatórios técnicos, emitidos por profissional habilitado.

21.5. A COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO poderá realizar as vistorias que julgar necessárias à plena execução de suas atividades, de forma a garantir a transição contratual sem qualquer prejuízo à continuidade dos SERVIÇOS, além de acompanhar a execução de laudos e relatórios técnicos.

21.6. Após as vistorias confirmatórias, incluindo os laudos e relatórios técnicos do estado de conservação e manutenção dos BENS REVERSÍVEIS, caberá à COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO relatar ao PODER CONCEDENTE, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias antes do advento do termo contratual, ou, em até 30 (trinta) dias, no caso de extinção antecipada da CONCESSÃO, a situação dos BENS REVERSÍVEIS, opinando quanto à possibilidade de lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, bem como quanto a eventuais necessidades de correções ou de substituições.

21.6.1. As conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO possuem caráter meramente informativo e opinativo, não vinculando o PODER CONCEDENTE para a lavratura do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO.

21.6.2. A CONCESSIONÁRIA e o futuro operador dos SERVIÇOS vinculam-se às conclusões alcançadas pela COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO, salvo no que disser respeito às ressalvas expressamente apontadas pelo respectivo representante, no relatório final da COMISSÃO DE DESMOBILIZAÇÃO.

21.6.3. O TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, a ser lavrado pelo PODER CONCEDENTE, retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação, bem como a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade exclusiva da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 21.6.4. Na hipótese de eventuais correções ou de substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO deverá indicar, de forma motivada, o prazo para sua execução.
- 21.6.5. As correções e as substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de usabilidade, atualização e manutenção, conforme obrigação constante da Cláusula 21.1, não gerarão direito a indenização ou a compensação em seu favor.
- 21.6.6. A não realização das correções e das substituições previstas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO implicará na fixação de indenização a favor do PODER CONCEDENTE, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.
- 21.7. O PODER CONCEDENTE poderá determinar no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO a entrega da documentação técnica e administrativa, bem como o repasse das orientações operacionais relativas aos serviços concedidos, que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONÁRIA.
- 21.8. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar, no prazo fixado no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.
- 21.9. No prazo máximo de até 60 (sessenta) dias anteriores ao marco previsto para o término do CONTRATO, verificado o integral cumprimento das determinações do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, exceto as eventuais impossibilidades devidamente justificadas, e comprovadas as condições para o recebimento dos bens nele inventariados de forma que fique garantida a continuidade da operação dos serviços concedidos, deverá ser dado início às



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

atividades de assunção da prestação dos serviços concedidos pelo PODER CONCEDENTE, ou a quem este indicar, a título de transição, devendo a CONCESSIONÁRIA se manter na prestação dos serviços até a lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, liberando, assim, a CONCESSIONÁRIA de suas obrigações.

21.10. Findo o prazo de vigência do CONTRATO, e cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO ou, adimplidas as eventuais indenizações, será lavrado o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO.

21.11. O PODER CONCEDENTE poderá incluir no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, o direito do próprio PODER CONCEDENTE, de empresa da Administração Indireta, ou da futura concessionária dos SERVIÇOS, à sub-rogação nos contratos relativos a atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da CONCESSÃO, bem como nos contratos de fontes de RECEITAS ACESSÓRIAS celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, cabendo à CONCESSIONÁRIA prever tal possibilidade em tais ajustes e tomar as providências necessárias para garantir o aditamento os contratos indicados, em iguais condições pelo PODER CONCEDENTE, por empresa da Administração Indireta ou da futura concessionária dos SERVIÇOS.

21.12. Não exercida a faculdade prevista na Cláusula 21.11 até o prazo previsto na Cláusula 21.9, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte ao final da vigência da CONCESSÃO, não assumindo o PODER CONCEDENTE qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos mesmos e não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA.

21.13. A CONCESSIONÁRIA, desde 6 (seis) meses antes do advento do termo contratual, ou a partir da extinção da CONCESSÃO operada por outra causa, não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuir valores a qualquer título entre os acionistas da SPE, antes que o PODER



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCEDENTE, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, ateste que os bens revertidos encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas ao PODER CONCEDENTE, a título de indenização ou qualquer outro título.

- 21.14. Quando da emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, será liberada a integralidade da GARANTIA DE EXECUÇÃO do CONTRATO, descontadas as eventuais multas aplicadas, bem como quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.
- 21.15. Eventuais indenizações devidas pelo PODER CONCEDENTE quando da extinção da CONCESSÃO não impedirão a retomada da CONCESSÃO.
- 21.16. A lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO não exclui a responsabilidade civil e a ético-profissional pela prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, dentro dos limites estabelecidos pela lei.
- 21.17. Nas hipóteses de extinção antecipada do CONTRATO, o TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO deverão ser emitidos em até 30 (trinta) dias úteis da retomada da CONCESSÃO, desde que concluída a aferição de eventuais indenizações cabíveis ao PODER CONCEDENTE e/ou CONCESSIONÁRIA, aplicando-se, no que couber, o disposto nesta Cláusula 21



CAPÍTULO VI. CONCESSIONÁRIA

Cláusula 22. DA ESTRUTURA SOCIETÁRIA DA CONCESSIONÁRIA

- 22.1. A CONCESSIONÁRIA deverá se constituir em forma de SPE, sob a forma de sociedade por ações, constituída de acordo com a lei brasileira, como condição para a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS, com finalidade única de explorar o objeto da CONCESSÃO e as RECEITAS ACESSÓRIAS, e de participar da ASSOCIAÇÃO, com proibição expressa de praticar quaisquer atos estranhos ao seu objeto social.
- 22.2. Os atos constitutivos da SPE passarão a figurar como anexo deste CONTRATO, devendo sua sede e seu foro serem no Estado de São Paulo.
- 22.3. Após a formalização da constituição da SPE, esta deverá celebrar termo aditivo a este CONTRATO, subrogando-se na posição contratual de contratada ou, se existente, do CONSÓRCIO e das pessoas jurídicas que o compõem, passando a figurar, conseqüentemente, para todos os fins previstos neste CONTRATO, na condição de CONCESSIONÁRIA.
- 22.3.1. Na assinatura do termo aditivo a que se refere a Cláusula 22.3, os acionistas diretos da SPE deverão figurar como intervenientes/anuentes, assumindo a responsabilidade solidária prevista na Cláusula 64.
- 22.3.2. O CONSÓRCIO, se existente, se extinguirá após a formalização da SPE, mediante expressa anuência do PODER CONCEDENTE.
- 22.4. Caberá à SPE a execução de todas as obrigações contratuais a ela atribuídas pelo CONTRATO, às quais estará também vinculada, podendo subcontratar terceiros conforme o regramento previsto neste CONTRATO.



Cláusula 23. DA CONSTITUIÇÃO DA SOCIEDADE DE PROPÓSITO ESPECÍFICO - SPE

23.1. A CONCESSIONÁRIA deverá enviar ao PODER CONCEDENTE, como condição para a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS, as seguintes informações:

- (i) Estatuto social da SPE, registrado na JUCESP, e eventuais acordos de acionistas;
- (ii) Composição dos órgãos da administração da SPE;
- (iii) Estrutura organizacional da SPE, até o primeiro escalão hierárquico abaixo da diretoria, incluindo a função de ouvidor e a função de atendimento ao usuário;
- (iv) Composição do capital social, identificando a participação de cada acionista da SPE;

23.2. A SPE deverá adotar padrões de governança corporativa e adotar contabilidade e demonstrações financeiras padronizadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, baseadas na Lei Federal nº 6.404/76, nas normas expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e nas Interpretações, Orientações e Pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em particular, da Interpretação Técnica ICPC 01 – Contratos de Concessão (correlação à Norma Internacional de Contabilidade – IFRIC 12).

23.3. O percentual de participação de cada acionista no capital social da SPE deverá ser idêntico àquele previsto para fins de participação da LICITANTE VENCEDORA, por meio de CONSÓRCIO, na LICITAÇÃO.



Cláusula 24. DO ESTATUTO SOCIAL DA SPE

24.1. O Estatuto Social da SPE deverá contemplar Cláusula que:

- (i) Vede alteração do seu objeto social, salvo para incluir atividades que envolvam a exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (ii) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE os atos descritos na Cláusula 28.1 do CONTRATO;
- (iii) Garanta ao interventor nomeado pelo PODER CONCEDENTE o poder de decisão em caso de intervenção, nos termos da Cláusula 54;
- (iv) Submeta à prévia autorização do PODER CONCEDENTE a contratação de empréstimos ou obrigações, cujos prazos de amortização excedam o termo final do CONTRATO.

24.2. A CONCESSIONÁRIA deverá submeter à prévia aprovação do PODER CONCEDENTE qualquer modificação em seu estatuto, durante todo o período da CONCESSÃO, observado o disposto na Cláusula 24.1.

24.3. O exercício financeiro da CONCESSIONÁRIA coincidirá com o ano civil.

24.4. A participação de capitais não nacionais na CONCESSIONÁRIA obedecerá à legislação brasileira em vigor.

Cláusula 25. CAPITAL SOCIAL

25.1. O capital social subscrito mínimo da SPE será, no mínimo, no valor previsto no item 13.22, inciso VIII, do Edital, o qual corresponde a R\$ [__] ([__]).

25.2. Para a emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS, deverá a SPE contar com, no mínimo, 100% (cem por cento) do seu capital social devidamente subscrito e, no



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

mínimo, 50% (cinquenta por cento) de seu capital social devidamente integralizado, em moeda corrente nacional.

25.3. O restante do capital social subscrito pela CONCESSIONÁRIA deverá ser integralizado no prazo máximo de 10 (dez) meses a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS, conforme cronograma apresentado pela CONCESSIONÁRIA em sua PROPOSTA DE PREÇO.

25.3.1. Os valores constantes das Cláusulas 25.1 e 25.2 deverão ser reajustados, nas parcelas ainda não integralizadas quando da ocorrência de cada reajuste, nas mesmas condições da Cláusula 12.

25.4. Enquanto não estiver completa a integralização, nos termos da Cláusula 25.1, os acionistas da SPE são solidariamente responsáveis, independentemente da proporção das ações subscritas por cada um, perante o PODER CONCEDENTE, por obrigações da CONCESSIONÁRIA nos termos deste CONTRATO, até o limite do valor da parcela faltante para integralização, conforme disposto na Cláusula 64.

25.5. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a manter o PODER CONCEDENTE permanentemente informado sobre o cumprimento, pelos acionistas da SPE, da integralização do capital social, podendo o PODER CONCEDENTE realizar diligências e auditorias para a verificação da situação.

25.6. A SPE não poderá, durante o prazo da CONCESSÃO, reduzir seu capital social abaixo do valor mínimo estabelecido na Cláusula 25.1, sem a prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE.

25.7. O capital social da CONCESSIONÁRIA poderá ser aumentado a qualquer tempo, conforme a necessidade de aportes adicionais para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares ao serviço concedido,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

bem como a implementação de projetos associados e a prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.

Cláusula 26. DA ALTERAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO DA SPE

26.1. A CONCESSIONÁRIA deverá obter prévia anuência do PODER CONCEDENTE para qualquer modificação de sua composição societária que implique modificação do controle acionário, nos termos deste CONTRATO e do Artigo 27 da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES.

26.1.1. Entende-se, para fins deste CONTRATO, por detentor direto do poder de controle da CONCESSIONÁRIA, a pessoa, natural ou jurídica, ou o grupo de pessoas vinculadas por acordo de voto, ou sob controle comum, integrante da estrutura acionária direta da CONCESSIONÁRIA, que atenda às condições indicadas nas alíneas do artigo 116 da Lei Federal n.º 6.404/1976.

26.1.2. Entende-se, para fins deste CONTRATO, por modificação do controle acionário, a ocorrência de alguma das situações previstas no artigo 254-A, §1º, da Lei Federal n.º 6.404/1976.

26.1.3. A anuência prévia do PODER CONCEDENTE, para a hipótese de transferência indireta do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, assim entendida a alteração do controle acionário dos acionistas controladores diretos da SPE, somente será exigida quando utilizada na LICITAÇÃO, pela CONCESSIONÁRIA a faculdade prevista no item 13.13 do EDITAL, hipótese na qual será aferida, tão-somente, a persistência das condições de qualificação técnica necessárias à prestação dos SERVIÇOS.

26.2. Desde que possam, em bloco ou isoladamente, caracterizar modificação direta ou indireta do controle acionário, estão compreendidos, exemplificadamente, como ato(s) sujeito(s) à prévia anuência do PODER CONCEDENTE:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Celebração ou alteração de acordo de acionistas;
- (ii) Emissão de valores mobiliários conversíveis em ações; e
- (iii) Instituição de garantia e direitos a terceiros sobre ações.

26.3. Não estão sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos de modificação da estrutura acionária da CONCESSIONÁRIA, nas hipóteses em que as empresas originalmente detentoras do controle direto da CONCESSIONÁRIA permaneçam com posição acionária suficiente para prosseguir no exercício do poder de controle da companhia, sem a participação de terceiros que não compunham, previamente ao ato, o bloco de controle da CONCESSIONÁRIA.

26.4. São igualmente sujeitos à anuência prévia do PODER CONCEDENTE os atos que impliquem em alteração do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, ainda que o controle indireto permaneça com o mesmo GRUPO ECONÔMICO.

26.5. Sociedades coligadas, controladas ou de simples participação, nos termos dos artigos 1.097 e seguintes, do Código Civil e do artigo 278, da Lei Federal n.º 6.404/1976, e as empresas ou fundos de investimentos que possuam diretores, gestores ou acionistas (com mais de 10% de participação) ou representantes legais comuns, bem como aquelas que dependem econômica ou financeiramente de outra empresa ou fundo de investimento, além das empresas ou fundos de investimento sujeitos a uma mesma estrutura global, incluindo compartilhamento global de conhecimento, governança e política corporativa.

26.6. Para obter a anuência do PODER CONCEDENTE, o pretendente deverá:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Atender às exigências de capacidade técnica, idoneidade financeira e regularidade jurídica e fiscal que foram exigidas na LICITAÇÃO, e que sejam necessárias à continuidade da prestação do SERVIÇO; e
 - (ii) Comprometer-se a cumprir todas as cláusulas contratuais, bem como as estipuladas pelo EDITAL e seus Anexos.
- 26.7. O atendimento às condições de qualificação econômico-financeira previstas no EDITAL, nas alterações do controle acionário da CONCESSIONÁRIA, será exigido apenas até o cumprimento integral do cronograma de integralização do capital social da SPE.
- 26.8. Para a transferência do controle societário da SPE, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar ao PODER CONCEDENTE notificação de transferência de controle, solicitando a transferência almejada e apresentando, no mínimo, as seguintes informações:
- (i) Explicação da operação societária almejada e da estrutura societária proposta para o momento posterior à transferência de controle;
 - (ii) Justificativa para a realização da transferência de controle;
 - (iii) Indicação e qualificação das sociedades que passarão a figurar como controladoras ou integrar o bloco de controle da SPE, apresentando, ainda, a relação dos integrantes da administração da SPE e seus controladores, bem como eventual acordo de acionistas;
 - (iv) Demonstração do quadro acionário da SPE após a operação de transferência de controle almejada;
 - (v) Demonstração do atendimento aos requisitos previstos na Cláusula 26.6;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (vi) Documentos relacionados à operação societária almejada, tais como cópia de atas de reunião de sócios ou acionistas da CONCESSIONÁRIA, correspondências, relatórios de auditoria e demonstrações financeiras.
 - (vii) Compromisso de todos os envolvidos de que a operação de transferência de controle ficará suspensa até que obtida a aprovação nos órgãos competentes.
- 26.9. A transferência do controle acionário da CONCESSIONÁRIA somente será autorizada pelo PODER CONCEDENTE:
- (i) Quando a transferência não prejudicar, nem tampouco colocar em risco, a execução do CONTRATO; e
 - (ii) Mediante a comprovação do cumprimento regular das obrigações assumidas no CONTRATO e posteriores aditivos.
- 26.10. O PODER CONCEDENTE examinará o pedido no prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis por igual período, caso necessário, podendo, a seu critério, solicitar esclarecimentos e documentos adicionais à CONCESSIONÁRIA e/ou aos FINANCIADORES, convocar os sócios ou acionistas controladores da CONCESSIONÁRIA, e promover quaisquer diligências que considerar adequadas.
- 26.11. A autorização para a transferência do controle da CONCESSIONÁRIA, caso seja concedida pelo PODER CONCEDENTE, será formalizada, por escrito, indicando as condições e requisitos para sua realização.
- 26.12. A realização das operações societárias alcançadas por esta Cláusula 26, sem a obtenção da anuência do PODER CONCEDENTE, previamente à formalização da operação, importará na aplicação das sanções previstas neste CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE, adicionalmente à aplicação das penalidades:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Determinar, quando possível a anuência, que a proponente apresente a documentação pertinente e solucione eventuais pendências, ainda que extemporaneamente;
- (ii) Determinar que a CONCESSIONÁRIA retorne ao *status quo ante*, quer mediante atuação da própria CONCESSIONÁRIA, desfazendo a alteração societária ou praticando atos societários que impliquem em retorno do capital acionário à empresa originalmente detentora das ações, quer, de outro lado, por ato do próprio PODER CONCEDENTE, buscando a anulação da alteração societária realizada ao arrepio da lei e do estatuto social da própria CONCESSIONÁRIA, observando-se o disposto no artigo 35, inciso I, da Lei Federal nº 8.934/1994; e
- (iii) Em não sendo possível a superação do vício na alteração da composição acionária da CONCESSIONÁRIA ou de seus controladores, a decretação da caducidade da concessão, com as consequências previstas na Cláusula 58.

26.13. A CONCESSIONÁRIA poderá dar em garantia os direitos emergentes da CONCESSÃO, bem como constituir ônus e/ou gravames sobre ações da SPE, em contratos de financiamento, desde que não comprometa a operacionalização e a continuidade da execução das obras e dos serviços objeto da CONCESSÃO.

26.13.1. Consideram-se direitos emergentes da CONCESSÃO todos e quaisquer direitos, receitas e recebíveis da CONCESSÃO, incluindo a RECEITA TARIFÁRIA e as RECEITAS ACESSÓRIAS.

26.13.2. As ações correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA poderão ser dadas em garantia de financiamento de qualquer natureza, observadas as condições previstas neste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

26.13.3. Os contratos de financiamento da CONCESSIONÁRIA poderão outorgar aos FINANCIADORES, de acordo com as regras de direito privado aplicáveis, o direito de assumir o controle da CONCESSIONÁRIA em caso de inadimplemento contratual, pela CONCESSIONÁRIA, dos referidos contratos de financiamento ou deste CONTRATO.

26.13.4. Os FINANCIADORES ficarão dispensados de demonstrar idoneidade financeira, desde que estejam devidamente autorizados a atuar como instituição financeira no Brasil, caso ocorra a transferência da CONCESSÃO como medida de compensação e ressarcimento ao inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA.

26.14. A assunção do controle da CONCESSIONÁRIA não alterará as obrigações da CONCESSIONÁRIA e de seus controladores perante o PODER CONCEDENTE, até a data de assunção do controle por terceiros.

Cláusula 27. DOS ATOS DEPENDENTES DE ANUÊNCIA PRÉVIA OU COMUNICAÇÃO AO PODER CONCEDENTE

27.1. Hipóteses que demandam anuência prévia do PODER CONCEDENTE

27.1.1. Dependem de prévia anuência do PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas, inclusive podendo ensejar a decretação da caducidade da CONCESSÃO:

- (iv) alteração do Estatuto Social da SPE;
- (v) fusão, incorporação, cisão, transformação ou qualquer forma de reestruturação societária que implique TRANSFERÊNCIA



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

DO CONTROLE ACIONÁRIO da SPE, nos termos da Cláusula Cláusula 26;

- (vi) alienação do controle ou transferência da SPE, operacionalizada pelos FINANCIADORES e/ou garantidores, para fins de reestruturação financeira da CONCESSIONÁRIA;
- (vii) criação de subsidiárias, inclusive para exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS;
- (viii) redução do capital social da SPE;
- (ix) contratação ou alteração na cobertura de seguros, na seguradora contratada e/ou nas garantias contratadas pela CONCESSIONÁRIA e relacionados ao presente CONTRATO, mesmo aquelas cuja contratação seja decorrente do quanto estabelecido em sede do procedimento das REVISÕES ORDINÁRIAS;
- (x) contratação de qualquer financiamento, emissão de títulos e valores mobiliários, toda e qualquer operação de dívida contratada pela SPE, contratação de seguros e garantias;
- (xi) alienação, constituição de ônus ou transferência, de qualquer natureza, dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO, nos termos da **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, pela CONCESSIONÁRIA a terceiros, inclusive seus FINANCIADORES ou garantidores;
- (xii) oferecimento, pela CONCESSIONÁRIA, de créditos e receitas a que fizer jus a título de remuneração em decorrência deste CONTRATO, como garantia de financiamentos;
- (xiii) dação de ações ou direitos correspondentes ao controle da CONCESSIONÁRIA em garantia de financiamentos; e
- (xiv) subcontratação ou terceirização de serviços, nos termos da **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e Cláusula 52.

27.1.2. Os procedimentos de anuência prévia relacionados às hipóteses previstas na Cláusula 27.1.1 observarão as seguintes regras, salvo quando houver procedimento específico já disciplinado neste CONTRATO para algumas dessas hipóteses:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

27.1.3. O pleito de anuência prévia deverá ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA com antecedência suficiente para permitir a devida análise e manifestação do PODER CONCEDENTE em tempo hábil e razoável, considerando o cuidado com o não comprometimento da(s) operação(ões) intentada(s) pela CONCESSIONÁRIA que dependa(m) de autorização do PODER CONCEDENTE:

27.1.4. O pleito de anuência prévia a ser apresentado pela CONCESSIONÁRIA deverá ser acompanhado da documentação pertinente para caracterização e explicação da operação pretendida, e de outros documentos que venham a ser eventualmente exigidos pelo PODER CONCEDENTE, especialmente aqueles que sejam necessários à demonstração dos seguintes aspectos: (i) prova de não comprometimento da continuidade na prestação dos serviços objeto deste CONTRATO; e (ii) prova de não comprometimento da qualidade na prestação dos SERVIÇOS CONCEDIDOS.

27.1.5. O PODER CONCEDENTE terá 60 (sessenta) dias, contados do recebimento do pleito de anuência prévia apresentado pela CONCESSIONÁRIA para apresentar resposta escrita ao pedido, podendo conceder a anuência, rejeitar o pedido ou formular exigências para concedê-la.

27.1.6. Caso o PODER CONCEDENTE rejeite o pedido ou exija complementações, deverá fazê-lo de maneira fundamentada, podendo apresentar proposta alternativa para que a operação pretendida seja acatada.

27.2. Operações e situações que devem ser comunicadas ao PODER CONCEDENTE



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

27.2.1. Dependem de comunicação ao PODER CONCEDENTE, em até 05 (cinco) dias depois de consumados, sem prejuízo das demais hipóteses previstas neste CONTRATO e na legislação e regulação aplicável, os seguintes atos e operações eventualmente praticados pela CONCESSIONÁRIA, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO:

- (xv) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO, mas que impliquem transferência de, no mínimo, 20% (vinte por cento) das ações com direito a voto na SPE;
- (xvi) alterações na composição acionária da SPE que não impliquem TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO, mas que impliquem transferência de, no mínimo, 10% (dez por cento) das ações com direito a voto da SPE detidas por um único acionista;
- (xvii) alterações nos acordos de voto aplicáveis a eventual bloco de controle da SPE, desde que não impliquem TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE ACIONÁRIO;
- (xviii) perda de qualquer condição essencial à prestação dos SERVIÇOS CONCEDIDOS pela CONCESSIONÁRIA;
- (xix) aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, por qualquer órgão ou entidade que tenha competência para tanto, especialmente quanto à inadimplência em relação às obrigações tributárias, previdenciárias, de segurança e medicina do trabalho, ou aplicadas por qualquer órgão com competência para regular e fiscalizar as atividades da CONCESSIONÁRIA, ou ainda de caráter ambiental;
- (xx) requerimento de Recuperação Judicial; e
- (xxi) substituição do responsável técnico da SPE, indicado nos termos da Cláusula **Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada..**



CAPÍTULO VII. OPERAÇÃO DOS SERVIÇOS E MANUTENÇÃO DOS TERMINAIS

Cláusula 28. DISCIPLINA DE OPERAÇÃO

- 28.1. Os SERVIÇOS deverão ser prestados ininterruptamente, pela CONCESSIONÁRIA, durante todo o período da CONCESSÃO, de forma adequada ao pleno atendimento dos USUÁRIOS, em conformidade com os termos da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES e da LEI ESTADUAL DE CONCESSÕES, e deverão observar as normas e especificações constantes do presente CONTRATO, seus ANEXOS, e demais normas pertinentes, obedecendo aos procedimentos operacionais estabelecidos pelo PODER CONCEDENTE.
- 28.2. A prestação dos serviços objeto desta CONCESSÃO, pela CONCESSIONÁRIA, compreende os municípios arrolados na Cláusula 5.1, e envolve a execução dos serviços descritos na Cláusula 5.
- 28.3. Para a prestação dos serviços correspondentes à operação do transporte público de passageiros, em atendimento à demanda existente, a CONCESSIONÁRIA deverá observar os parâmetros para cálculo do dimensionamento da oferta de viagens e frota, definidos no ANEXO 10, os quais constituem regra operacional do CONTRATO.
- 28.3.1. A FROTA inicial deverá obedecer às condições da PROPOSTA, elaborada com base na Tabela de Equivalência de Veículos constante do ANEXO 37 e o disposto no ANEXO 22.
- 28.3.2. Os horários de início e término da jornada operacional de cada LINHA DE ÔNIBUS ou serviço complementar, e os intervalos entre as partidas, informados no ANEXO 04, deverão ser cumpridos rigorosamente.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 28.4. O início da operação dar-se-á, obrigatoriamente, em conformidade com a situação atual das LINHAS DE ÔNIBUS e respectivas características operacionais autorizadas, conforme ANEXOS 03 e 04, e está condicionado ao atendimento de todos os requisitos previstos na Cláusula 7.5, em especial a comprovação da plena operação do SATM, preservando-se os cartões eletrônicos em poder dos USUÁRIOS e os créditos vigentes, sem qualquer interrupção na prestação dos serviços de arrecadação e bilhetagem aos USUÁRIOS.
- 28.5. A transição operacional será efetuada de acordo com a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO apresentada pela CONCESSIONÁRIA.
- 28.6. Ao longo da vigência do CONTRATO, a CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE, para as LINHAS DE ÔNIBUS REGULARES relacionadas no ANEXO 03, alterações dos itinerários e da programação especificadas no Anexo 04, ou a inserção de novos trajetos, junções, separações ou eliminações de LINHAS DE ÔNIBUS.
- 28.6.1. Todas as reformulações de operação deverão atender aos parâmetros apresentados no ANEXO 10, respeitar a legislação em vigor, e deverão ser submetidas à análise e aprovação do PODER CONCEDENTE.
- 28.6.2. A análise de que trata a Cláusula 28.6.1 será feita pelo PODER CONCEDENTE com respaldo em parecer técnico emitido pela EMTU sobre o assunto.
- 28.7. Todos os VEÍCULOS da FROTA deverão atender ao padrão de comunicação visual constante do ANEXO 15 e as especificações constantes do ANEXO 14, desde a sua disponibilização.
- 28.7.1. A CONCESSIONÁRIA poderá propor, ao longo da execução do CONTRATO, a utilização de VEÍCULOS diferenciados dos apresentados no ANEXO 14, após expressa aprovação do PODER



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCEDENTE, a qual apenas ocorrerá, caso demonstrado, pela CONCESSIONÁRIA, que a alteração proporcionará um atendimento igual ou superior ao padrão de SERVIÇO apresentado no ANEXO 10.

28.7.2. A eventual recusa do PODER CONCEDENTE em conferir a aprovação à utilização de VEÍCULOS diferenciados dos apresentados no Anexo 14 não gerará à CONCESSIONÁRIA qualquer direito a indenização ou a reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.8. A idade máxima de cada VEÍCULO está limitada a:

- (i) 10 (dez) anos, contados da data de fabricação dos chassis dos veículos do tipo ônibus e microônibus, para LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS e para as LINHAS DE ÔNIBUS SELETIVAS;
- (ii) 12 (doze) anos, contados da data de fabricação dos chassis dos veículos do tipo articulado/bi-articulado, para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS e para as LINHAS DE ÔNIBUS SELETIVAS; e
- (iii) 5 (cinco) anos, contados da data de fabricação dos chassis, para as LINHAS ESPECIAIS.

28.9. A idade média da FROTA deverá, obrigatoriamente e em conformidade com a METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ser igual ou inferior a 6 (seis) anos, durante toda a CONCESSÃO.

28.10. Para cálculo da idade dos VEÍCULOS, os chassis fabricados entre 1º de janeiro e 31 de dezembro completarão 1 (um) ano em 1º de julho do ano seguinte.

28.11. A CONCESSIONÁRIA, ao longo de toda a vigência do CONTRATO, deverá atender às especificações do plano básico de operação e aos procedimentos de manutenção veicular, constantes dos ANEXOS 09 e 17.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 28.12. Durante a vigência do CONTRATO, nenhum VEÍCULO poderá ser substituído por outro de características inferiores, sob qualquer aspecto ligado à idade, conforto, segurança, desempenho, emissão de poluentes e acessibilidade aos USUÁRIOS portadores de deficiência física ou mobilidade reduzida.
- 28.13. A CONCESSIONÁRIA deverá, durante a vigência do CONTRATO, adequar sua FROTA às normas constantes na legislação de acessibilidade vigente, entre estas: Lei Federal n.º 10.048/2000, Lei Federal n.º 10.098/2000, Decreto Federal n.º 5.296/2004 e suas alterações posteriores, Lei Estadual n.º 12.225/2006 e Resolução STM n.º 27, de 5 de maio de 2006, além das Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, observando seus prazos.
- 28.14. A CONCESSIONÁRIA deverá adequar a sua FROTA, ou parte dela, às inovações tecnológicas impostas pelos Municípios, quanto à compatibilidade com o sistema viário local, desde que aceitas pelo PODER CONCEDENTE.
- 28.15. Os critérios para operação das LINHAS DE ÔNIBUS que atendem ou vierem atender as áreas de concessão distintas, estão definidos no Anexo 30.
- 28.16. A CONCESSIONÁRIA, para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS, deverá obrigatoriamente manter, em tempo integral, um posto de cobrador, ressalvando-se exclusivamente as situações descritas abaixo, nas quais a manutenção do posto de cobrador, em tempo integral ou parcial, é facultativa à CONCESSIONÁRIA:
- (i) LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS nas quais o pagamento da TARIFA PÚBLICA seja 100% (cem por cento) realizado através de sistema de bilhetagem automática ou eletrônica, mediante a utilização de cartão eletrônico ou Bilhete Edmonson;
 - (ii) LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS nas quais 100% (cem por cento) dos embarques são executados em decorrência de integração tarifária com outros modais, sem nova cobrança de TARIFA PÚBLICA do USUÁRIO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(iii) LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS nas quais 100% (cem por cento) dos USUÁRIOS efetuem o pagamento da TARIFA PÚBLICA previamente ao embarque;

(iv) LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS cujo Índice de Passageiro Pagante em Dinheiro por Quilômetro (IPPDK) seja igual ou inferior a 1,0 (um);

28.16.1. O Índice de Passageiro Pagante em Dinheiro por Quilômetro (IPPDK), o Índice de Usuários da Bilhetagem Eletrônica e o CUV – Passageiros por Viagem serão objeto de publicação no RMO – Relatório Mensal de Operação.

28.16.2. A cobrança da TARIFA PÚBLICA por parte do condutor do VEÍCULO não poderá importar em qualquer prejuízo ao tempo de percurso e ao número de viagens programadas.

28.16.3. A cobrança da TARIFA PÚBLICA por parte do condutor do VEÍCULO deverá ocorrer, obrigatoriamente, com o veículo estacionado, o qual apenas poderá voltar a se movimentar após o término dos procedimentos de cobrança, o embarque de todos os passageiros e o fechamento das portas.

28.17. O posto de cobrador nas LINHAS DE ÔNIBUS SELETIVAS, LINHAS DE ÔNIBUS ESPECIAIS, LINHAS DE ÔNIBUS EXPRESSAS e LINHAS DE ÔNIBUS SEMI-EXPRESSAS será facultativo à CONCESSIONÁRIA.

28.18. Para a operação, conservação e manutenção da INFRAESTRUTURA, a CONCESSIONÁRIA deverá observar as especificações básicas descritas no Anexo 25, no que diz respeito à operação de TERMINAIS e de estações, e no Anexo 29, no que se refere à conservação e à manutenção dos TERMINAIS, estações, abrigos e pontos de parada, e sistema viário, este último quando especificamente construído para uso da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

28.18.1. A CONCESSIONÁRIA assumirá toda a INFRAESTRUTURA EXISTENTE, para o exercício das atividades previstas neste CONTRATO, quando da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, de que trata a Cláusula 7.5, ou a INFRAESTRUTURA EXISTENTE necessária para o exercício das atividades contempladas pela ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS.

28.18.2. Quando da operação compartilhada da INFRAESTRUTURA EXISTENTE e a ser implantada na RMSP, com outros operadores autorizados pelo PODER CONCEDENTE, os custos de operação, conservação e manutenção poderão ser rateados entre as partes envolvidas na proporção de sua utilização, cujas condições deverão ser formalizadas entre as partes com a interveniência do PODER CONCEDENTE.

28.19. Das possíveis modificações do Sistema:

28.19.1. As diretrizes do projeto de racionalização operacional estão apresentadas no ANEXO 11. A implantação dos projetos por parte do PODER CONCEDENTE obedecerá aos critérios técnicos e de conveniência e oportunidade, não dispensando aprovação formal dos Municípios envolvidos para a sua implantação.

28.19.2. A CONCESSIONÁRIA poderá propor soluções alternativas para a racionalização operacional, cabendo ao PODER CONCEDENTE deferi-las ou não, após análise e deliberação sobre sua pertinência, sem que de eventual recusa resulte à CONCESSIONÁRIA qualquer direito de indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.

28.19.3. A CONCESSIONÁRIA poderá propor ao PODER CONCEDENTE, para as LINHAS DE ÔNIBUS REGULARES descritas no ANEXO 03, alterações de itinerários e de programação, conforme



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

descrição constante do ANEXO 04, ou a inserção de novos trajetos, junções, separações ou eliminações de LINHAS DE ÔNIBUS.

28.19.4. Todas as reformulações de operação deverão atender aos parâmetros apresentados no ANEXO 10, respeitando a legislação em vigor, e deverão ser submetidas à análise e aprovação do PODER CONCEDENTE.

28.19.5. Os impactos econômico-financeiros resultantes das reformulações de operação, ou de projetos de racionalização operacional, caso existentes, serão objeto de reequilíbrio econômico-financeiro em favor de qualquer das PARTES, observando-se o previsto no CAPÍTULO X.

Cláusula 29. DO QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO

29.1. O desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO será determinado por meio do Quadro de Indicadores de Desempenho - QID, nos termos desta Cláusula e do ANEXO 36.

29.1.1. A avaliação da qualidade do serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA será utilizada para fins de determinação de sua remuneração.

29.1.2. A avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA iniciar-se-á a partir da emissão da ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, ou da ORDEM DE INÍCIO PARCIAL DOS SERVIÇOS.

29.2. O quadro de indicadores que compõe o QID, constante do ANEXO 36, será utilizado para determinação da NOTA DO QID, destinada a aferir o desempenho da CONCESSIONÁRIA, permitindo ao PODER CONCEDENTE monitorar a qualidade dos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, mensurar o valor a ser deduzido mensalmente da



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

REMUNERAÇÃO BASE da CONCESSIONÁRIA, e, aplicar, quando cabível, as multas por desempenho abaixo do exigido.

- 29.3. A CONCESSIONÁRIA arcará com todos os custos necessários ao atendimento dos parâmetros mínimos de performance satisfatória previstos no ANEXO 36 deste CONTRATO.
- 29.4. A avaliação do desempenho da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto do CONTRATO será feita mensalmente pelo PODER CONCEDENTE, com o apoio técnico da EMTU, por meio da aferição dos componentes do QID, nos termos estabelecidos no ANEXO 36, através de relatórios obtidos do sistema de gestão.
- 29.5. Os indicadores que compõem o QID serão revistos, ordinariamente, a cada 5 (cinco) anos, quando do procedimento de revisão ordinária previsto na Cláusula 41.1, alínea (ii).
- 29.6. Caso se verifique a necessidade de introdução, exclusão ou de alteração dos indicadores que compõem o QID para níveis diversos daqueles inicialmente estabelecidos no CONTRATO, o PODER CONCEDENTE estabelecerá prazo razoável à CONCESSIONÁRIA para adequação aos novos padrões exigidos.
- 29.7. A CONCESSIONÁRIA poderá, extraordinariamente, solicitar a revisão dos indicadores que compõem o QID, devendo a sua solicitação ser acompanhada de estudos técnicos que justifiquem a alteração proposta.
- 29.8. O pedido de revisão de que trata a Cláusula 29.7 acima deverá ser encaminhado, por escrito, ao PODER CONCEDENTE, demonstrando as razões que justifiquem a alteração dos indicadores de desempenho.



CAPÍTULO VIII. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Cláusula 30. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DO PODER CONCEDENTE

30.1. Incumbe ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares dos SERVIÇOS e as Cláusulas deste CONTRATO;
- (ii) Decidir sobre os termos aditivos, projetos, planos, programas e outros instrumentos correlatos referentes à execução dos SERVIÇOS;
- (iii) Exercer, através da CMCP, as atribuições previstas no artigo 2º do Decreto Estadual n.º 51.308/2006;
- (iv) Promover estudos técnicos com vista ao aperfeiçoamento dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO;
- (v) Modificar, unilateralmente, as disposições regulamentares dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO para melhor adequação ao interesse público e às conveniências dos demais modos de transporte público, respeitado o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- (vi) Fixar e rever a TARIFA PÚBLICA;
- (vii) Propor as alterações de itinerários e de programação, inserir novos trajetos, junções, secções ou eliminações de LINHAS DE ÔNIBUS;
- (viii) Aprovar a publicidade nos VEÍCULOS, abrigos, pontos de parada e sistema viário, sempre que se relacionar ao objeto da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ix) Estimular a eficiência dos SERVIÇOS e a modicidade da TARIFA PÚBLICA e da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;
- (x) Zelar e fiscalizar a boa qualidade dos SERVIÇOS;
- (xi) Receber e apurar as reclamações e as sugestões dirigidas diretamente ao PODER CONCEDENTE pelos USUÁRIOS e cidadãos;
- (xii) Estimular a racionalização e melhoria dos SERVIÇOS;
- (xiii) Intervir na prestação dos SERVIÇOS, retomá-los e extinguir a CONCESSÃO, nos casos e nas condições previstas neste CONTRATO e na legislação pertinente;
- (xiv) Aplicar as penalidades legais e regulamentares, independentemente de previsão contratual, e as contratuais, conforme previsto no CONTRATO e nos seus ANEXOS;
- (xv) Zelar pela preservação do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- (xvi) Autorizar reajustes periódicos do valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, homologando os cálculos realizados de acordo com a Cláusula 12, de acordo com os critérios e prazos estabelecidos no CONTRATO e seus ANEXOS;
- (xvii) Fiscalizar o cumprimento de normas e regulamentos atinentes à execução do objeto da CONCESSÃO;
- (xviii) Fiscalizar o cumprimento dos planos de operação e manutenção constantes dos ANEXOS 25 e 29.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xix) Realizar auditorias periódicas, inclusive, se assim julgar conveniente, por meio de empresa de auditoria especializada, nas contas e nos registros da CONCESSIONÁRIA, de modo a prevenir a ocorrência de situações que possam comprometer a prestação dos SERVIÇOS;
- (xx) Arbitrar conflitos entre CONCESSIONÁRIAS operadoras de serviço público de transporte coletivo metropolitano de passageiros;
- (xxi) Fiscalizar periodicamente o estado de conservação da FROTA, da INFRAESTRUTURA e demais equipamentos vinculados à prestação dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, além de avaliar os recursos técnicos utilizados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS.
- (xxii) Apreciar todas as propostas de melhoria dos SERVIÇOS que visem à adequação da oferta à demanda, incluindo a possível utilização de técnicas e tecnologias diferenciadas e alterações quanto à capacidade dos VEÍCULOS;
- (xxiii) Fiscalizar o QID previsto no CONTRATO e no ANEXO 36;
- (xxiv) Planejar, ativar e desativar o Plano de Apoio entre Empresas de Transporte Frente a Situação de Emergência - PAESE, transmitindo instruções à CONCESSIONÁRIA da estratégia a ser implementada;
- (xxv) Regulamentar a forma de concessão e de exercício de gratuidades, benefícios ou isenções tarifárias;
- (xxvi) Regulamentar a forma e os termos de utilização dos SERVIÇOS por USUÁRIOS portadores de necessidades especiais ou com mobilidade reduzida, e, quando necessário, de seu acompanhante, bem como por estudantes, policiais militares, oficiais de justiça, ou outras atividades ou pessoas que demandarem prerrogativas especiais no uso do transporte público;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxvii) Determinar e fiscalizar a execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS por parte da CONCESSIONÁRIA, nos termos previstos no CONTRATO;
- (xxviii) Cumprir e fazer cumprir a Lei Federal n.º 10.048/2000 que determina o atendimento prioritário de pessoas com deficiência, idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, gestantes, lactantes, pessoas com crianças de colo e obesos;
- (xxix) Cumprir e fazer cumprir a Lei Federal n.º 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida;
- (xxx) Diligenciar para que obras realizadas a título de INVESTIMENTOS ADICIONAIS atendam à Lei Federal n.º 10.098/2000, no que lhe compete; e
- (xxxi) Estimular o aumento da qualidade, produtividade e preservação do meio ambiente no âmbito da prestação dos SERVIÇOS.

30.2. Todos os direitos e as obrigações do PODER CONCEDENTE, previstos neste CONTRATO, poderão ser exercidos diretamente por ele, ou indiretamente, através da CMCP, da EMTU ou de outra entidade da Administração Indireta para tanto designada, ou por terceiros contratados para esta finalidade.

Cláusula 31. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA CONCESSIONÁRIA

31.1. Além das atribuições previstas neste CONTRATO e seus ANEXOS, caberá à CONCESSIONÁRIA:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Cumprir e fazer cumprir integralmente as disposições deste CONTRATO, em conformidade com as disposições legais, regulamentares e determinações do PODER CONCEDENTE e da EMTU;
- (ii) Executar todos os serviços, controles e atividades relativos à CONCESSÃO, com zelo, diligência, eficiência e economia, utilizando a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas, dando fiel cumprimento às regras estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE e pela EMTU, em especial as disposições do artigo 6º da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES;
- (iii) Manter durante todo o prazo da CONCESSÃO todas as condições de habilitação que lhe foram exigidas na LICITAÇÃO, necessárias à prestação dos SERVIÇOS;
- (iv) Renovar, anualmente, os documentos de regularidade relativos à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), bem como da regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, durante toda a vigência desse CONTRATO, encaminhando os documentos ao PODER CONCEDENTE;
- (v) Assegurar a prestação de serviço adequado, na forma do art. 6º, *caput* e §1º, da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, atendendo às condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e cortesia na sua prestação, valendo-se de todos os meios e recursos à sua disposição;
- (vi) Dispor de FROTA, equipamentos, acessórios, recursos humanos e materiais, de modo a permitir a perfeita execução dos SERVIÇOS, nos termos deste CONTRATO e da PROPOSTA;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (vii) Dispor de GARAGENS que atendam a todos os requisitos legais, ambientais, e que permitam a perfeita execução dos SERVIÇOS, conforme o ANEXO 22 e a PROPOSTA e, na hipótese de utilização de áreas provisórias, observar o período máximo de até 360 (trezentos e sessenta) dias, permitido para o uso destas;
- (viii) Adotar providências necessárias à garantia e à preservação do patrimônio público, dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO e do sistema viário, bem como à segurança dos USUÁRIOS;
- (ix) Responder perante o PODER CONCEDENTE, a EMTU e terceiros por todos os atos e eventos de sua competência;
- (x) Executar programas de gestão e treinamento de seus empregados, com vistas às melhorias destinadas a aumentar a segurança no transporte e a comodidade dos USUÁRIOS;
- (xi) Disponibilizar quadro de pessoal para realização de treinamentos, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE;
- (xii) Manter o PODER CONCEDENTE, por intermédio da EMTU, informado sobre toda e qualquer ocorrência não rotineira;
- (xiii) Elaborar e implementar esquemas de atendimento a situações de emergência, mantendo disponíveis, para tanto, todos os recursos necessários;
- (xiv) Divulgar, adequadamente, ao público em geral e ao USUÁRIO em particular, a adoção de procedimentos especiais na ocorrência de situações excepcionais;
- (xv) Acatar medidas determinadas pelos responsáveis investidos de autoridade, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xvi) Zelar pela proteção ao meio ambiente;
- (xvii) Valer-se, preferencialmente, de VEÍCULOS e equipamentos com tecnologias de menor impacto ambiental;
- (xviii) Responder pelo correto comportamento e eficiência de seus empregados e agentes, bem como de suas contratadas, providenciando o uso de uniforme nas funções e condições que forem exigidas e o porte de crachá, conforme disposto no ANEXO 18.
- (xix) Observar todas as determinações legais e regulamentares quanto à legislação trabalhista, previdenciária, de segurança e medicina do trabalho, em relação aos seus empregados, prestadores de serviços, contratados ou subcontratados, responsabilizando-se, como única empregadora, por todos os encargos sociais, trabalhistas e previdenciários incidentes sobre o custo da mão-de-obra empregada na prestação do serviço, bem como pelos de seguro de acidente de trabalho, mantendo o PODER CONCEDENTE isento de qualquer responsabilização que não lhe cumpra arcar;
- (xx) Fornecer ao PODER CONCEDENTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes ao objeto da CONCESSÃO, permitindo à fiscalização e aos encarregados desta, livre acesso aos equipamentos e instalações integrantes dos serviços e a realização de auditorias;
- (xxi) Recolher os tributos incidentes sobre suas atividades, bem como cumprir a legislação tributária como um todo, incluindo as obrigações acessórias, buscando meios eficientes de cumpri-la, conforme os mecanismos disponíveis na legislação;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxii) Responder por eventuais desídias e faltas quanto às obrigações decorrentes da CONCESSÃO, nos termos estabelecidos neste CONTRATO;
- (xxiii) Prestar contas da gestão dos SERVIÇOS ao PODER CONCEDENTE e aos USUÁRIOS, fornecendo os elementos constantes do ANEXO 34, na forma e periodicidade nele indicados;
- (xxiv) Operar as LINHAS DE ÔNIBUS, no início da prestação dos SERVIÇOS, com as características operacionais autorizadas e a FROTA EQUIVALENTE existentes na DATA DE ASSINATURA, citadas nos ANEXOS 03 e 04;
- (xxv) Adequar sua frota reserva aos procedimentos de operação e manutenção autorizados, e à regulamentação vigente;
- (xxvi) Adequar a sua FROTA e demais instalações para a acessibilidade dos portadores de deficiências ou mobilidade reduzida, conforme o Decreto Federal n.º 5.296/ 2004 e suas alterações, em conformidade com o disposto na PROPOSTA e no ANEXO 13;
- (xxvii) Propor e inserir novos equipamentos e procedimentos para melhoria no desempenho, no atendimento, nos custos, no rendimento e na preservação do meio ambiente, após autorização do PODER CONCEDENTE;
- (xxviii) Atender e fazer atender, de forma adequada, o público em geral e os USUÁRIOS em particular;
- (xxix) Responder por todos e quaisquer danos causados a terceiros, sejam pessoais, patrimoniais ou morais, mantendo o PODER CONCEDENTE à margem de ações judiciais e trabalhistas, reivindicações ou reclamações, assegurando-lhe o direito de regresso. Qualquer ônus, eventualmente acarretado tanto ao PODER



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCEDENTE, quanto à EMTU, deverá ser reembolsado pela CONCESSIONÁRIA, sendo inclusive permitido compensar respectivos valores de quaisquer pagamentos a que a mesma, eventualmente, tenha direito;

- (xxx) Adquirir, implantar e manter os equipamentos necessários ao sistema automatizado de controle de oferta, nos termos do ANEXO 20 e à Central de Controle Operacional - CCO, nos termos do ANEXO 21.
- (xxxi) Participar da constituição da ASSOCIAÇÃO prevista no CAPÍTULO IV, e nela permanecer ao longo de toda a vigência do CONTRATO, ressalvada determinação do PODER CONCEDENTE em sentido contrário;
- (xxxii) Efetuar o pagamento da contribuição associativa para o funcionamento da ASSOCIAÇÃO e para que esta desenvolva suas atividades;
- (xxxiii) Realizar os investimentos que, por decisão da ASSOCIAÇÃO, devam ser custeados ou realizados pelos ASSOCIADOS, para funcionamento ou atualização do SABTM, ao longo de toda a vigência do CONTRATO, sem que disto decorra qualquer direito a indenização ou reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO;
- (xxxiv) Realizar, por meios próprios ou mediante contratação de terceiros, os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, sempre que determinado pelo PODER CONCEDENTE, responsabilizando-se pelo cumprimento dos prazos fixados no cronograma estabelecido para cada investimento e por seu resultado, observados os requisitos de tempestividade e qualidade estabelecidos de acordo com o CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxxv) Apresentar cronograma físico-financeiro dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cujos marcos, etapas, atividades e prazos vincularão a CONCESSIONÁRIA, de forma que seu descumprimento acarretará as penalidades cabíveis neste CONTRATO e ANEXOS;
- (xxxvi) Sem qualquer ônus ao PODER CONCEDENTE ou à execução dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, refazer, adequar ou corrigir toda e qualquer obra ou serviço realizado de maneira indevida ou em desconformidade com os padrões de qualidade estabelecidos neste CONTRATO e ANEXOS;
- (xxxvii) Reparar todos e quaisquer danos causados em vias de comunicação, tubulação de água, esgotos, redes de eletricidade, gás, telecomunicações e respectivos equipamentos, bem como em quaisquer bens de terceiros, em decorrência da execução de serviços de sua responsabilidade;
- (xxxviii) Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução do objeto do CONTRATO, perante o PODER CONCEDENTE e terceiros, por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento do CONTRATO pelo PODER CONCEDENTE ou pela EMTU;
- (xxxix) Obter, possuir e manter, ao longo de todo o prazo da CONCESSÃO, o auto de vistoria do corpo de bombeiros, quando necessário, para toda a INFRAESTRUTURA;
- (xl) Prever a responsabilização de seus agentes por danos que causarem a terceiros, ao USUÁRIO, e, quando for o caso, ao Poder



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Público, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa;

- (xli) Informar o PODER CONCEDENTE e a EMTU quando citados ou intimados de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas ao CONTRATO, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- (xlii) Proceder, quando solicitado pelo PODER CONCEDENTE, a todas as reformulações de LINHAS DE ÔNIBUS, itinerários e equipamentos necessários à implantação do projeto executivo de novas infraestruturas, da racionalização operacional e das demais intervenções previstas no Plano Integrado de Transportes Urbanos – PITU, inclusive, quando forem implantados novos TERMINAIS, obras viárias, linhas metroferroviárias, caso criadas, e alterações nos sistemas municipais;
- (xliii) Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA na execução do objeto deste CONTRATO;
- (xliv) Ressarcir o PODER CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;
- (xlv) A responsabilidade da CONCESSIONÁRIA perdurará mesmo depois de encerrado o CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE buscar o ressarcimento previsto no inciso (xlv) desta Cláusula 31.1



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

junto aos acionistas da CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação societária, no caso de extinção da SPE;

(xlv) A CONCESSIONÁRIA deverá indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude, dentre outros:

- a) de ato praticado com culpa ou dolo pela CONCESSIONÁRIA, seus administradores, empregados, prepostos, prestadores de serviços, terceiros com quem tenha contratado ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada; e
- b) de questões de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária ou acidentária relacionados aos empregados da CONCESSIONÁRIA e de terceiros contratados.

(xlvii) A CONCESSIONÁRIA deverá também indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em relação às despesas processuais, honorários de advogado e demais encargos com os quais venha a arcar em função das ocorrências descritas nos itens (xliii), (xliv) e (xlv) acima desta Cláusula;

(xlviii) Assegurar o livre acesso, em qualquer época, das pessoas encarregadas pelo PODER CONCEDENTE da fiscalização, às suas instalações e aos locais onde estejam sendo desenvolvidas atividades relacionadas ao objeto da CONCESSÃO;

(xlix) Prestar todas as informações solicitadas pelo PODER CONCEDENTE ou demais autoridades, prontamente. O dever de prestar informações não deverá exceder 48h (quarenta e oito horas) entre o recebimento da solicitação e a efetiva prestação das informações solicitadas, salvo em situações excepcionais,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

devidamente justificadas ao PODER CONCEDENTE e, se o caso, às autoridades solicitantes;

- (I) Contratar e manter atualizadas, às suas expensas, apólices de seguro para cobertura total de roubo, incêndio, raio, explosão, vendaval, descargas elétricas, acidentes e danos a terceiros, do conjunto de terminais e estações implantados e a serem implantados na área de prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, devendo as apólices ser emitidas, tendo como beneficiário o PODER CONCEDENTE, e de acordo com os valores de mercado previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE;
- (II) Submeter à aprovação do PODER CONCEDENTE as propostas de implantação de melhorias dos SERVIÇOS, acompanhadas das justificativas técnicas e de mercado, visando à adequação permanente da oferta à demanda, incluindo a utilização de técnicas e tecnologias diferenciadas, inclusive quanto à capacidade e conforto dos VEÍCULOS;
- (III) Atender as instruções transmitidas para o PAESE;
- (III) Acatar, respeitar e cumprir com as deliberações do PODER CONCEDENTE;
- (IV) Observar, para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS, a disciplina da Cláusula 28.16;
- (IV) Atender os termos da Lei Estadual n.º 10.294/1999 e seu regulamento, que dispõe sobre proteção e defesa do USUÁRIO do serviço público. Para tanto, é obrigatória a implantação do Serviço de Atendimento ao Cliente e Ouvidoria, conforme especificado no ANEXO 33;
- (VI) Transportar e dar acesso apenas aos USUÁRIOS:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- a) Portadores de cartões eletrônicos emitidos no âmbito do SATM, válidos para uso no transporte público de passageiros, ou outros títulos emitidos pelo PODER CONCEDENTE que lhes assegurem direito de viagem, e desde que, em qualquer caso, façam a validação do direito de viagem quando do acesso ao transporte público, ou no próprio TERMINAL, no caso de validação desembarcada, em especial para os USUÁRIOS beneficiários de gratuidades, isenções ou reduções tarifárias;
 - b) Que façam o pagamento da TARIFA PÚBLICA integral quando do acesso ao transporte público, ou no próprio TERMINAL, no caso de validação desembarcada, diretamente à CONCESSIONÁRIA, em moeda corrente nacional, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, e determinações do PODER CONCEDENTE; ou
 - c) Que tenham direito, assegurado em lei vigente à época da publicação do EDITAL, ao uso de transporte público de forma gratuita mediante apresentação de documento de identificação, observada a Cláusula 10.2.
- (Ivii) Cumprir as determinações do PODER CONCEDENTE e da EMTU para o atendimento de operações especiais que se caracterizam por eventos pré-programados, sem prejuízo da operação regular;
- (Iviii) Cobrar diretamente dos USUÁRIOS as TARIFAS PÚBLICAS, nos valores e condições fixadas pelo PODER CONCEDENTE, quando não forem portadores de cartões eletrônicos emitidos no âmbito do SATM, válidos para uso no transporte público de passageiros, ou outros títulos emitidos pelo PODER CONCEDENTE que lhes assegurem direito de viagem, e não forem beneficiários de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

gratuidades previstas em lei que lhes assegurem o direito de viagem no transporte público mediante apresentação de documento de identificação;

- (lix) Manter em dia o inventário e os registros dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, e manter regularmente escriturados os seus livros contábeis e organizados os arquivos, documentos e anotações, de forma a possibilitar a inspeção, a qualquer momento, pelos encarregados da fiscalização;
- (Ix) Submeter previamente à autorização do PODER CONCEDENTE as alterações de cláusulas de seu estatuto social e, ainda, as hipóteses de fusão, cisão, incorporação ou alteração do controle societário, durante a vigência deste CONTRATO, nos termos do CAPÍTULO VI;
- (Ixi) Publicar as demonstrações financeiras periódicas;
- (Ixi) Entregar mensalmente ao PODER CONCEDENTE todas as informações relativas aos contratos de exploração de RECEITAS ACESSÓRIAS, nos termos da Cláusula 11.6;
- (Ixi) Acionar todos os recursos à sua disposição a fim de garantir a fluidez do tráfego e o padrão de serviço adequado;
- (Ixiv) Observar rigorosamente as características de conforto e emissão de poluentes da FROTA, conforme o ANEXO 14 e a PROPOSTA;

Cláusula 32. DO CASO FORTUITO E DA FORÇA MAIOR

- 32.1. Considera-se caso fortuito ou força maior, com as consequências estabelecidas neste CONTRATO, o evento assim definido na forma da lei civil e que tenha impacto direto sobre o desenvolvimento das atividades da CONCESSÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 32.2. O descumprimento de obrigações contratuais comprovadamente decorrentes de caso fortuito ou de força maior não será passível de penalização.
- 32.3. Um evento caracterizado como caso fortuito ou de força maior não será considerado, para os efeitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, se, ao tempo de sua ocorrência, corresponder a um risco segurável no Brasil, há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas do ramo, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado.
- 32.4. Na ocorrência de caso fortuito ou força maior, cujas consequências não forem seguráveis no Brasil, as PARTES acordarão se haverá lugar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO ou, excepcionalmente, a extinção da CONCESSÃO.
- 32.5. A PARTE que tiver o cumprimento de suas obrigações afetado por caso fortuito ou força maior deverá comunicar a outra PARTE da ocorrência do evento, em até 48 horas.
- 32.6. Salvo se o PODER CONCEDENTE der outras instruções por escrito, a CONCESSIONÁRIA continuará cumprindo suas obrigações decorrentes do CONTRATO, na medida do razoavelmente possível, e procurará, por todos os meios disponíveis, cumprir aquelas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito, cabendo ao PODER CONCEDENTE da mesma forma cumprir as suas obrigações não impedidas pelo evento de força maior ou caso fortuito.
- 32.7. Na hipótese de ocorrência de caso fortuito ou de força maior, sem que tenha havido a extinção da CONCESSÃO, serão suspensas as exigências de medição dos QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO comprovadamente impactados pelo evento, até a normalização da situação e cessação de seus efeitos.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 32.8. As PARTES se comprometem a empregar todas as medidas e ações necessárias a fim de minimizar os efeitos decorrentes dos eventos de força maior ou caso fortuito.



CAPÍTULO IX. USUÁRIOS

Cláusula 33. DIREITOS E OBRIGAÇÕES DOS USUÁRIOS

33.1. Adicionalmente ao disposto na legislação aplicável, são direitos e obrigações dos USUÁRIOS:

- (i) Receber o SERVIÇO ADEQUADO, dentro dos padrões de qualidade e desempenho estabelecidos neste CONTRATO e seus ANEXOS, como contrapartida do pagamento da TARIFA PÚBLICA, ressalvadas as reduções tarifárias ou gratuidades aplicáveis;
- (ii) Receber, do PODER CONCEDENTE, da EMTU e da CONCESSIONÁRIA, informações para a defesa de interesses individuais e coletivos relativos aos serviços prestados, bem como para o uso correto e seguro dos SERVIÇOS;
- (iii) Comunicar-se com a CONCESSIONÁRIA por meio dos diferentes canais de atendimento, como o 0800, ouvidoria, mídias sociais, aplicativo de celular, entre outros;
- (iv) Contribuir para permanência das boas condições dos BENS INTEGRANTES DA CONCESSÃO, através dos quais lhe são prestados os SERVIÇOS;
- (v) obter e utilizar os SERVIÇOS com liberdade de escolha, observadas as normas estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE;
- (vi) Pagar a TARIFA PÚBLICA de acesso aos SERVIÇOS, salvo as situações previstas em lei e as reduções tarifárias ou gratuidades estipuladas pelo PODER CONCEDENTE;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (vii) Receber do PODER CONCEDENTE e da CONCESSIONÁRIA informações quanto às questões relacionadas ao valor da TARIFA PÚBLICA aplicável aos SERVIÇOS;
- (viii) Levar ao conhecimento do PODER CONCEDENTE, da EMTU e da CONCESSIONÁRIA as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes aos SERVIÇOS;
- (ix) Comunicar às autoridades competentes os atos ilícitos praticados pela CONCESSIONÁRIA na prestação dos SERVIÇOS;
- (x) Cumprir as obrigações legais e regulamentares pertinentes à utilização dos SERVIÇOS;
- (xi) Se valer de VEÍCULOS da CONCESSIONÁRIA e de INFRAESTRUTURA, adaptados às pessoas portadoras de necessidades especiais e com mobilidade reduzida, inclusive idosos, nos termos previstos nas normas vigentes;
- (xii) Ter acesso a órgão inserido na estrutura organizacional da CONCESSIONÁRIA, no mínimo no nível imediatamente abaixo dos órgãos de sua direção, com atribuição para cuidar exclusivamente das relações com os USUÁRIOS, coordenado por um ouvidor;
- (xiii) Receber informações sobre as características dos SERVIÇOS, tais como tempo de viagem, paradas, localidades atendidas, destino final, além de outras de seu interesse;
- (xiv) Estar garantido pelos seguros previstos neste CONTRATO;
- (xv) Ver obedecida pela CONCESSIONÁRIA a Lei Estadual nº 10.294/1999, que dispõe sobre a proteção e defesa do USUÁRIO do serviço público no âmbito do Estado de São Paulo, devendo zelar



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

pela garantia de cumprimentos das normas básicas de proteção e defesa do USUÁRIO;

(xvi) Ter assegurados os seus direitos básicos, no que couber, bem como ter os seguintes canais de comunicação oferecidos pela CONCESSIONÁRIA:

- a) atendimento pessoal, por telefone ou outra via eletrônica;
- b) informação computadorizada, sempre que possível;
- c) programa de informações, integrante do Sistema Estadual de Defesa do Usuário de Serviços Públicos - SEDUSP, a que se refere o artigo 28 da Lei Estadual nº 10.294/1999; e
- d) sistemas de comunicação visual adequados, com a utilização de cartazes, indicativos, roteiros, folhetos explicativos, além de outros.

(xvii) Ver obedecida pela CONCESSIONÁRIA a Lei Estadual n.º 12.806/2008 e a Lei Estadual n.º 10.294/1999, que estipulam regras sobre a comunicação visual ao usuário. Deverá ser afixada em local de ampla visualização, em todas as instalações e estabelecimentos de acesso permitido aos USUÁRIOS, comunicação visual adequada com a utilização de placas facilmente legíveis sobre números de telefones, outras vias eletrônicas e endereços das respectivas ouvidorias, de modo a deixar claro que é empresa diversa da EMTU, ou outros órgãos públicos que vierem a existir.

Cláusula 34. OUVIDORIA

34.1. A CONCESSIONÁRIA deverá instituir uma Ouvidoria permanente para receber e processar as críticas e sugestões dos USUÁRIOS dos SERVIÇOS ou de terceiros afetados por sua exploração.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS



CAPÍTULO X. RISCOS DA CONCESSÃO, EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REVISÕES CONTRATUAIS

Cláusula 35. ALOCAÇÃO DE RISCOS DA CONCESSÃO

- 35.1. A CONCESSIONÁRIA assume integral responsabilidade pelos riscos inerentes à operação e execução dos serviços previstos no objeto deste CONTRATO, excetuados unicamente aqueles em que o contrário resulte expressamente deste CONTRATO.
- 35.2. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA o conhecimento dos riscos por ela assumidos, na execução de suas atribuições no âmbito deste CONTRATO, devendo adotar as soluções, processos e técnicas que julgar mais adequados e eficientes para mitigar os riscos assumidos, responsabilizando-se pelas consequências decorrentes.
- 35.3. A relação de riscos expressamente alocados à CONCESSIONÁRIA, na Cláusula 36, não é exaustiva, de forma que todo e qualquer risco que não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, na Cláusula 37 ou nas demais disposições contratuais que apontem inequivocamente neste sentido, serão tratados como risco assumido pela CONCESSIONÁRIA, não dando ensejo, caso materializados, à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em favor da CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 36. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DA CONCESSIONÁRIA

- 36.1. Adicionalmente às demais disposições deste CONTRATO em que previstos riscos ou obrigações da CONCESSIONÁRIA, e observada a regra estabelecida na Cláusula 35.3, os riscos assumidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo da CONCESSÃO incluem:
- (i) Variações da demanda de PASSAGEIROS, em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ou



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;

- (ii) Variações nas RECEITAS ACESSÓRIAS auferidas pela CONCESSIONÁRIA, em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ou em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;
- (iii) Variações de custos de insumos, custos operacionais, de manutenção, de investimentos, de despesas com pessoal, ou qualquer outro custo incorrido pela CONCESSIONÁRIA na execução dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, ao longo do tempo ou em relação ao previsto no PLANO DE NEGÓCIO, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ou em qualquer projeção realizada pela CONCESSIONÁRIA ou pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Redução do valor total auferido a título de TARIFA DE REMUNERAÇÃO em razão da ausência de registro eletrônico de USUÁRIOS que tenham utilizado os SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA;
- (v) Uso dos SERVIÇOS por usuários que, mediante meio ardiloso ou fraudulento, se apresentem indevidamente como beneficiários de isenção ou redução tarifária que permita o acesso ao transporte público mediante apresentação de documento de identificação;
- (vi) Erro de projetos, erro na estimativa de custos e/ou gastos, falhas na prestação dos SERVIÇOS, defeitos nas obras ou equipamentos, bem como erros ou falhas causados pelos terceirizados ou subcontratados pela CONCESSIONÁRIA;
- (vii) Todos os custos e riscos inerentes à execução do objeto da CONCESSÃO com a qualidade exigida para o serviço público,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

incluindo, entre outros, investimentos, custos ou despesas adicionais necessárias para o atendimento ao QID em função de sua performance, para o atendimento da obrigação de preservação da atualidade do serviço público, bem como das normas técnicas e regras previstas em lei ou neste CONTRATO;

- (viii) Roubos, furtos, destruição, perdas ou avarias nos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO ou em seus próprios bens, cuja materialização não tenha sido provocada por ato ou fato imputável ao PODER CONCEDENTE, observada a alocação de riscos prevista na Cláusula 38.1.1;
- (ix) Segurança e saúde dos trabalhadores que estejam subordinados à CONCESSIONÁRIA, seus subcontratados ou terceirizados;
- (x) Cumprimento da legislação aplicável e vigente no Brasil, especialmente a legislação trabalhista, previdenciária e tributária;
- (xi) Greves e dissídios coletivos de funcionários da CONCESSIONÁRIA, seus fornecedores, subcontratados ou terceirizados;
- (xii) Problemas, atrasos ou inconsistências no fornecimento de insumos necessários à prestação dos SERVIÇOS;
- (xiii) Aumento do custo de capital, variação nas taxas de câmbio, alteração de taxas de juros praticados no mercado;
- (xiv) Custos e tempo incorridos para o atingimento da qualidade exigida na prestação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO e para o atendimento ao QID;
- (xv) Tecnologia ou técnica empregadas na prestação dos SERVIÇOS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xvi) Adequação à regulação vigente exercida pela EMTU ou qualquer outro órgão ou entidade que exerça regulação sobre as atividades objeto deste CONTRATO, ressalvados os impactos decorrentes de alteração do marco regulatório;
- (xvii) Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado, possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil, se, à época da materialização do risco, este seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos, até o limite da média dos valores de apólices normalmente praticados no mercado, por pelo menos duas empresas seguradoras, independentemente de a CONCESSIONÁRIA as ter contratado;
- (xviii) Prejuízos causados a terceiros pela CONCESSIONÁRIA, seus empregados, prestadores de serviço, fornecedores, terceirizados, subcontratados ou qualquer outra pessoa física ou jurídica vinculada à CONCESSIONÁRIA, no exercício das atividades abrangidas neste Contrato;
- (xix) Planejamento tributário da CONCESSIONÁRIA;
- (xx) Capacidade financeira e/ou de captação de recursos pela CONCESSIONÁRIA, assim como os custos de empréstimos e financiamentos obtidos pela CONCESSIONÁRIA para arcar com as obrigações decorrentes deste CONTRATO;
- (xxi) Atendimento às decisões judiciais relacionadas à prestação dos serviços, quando decorrerem de atos comissivos ou omissivos da CONCESSIONÁRIA;
- (xxii) Ineficiências ou perdas econômicas decorrentes de falhas, negligência, inépcia, omissão ou das próprias atividades da CONCESSIONÁRIA no cumprimento do objeto deste CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxiii) Alterações no cenário macroeconômico;
- (xxiv) Constatação superveniente de erros ou omissões no PLANO DE NEGÓCIOS, na METODOLOGIA DE EXECUÇÃO, ou em qualquer outra projeção ou premissa realizada pela CONCESSIONÁRIA, inclusive nos levantamentos que subsidiaram a PROPOSTA;
- (xxv) Quaisquer ocorrências decorrentes de problemas de interface com a ASSOCIAÇÃO ou com a entidade por ela contratada responsável pela prestação dos serviços relativos ao SATM, previsto no CAPÍTULO IV, bem como quaisquer prejuízos decorrentes do SATM, tais como perda ou atrasos de viagens, impossibilidade de circulação de ônibus, queda no sistema e necessidade de atualização;
- (xxvi) Danos, intencionais ou não, nos bens integrantes da concessão, decorrentes de vandalismo, depredação, furtos, pichações, ou outros praticados pelos USUÁRIOS ou por terceiros, que não se enquadrem na Cláusula 38; e
- (xxvii) Quaisquer gastos decorrentes de sua participação no custeio da ASSOCIAÇÃO, observada a distribuição de riscos prevista neste CONTRATO.

Cláusula 37. DOS RISCOS EXCLUSIVOS DO PODER CONCEDENTE

- 37.1. Sem prejuízo de outros riscos expressamente assumidos pelo PODER CONCEDENTE em outras Cláusulas deste CONTRATO, o PODER CONCEDENTE assume os seguintes riscos:
- (i) Alterações na política tarifária aplicada aos USUÁRIOS, notadamente a redução do valor cobrado dos USUÁRIOS, por qualquer motivo, que importem na necessidade de complementação dos recursos depositados na CONTA DE ARRECADAÇÃO, mediante



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

recursos orçamentários do PODER CONCEDENTE, receitas financeiras dos valores depositados na CONTA DE ARRECAÇÃO, fluxos financeiros de outras contratações públicas, subsídios cruzados intrasetoriais ou intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transportes, participação do PODER CONCEDENTE em receitas extratarifárias ou receitas alternativas decorrentes do transporte público de passageiros, ou outras formas de aporte financeiro;

- (ii) Decisões judiciais ou administrativas que impeçam ou impossibilitem a CONCESSIONÁRIA de prestar os SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, ou que interrompam ou suspendam o recebimento ou o pagamento da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, seu reajuste ou revisão, exceto nos casos em que a CONCESSIONÁRIA tiver dado causa à decisão;
- (iii) Atrasos ou inexecução das obrigações da CONCESSIONÁRIA causados pela demora ou omissão do PODER CONCEDENTE na realização das atividades e obrigações a ele atribuídas neste CONTRATO;
- (iv) Fatores imprevisíveis, fatores previsíveis de consequências incalculáveis, caso fortuito ou força maior que, em condições normais de mercado não possam ser objeto de cobertura de seguro oferecido no Brasil e, à época da materialização do risco, este não seja segurável há pelo menos 2 (dois) anos no mercado brasileiro, em valores correspondentes, no máximo, à média dos valores de apólices de complexidade semelhante normalmente praticados pelo mercado, e por pelo menos duas empresas seguradoras;
- (v) Alterações na legislação ou na regulação que alterem o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO e que tragam efetivos prejuízos para a CONCESSIONÁRIA, desde que não esteja



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

relacionada com risco já assumido pela CONCESSIONÁRIA no âmbito deste CONTRATO; e

- (vi) Criação e/ou extinção de tributos ou alterações na legislação ou na regulação tributárias, salvo aquelas atinentes a impostos/contribuições sobre a renda, que tenham impacto direto nas receitas ou despesas da CONCESSIONÁRIA, relacionados especificamente com a execução dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, exceto nas RECEITAS ACESSÓRIAS, cujo risco tributário é integralmente atribuído à CONCESSIONÁRIA.

Cláusula 38. DOS RISCOS COMPARTILHADOS

38.1. Constitui risco compartilhado entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA a ocorrência de atos coletivos de vandalismo ou depredação de VEÍCULOS componentes da FROTA da CONCESSIONÁRIA e utilizados para a prestação dos SERVIÇOS objeto desta CONCESSÃO, quando tais atos ocorrerem em via pública, no âmbito de manifestações ou outras situações de atuação coletiva, e durante a utilização do VEÍCULO para a prestação do SERVIÇO.

38.1.1. Na ocorrência de atos coletivos de vandalismo ou depredação de VEÍCULOS mencionados na Cláusula 38.1, praticados no âmbito de manifestações ou outras situações de atuação coletiva, os custos necessários à recomposição do patrimônio depredado ou vandalizado serão repartidos entre o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA, em idêntica proporção.

38.1.2. Não serão objeto de compartilhamento de riscos os atos de vandalismo ou depredação que:

- (i) ocorrerem em locais que não se qualifiquem como via pública, inclusive no período de manutenção ou



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

recolhimento dos VEÍCULOS em GARAGEM utilizada pela CONCESSIONÁRIA;

- (ii) ocorrerem em situação na qual o VEÍCULO depredado ou vandalizado não se encontrava em plena prestação do SERVIÇO; e
- (iii) pudessem ter sido evitados ou minorados por ato da CONCESSIONÁRIA, de seus empregados ou prepostos, mediante esforço razoavelmente exigível, assim entendido aquele no qual a atuação da CONCESSIONÁRIA para evitar ou minorar o evento fosse possível sem colocar em risco a segurança de seus empregados, prepostos, USUÁRIOS ou terceiros.

38.1.3. O PODER CONCEDENTE poderá optar por exercer o compartilhamento dos riscos descrito nesta Cláusula 38 mediante a contratação de seguro, hipótese na qual a CONCESSIONÁRIA deverá realizar a contratação, submetendo-a à aprovação do PODER CONCEDENTE, o qual, após a aprovação da contratação do seguro, deverá arcar com a metade do valor do prêmio e a metade do valor de eventuais franquias, na hipótese de sinistro.

38.2. Para caracterizar o compartilhamento de risco previsto nesta Cláusula 38, a CONCESSIONÁRIA, após dar notícia formal ao PODER CONCEDENTE sobre o evento, deverá caracterizar e detalhar os fatos que conduziram à ocorrência do ato de vandalismo ou depredação, bem como as medidas adotadas para que o ato fosse evitado, ou tivesse suas ocorrências minoradas, acompanhando este relatório com a estimativa dos custos necessários à recomposição do patrimônio depredado ou vandalizado.

38.3. A documentação gerada será encaminhada ao PODER CONCEDENTE, para avaliação quanto à ocorrência de evento caracterizável como risco compartilhado, quanto à inexistência de uma das situações excludentes do



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

compartilhamento do risco previstas na Cláusula 38.1.2, e para apreciação do valor apresentado pela CONCESSIONÁRIA para recomposição de seu patrimônio.

- 38.4. Caso o PODER CONCEDENTE concorde com a ocorrência de evento de risco compartilhado, o valor aceito pelo PODER CONCEDENTE, observada a proporção de repartição prevista na Cláusula 38.1.1, será pago à CONCESSIONÁRIA diretamente a partir da CONTA DE ARRECADAÇÃO ou por outro meio a ser definido oportunamente pelo PODER CONCEDENTE.
- 38.5. Na ocorrência de divergência entre as PARTES quanto à ocorrência de risco compartilhado, ou quando ao valor necessário à recomposição do patrimônio vandalizado ou depredado, deverão ser adotados os mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

Cláusula 39. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

- 39.1. Sempre que forem atendidas as condições do CONTRATO, considera-se mantido seu equilíbrio econômico-financeiro.
- 39.2. A análise da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro pressupõe a verificação das condições econômicas globais do CONTRATO, mas restringe-se à neutralização dos efeitos financeiros dos eventos causadores de desequilíbrio contratual, conforme disciplinado nesta Cláusula 39.
- 39.3. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO quando qualquer das PARTES sofrer os efeitos financeiros, positivos ou negativos, de evento cujo risco não tenha sido a ela alocado.
- 39.4. Nenhuma PARTE fará jus à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO caso quaisquer dos riscos por ela assumidos no CONTRATO venham a se materializar.



- 39.5. Considera-se caracterizado o desequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, igualmente, nas hipóteses em que a CONCESSIONÁRIA sofrer efeitos financeiros positivos de descumprimento, ou atraso no cumprimento, de obrigação prevista neste CONTRATO ou na lei, hipótese na qual, para além da aplicação das penalizações e demais medidas previstas neste CONTRATO, deverá ser realizado o reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO no montante necessário para neutralizar os efeitos financeiros positivos à CONCESSIONÁRIA decorrentes do descumprimento da obrigação, ou do atraso em seu cumprimento.
- 39.6. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 39.1, somente caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, nas hipóteses abaixo descritas, quando dos eventos a seguir elencados resultar efetivo impacto na equação econômico-financeira do CONTRATO, o qual deverá ser demonstrado pela PARTE pleiteante, que deverá comprovar a exata medida do desequilíbrio:
- 39.6.1. Modificação unilateral, imposta pelo PODER CONCEDENTE, das condições de execução do CONTRATO, desde que, como resultado direto dessa modificação, verifique-se efetiva alteração substancial dos custos ou da receita/remuneração, para mais ou para menos.
- 39.6.2. Fato do Príncipe que efetivamente onere a execução do CONTRATO, salvo quando o ato ou fato caracterizar risco que já tenha sido atribuído expressamente à CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.
- 39.6.3. Solicitação, pelo PODER CONCEDENTE, de emprego de nova tecnologia ou técnica nos SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, ou nos bens utilizados para a prestação os SERVIÇOS, quando não decorrer de obrigações contratuais da CONCESSIONÁRIA para garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 39.6.4. Redução de custos e encargos setoriais, gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.
- 39.6.5. Materialização de qualquer um dos riscos descritos no CONTRATO e ANEXOS, desde que o risco não tenha sido alocado à PARTE pleiteante, devendo ser demonstrado o efetivo impacto econômico-financeiro e a exata medida do desequilíbrio ensejado pela materialização do evento.
- 39.7. Não caberá a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da CONCESSIONÁRIA:
- 39.7.1. Se ficar caracterizado, mediante relatório fundamentado pelo PODER CONCEDENTE, que os eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro tenham sido, direta ou indiretamente, causados pela negligência, inépcia ou omissão da CONCESSIONÁRIA, ou ainda que, ou por qualquer forma, a CONCESSIONÁRIA, tenha concorrido, direta ou indiretamente, para o evento causador do desequilíbrio.
- 39.7.2. Se a materialização dos eventos motivadores do pedido por parte da CONCESSIONÁRIA não ensejarem efetivo impacto nas condições do CONTRATO e não acarretarem efetivo desequilíbrio na equação econômico-financeira do CONTRATO, que possa ser demonstrado em sua exata medida.
- 39.8. Se ficar caracterizado que os impactos dos eventos motivadores do pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderiam ter sido mitigados ou minorados por medidas ao alcance da CONCESSIONÁRIA, ou mediante esforço razoavelmente exigível da CONCESSIONÁRIA, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será calculada levando em consideração apenas o valor do desequilíbrio que persistiria, mesmo na hipótese de atuação diligente da CONCESSIONÁRIA.



- 39.9. Caso fique apurado que mais de uma PARTE tenha concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do evento, pela negligência, inépcia ou omissão de ambas as PARTES, a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro deverá considerar apenas o valor do prejuízo a que a parte prejudicada não tenha causado.

Cláusula 40. PROCEDIMENTO DO PEDIDO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

- 40.1. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será única, completa e final para todo o prazo do CONTRATO.
- 40.2. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro poderá ser iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA ou por determinação do PODER CONCEDENTE, observado o procedimento constante deste CAPÍTULO X.
- 40.3. Somente serão admitidos os pleitos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro relativos a eventos ocorridos após a última REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO.
- 40.4. As solicitações de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO não poderão ocorrer em prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias do fato gerador do pleito, e o seu efeito financeiro não poderá retroagir mais do que 180 (cento e oitenta) dias da data de protocolo do pedido.
- 40.5. Quando o pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro for iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o pedido deverá ser devidamente fundamentado, e estar acompanhado de todos os documentos necessários à demonstração do cabimento do pleito, inclusive quanto à:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Identificação precisa do evento de desequilíbrio, acompanhado, quando pertinente, de evidência da responsabilidade do PODER CONCEDENTE;
- (ii) Projeção de fluxo de caixa marginal decorrente do evento de desequilíbrio, considerando: (i) os fluxos marginais, positivos ou negativos, calculados com base na diferença entre as situações com e sem evento; e (ii) os fluxos marginais necessários à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro;
- (iii) Comprovação dos gastos, diretos e indiretos, efetivamente incorridos pela CONCESSIONÁRIA, decorrentes do evento que deu origem ao pleito, acompanhado de sumário explicativo contendo o regime contábil e tributário aplicável às receitas ou custos supostamente desequilibrados;
- (iv) Comprovação dos acréscimos de receitas ou redução de despesas no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, estimados ou efetivamente ocorridos, decorrentes do evento de desequilíbrio, incluindo, mas não se limitando a, receitas tarifárias, receitas não tarifárias, redução de custos operacionais, readequação de investimentos previstos, redução de custo de capital, alteração do perfil de financiamento do projeto, redução de custos com garantias ou seguros, dentre outros; e
- (v) Em caso de avaliação de eventuais desequilíbrios futuros, demonstração circunstanciada dos pressupostos e parâmetros utilizados para as estimativas dos impactos do evento gerador do desequilíbrio sobre o fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

40.6. Os seguintes procedimentos deverão ser observados para os cálculos que levarão à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro:

- (i) A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro será realizada de forma que seja nulo o valor presente líquido da diferença entre: (i) o fluxo de caixa do negócio estimado sem considerar o impacto do evento; e (ii) o fluxo de caixa projetado, em caso de eventos futuros, ou observado, em caso de eventos passados, tomando-se em conta o evento que ensejou o desequilíbrio;
- (ii) Para fins de determinação dos fluxos dos dispêndios marginais, deverão ser utilizadas as melhores informações disponíveis, para estimar o valor dos investimentos, custos e despesas, bem como eventuais receitas e outros ganhos, resultantes do evento de desequilíbrio, por meio das melhores referências de preço do setor público e/ou do setor privado disponíveis no momento do pleito, bem como de dados reais que ocasionem impacto sobre a CONCESSÃO, a exemplo da demanda de USUÁRIOS e custos efetivos de insumos, bem como outros elementos passíveis de obtenção, e, na indisponibilidade de informações mais atuais e a critério do PODER CONCEDENTE, das projeções realizadas por ocasião da LICITAÇÃO. O PODER CONCEDENTE, neste contexto, poderá solicitar que a CONCESSIONÁRIA demonstre que os valores necessários para realização de novos investimentos serão calculados com base em valores de mercado; e
- (iii) O valor do desequilíbrio poderá ser calculado antes ou depois do efetivo impacto, no fluxo financeiro da CONCESSIONÁRIA, do evento que o ensejou, sendo, para



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

tanto, calculado o valor presente dos fluxos de desequilíbrios, na data da avaliação.

- 40.7. A taxa de desconto real anual a ser utilizada no cálculo do valor presente de que trata a Cláusula 40.6, inciso (iii), será composta pela média dos últimos 3 (três) meses da taxa bruta de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), *ex-ante* a dedução do Imposto de Renda, com vencimento no término previsto do contrato (___/___/20___), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data do efetivo impacto do evento de desequilíbrio no fluxo de caixa da CONCESSIONÁRIA, acrescida de um prêmio de risco de 2,5% a.a.
- 40.7.1. Para impactos futuros, a taxa de desconto real anual será composta pela média dos últimos 3 (três) meses da taxa de juros de venda das Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), com vencimento no término previsto do contrato (___/___/20___), publicada pela Secretaria do Tesouro Nacional, apurada na data de formalização do reequilíbrio mediante assinatura do correspondente Aditivo, acrescida de um prêmio de risco de 2,5% a.a..
- 40.7.2. Quando os fluxos de caixa do negócio a que se refere o item 40.6, inciso (i), forem apurados em reais (R\$) correntes, a taxa de desconto descrita no item 40.7 deverá incorporar o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), publicado pelo IBGE.
- 40.8. Na avaliação do pleito iniciado por requerimento da CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, solicitar laudos técnicos e/ou econômicos específicos, elaborados por entidades independentes.
- 40.9. A critério do PODER CONCEDENTE poderá ser realizada, por intermédio de entidade independente, especializada e com capacidade técnica publicamente reconhecida, auditoria para constatação da situação que ensejou o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 40.10. O PODER CONCEDENTE, ou quem por ele indicado, terá livre acesso a informações, bens e instalações da CONCESSIONÁRIA ou de terceiros por ela contratados para aferir o quanto alegado no procedimento para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.
- 40.11. Todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio correrão por conta das PARTES, em proporções iguais, em caso de procedência ao final.
- 40.12. A eventual recomposição do equilíbrio econômico-financeiro a pedido da CONCESSIONÁRIA deverá necessariamente considerar em favor do PODER CONCEDENTE os ganhos econômicos extraordinários que decorram diretamente da redução de encargos setoriais gerados por fatores externos à CONCESSIONÁRIA.
- 40.13. Recebida a notificação sobre o evento de desequilíbrio, o PODER CONCEDENTE terá 120 (cento e vinte) dias para apresentar resposta ao pedido de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.
- 40.13.1. A superação do prazo previsto na Cláusula 40.13 não implicará em aceitação tácita ou concordância com o pleito, servindo apenas para constituir o PODER CONCEDENTE em mora, com as consequências contratualmente e legalmente decorrentes.
- 40.14. O procedimento de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro iniciado pelo PODER CONCEDENTE deverá ser objeto de notificação à CONCESSIONÁRIA, acompanhada de cópia dos laudos e estudos pertinentes. Não havendo manifestação pela CONCESSIONÁRIA no prazo consignado na comunicação, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias, a omissão será considerada como concordância em relação ao mérito da proposta do PODER CONCEDENTE.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 40.15. Após manifestação de ambas as PARTES, o PODER CONCEDENTE resolverá sobre o cabimento ou não da recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, observadas as disposições deste CAPÍTULO X.
- 40.16. O PODER CONCEDENTE terá a prerrogativa de escolher, dentre as opções previstas nos incisos i a v desta Cláusula 40.16, ou outras que forem legalmente admitidas, a forma pela qual será implementada a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, buscando sempre assegurar a continuidade da prestação dos SERVIÇOS, e desde que assegurada a efetiva recomposição do equilíbrio econômico-financeiro reconhecido:
- (i) Alteração do prazo de CONCESSÃO;
 - (ii) Revisão da TARIFA DE REMUNERAÇÃO;
 - (iii) Ressarcimento ou indenização à CONCESSIONÁRIA;
 - (iv) Modificação das obrigações ou condições previstas no CONTRATO;
 - (v) Combinação das modalidades anteriores, ou outras permitidas pela legislação, a critério do PODER CONCEDENTE.
- 40.17. Na escolha da medida destinada a implementar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, o PODER CONCEDENTE considerará a periodicidade e o montante dos pagamentos vencidos e vincendos a cargo da CONCESSIONÁRIA, relativo aos contratos de financiamento celebrados por esta para a execução do objeto do CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 40.18. Para fins de determinação do valor a ser reequilibrado, deverão ser considerados os efeitos dos Tributos Diretos e Indiretos efetivamente incidentes sobre o fluxo dos dispêndios marginais.
- 40.19. Todas as comunicações trocadas pela CONCESSIONÁRIA e pelo PODER CONCEDENTE no âmbito dos procedimentos de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO deverão ser encaminhadas, em cópia, para a EMTU, para ciência e adoção das providências que lhe competirem.
- 40.20. Não caberá, durante o prazo da CONCESSÃO, qualquer solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO por conta de diferenças de quantidades ou alegação de desconhecimento dos serviços de transporte público metropolitano de passageiros e dos SERVIÇOS previstos neste CONTRATO, em especial aquelas decorrentes de fatores que possam ser identificados e solucionados pelas técnicas conhecidas à época da PROPOSTA.
- 40.21. Ocorrida a mora do PODER CONCEDENTE, conforme previsto na Cláusula 40.13.1, ou existindo discordância quanto às decisões adotadas pelo PODER CONCEDENTE ao final do procedimento previsto nesta Cláusula 40, poderão ser adotados os mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.

Cláusula 41. REVISÃO ORDINÁRIA

- 41.1. A REVISÃO ORDINÁRIA do CONTRATO será realizada a cada 5 (cinco) anos de vigência da CONCESSÃO. O processo terá início em datas pré-determinadas pelo PODER CONCEDENTE e terá como propósito:
- (i) Rever os pesos relativos dos itens constantes da fórmula **RC** \pm %, conforme previsto na Cláusula 12, e demais parâmetros do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, em face da realidade da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Rever os INDICADORES DE DESEMPENHO, as metas estabelecidas, e os valores de redução previstos para cada indicador, com o objetivo de estabelecer os incentivos econômicos adequados para estimular a melhoria contínua da prestação dos serviços, preservado o limite máximo de 10% (dez por cento) de incidência no valor da REMUNERAÇÃO BASE;
- (iii) Estabelecer e planejar os INVESTIMENTOS ADICIONAIS já passíveis de previsão para o período subsequente, bem como seu correspondente cronograma físico-financeiro, conforme regras previstas no CAPÍTULO XI, sempre observando o equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, a vinculação ao EDITAL e ao CONTRATO e as demais restrições legais; e
- (iv) Rever o valor da TARIFA DE REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA, em observância ao artigo 9º, §9º, da LEI DE MOBILIDADE URBANA, objetivando a transferência de parcela dos ganhos de eficiência e de produtividade da CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE.

41.2. No início do processo de REVISÃO ORDINÁRIA, as PARTES apresentarão relatório que contenha:

- (i) Para a revisão dos parâmetros de REAJUSTE da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, identificação das mudanças de composição dos custos dos SERVIÇOS, contemplando mudanças tecnológicas de FROTA, mudanças de padrões operacionais, mudanças nas condições supervenientes de prestação dos SERVIÇOS ou outras causas que venham a afetar a proporção entre os custos contemplados na



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

fórmula paramétrica prevista na Cláusula 12.1, ou que venham a apontar outros índices utilizados para reajuste que sejam preferíveis para cada uma das PARTES por critérios como confiabilidade, isenção, regularidade de publicação, dentre outros;

(ii)

Para a REVISÃO ORDINÁRIA dos INDICADORES DE DESEMPENHO, as PARTES realizarão avaliação conjunta dos indicadores vigentes, das metas estabelecidas, e dos valores de redução previstos para cada indicador, levando em conta a busca da melhoria contínua da prestação dos serviços concedidos, culminando:

- a) Na reformulação de INDICADORES DE DESEMPENHO que se mostrarem ineficazes para incentivar que as atividades e serviços da CONCESSIONÁRIA sejam desempenhadas em atendimento à qualidade exigida pelo PODER CONCEDENTE e pelos USUÁRIOS;
- b) Na revisão das metas previstas para cada INDICADOR DE DESEMPENHO, a partir dos dados coletados das aferições periódicas de desempenho, fixando-as necessariamente em patamar equivalente ou superior ao vigente, observando-se sempre o objetivo de estimular o contínuo aprimoramento da qualidade dos serviços prestados;
- c) Na revisão dos valores de redução previstos para cada INDICADOR DE DESEMPENHO, nas hipóteses em que o montante vigente se mostrar excessivo, ou insuficiente para estimular o esforço necessário da CONCESSIONÁRIA para o



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

atingimento e a superação das metas estabelecidas; e

- d) Na criação de novos INDICADORES DE DESEMPENHO, nas hipóteses de exigência, pelo PODER CONCEDENTE, de novos padrões de desempenho, motivados pelo surgimento de inovações tecnológicas ou adequações a padrões nacionais ou internacionais.

(iii) Para o planejamento dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, as PARTES deverão, prioritariamente, concentrar as demandas por novos investimentos nos períodos de REVISÃO ORDINÁRIA, de modo a aprimorar o planejamento e a execução dos investimentos. Caso existam demandas urgentes que, por razões técnicas, econômico-financeiras, jurídicas, de segurança ou de interesse público, demandem intervenção imediata, sem que se possa aguardar o término do ciclo contratual de 5 (cinco) anos, proceder-se-á à implementação dos investimentos em observância ao procedimento previsto na Cláusula 43;

(iv) Para a REVISÃO ORDINÁRIA da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, em razão de ganhos de eficiência ou produtividade da CONCESSIONÁRIA, serão objeto de levantamento os ganhos de eficiência ou produtividade que:

- a) Resultarem de racionalização das LINHAS DE ÔNIBUS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- b) Resultarem da implantação de INFRAESTRUTURA que otimize os custos ou a demanda do serviço público;
 - c) Resultarem da alteração do perfil de custos da CONCESSIONÁRIA, especialmente em razão de modificações da intensividade do uso de mão-de-obra na CONCESSÃO, ou da alteração na proporção de veículos e seus respectivos combustíveis; e
 - d) Resultarem de outros fatores de eficiência ou produtividade externos à CONCESSÃO.
- 41.3. A REVISÃO ORDINÁRIA deverá ocorrer, preferencialmente, de forma a anteceder as discussões relativas à elaboração da Lei Orçamentária Anual que vigorará no ano subsequente à REVISÃO ORDINÁRIA.
- 41.4. A REVISÃO ORDINÁRIA não poderá impactar na alocação de riscos estabelecida neste CONTRATO.
- 41.5. A REVISÃO ORDINÁRIA da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, prevista na Cláusula 41.2, inciso (iv), não poderá, em qualquer hipótese, resultar em acréscimo da TARIFA DE REMUNERAÇÃO.
- 41.5.1. Na hipótese de identificação dos fatores de eficiência ou produtividade previstos na Cláusula 41.2, inciso (iv), a TARIFA DE REMUNERAÇÃO da CONCESSIONÁRIA será reduzida de forma a repartir entre as PARTES os ganhos de eficiência ou produtividade, na proporção de 50% (cinquenta por cento) para cada PARTE.
- 41.6. Finalizado o procedimento de REVISÃO ORDINÁRIA, caberá ao PODER CONCEDENTE fixar as novas diretrizes contratuais, observados os limites e procedimentos previstos nesta Cláusula 41, cabendo à



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA, em caso de discordância, se valer dos mecanismos de solução de controvérsias previstos neste CONTRATO.



CAPÍTULO XI.

INVESTIMENTOS ADICIONAIS

Cláusula 42. INVESTIMENTOS ADICIONAIS

42.1. Consideram-se INVESTIMENTOS ADICIONAIS, passíveis de incorporação ao CONTRATO, como encargo da CONCESSIONÁRIA, aqueles necessários para alteração e para expansão dos SERVIÇOS e consequente modernização, aperfeiçoamento e ampliação dos equipamentos e das instalações necessárias à sua prestação, conforme previsto no artigo 23, inciso V, da LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, que se revelarem relacionados à própria natureza do CONTRATO, tais como:

- (i) obras civis, prestação de serviços ou aquisição de novos equipamentos decorrentes da necessidade de melhoria na qualidade ou na segurança do serviço público prestado pela CONCESSIONÁRIA, tais como as com objetivo de otimização de fluxo de pessoas, de aumento no conforto de USUÁRIOS, de aumento na segurança da operação e dos USUÁRIOS, de melhoria na qualidade da prestação dos SERVIÇOS, em especial a implantação de novos terminais de ônibus metropolitanos ou de corredores de ônibus, de uso exclusivo ou compartilhado, para prestação dos serviços da CONCESSIONÁRIA, com os equipamentos e sistemas necessários à sua adequada operação, dentre outros;
- (ii) atualização e melhoria dos sistemas inerentes à execução do objeto da CONCESSÃO, tais como sistemas de sinalização, de comunicação, de controle, de supervisão, de energia, de ventilação, de segurança, de gestão, de arrecadação, de planejamento operacional, elétricos, de drenagem, hidráulico, dentre outros;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) reformas, substituições e melhorias na INFRAESTRUTURA EXISTENTE, tais como nos TERMINAIS, nos corredores de ônibus, dentre outros;
- (iv) novos equipamentos, infraestrutura ou serviços, decorrentes da evolução das técnicas e tecnologias utilizadas na execução do objeto da CONCESSÃO;
- (v) obras civis, prestação de serviços ou aquisição de novos equipamentos que, devido às sinergias técnicas, melhoria de interfaces, mitigação de riscos, ganho de eficiência e minimização de perdas, sejam tecnicamente e economicamente melhor executadas pela CONCESSIONÁRIA, em razão de sua posição enquanto operadora da infraestrutura e prestadora do serviço público.

42.1.1. Os INVESTIMENTOS ADICIONAIS de que trata esta Cláusula 42 não se confundem, em qualquer medida, com aqueles eventualmente necessários para que a CONCESSIONÁRIA atende às obrigações originalmente previstas neste CONTRATO, incluindo o atendimento do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO.

42.2. A inserção dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS e as obrigações decorrentes deverão atender ao interesse público, buscando assegurar a prestação de serviço adequado aos USUÁRIOS, em especial quanto às condições de eficiência, continuidade, atualidade e modicidade das tarifas, observado o disposto no art. 6º, § 2º da LEI FEDERAL DE CONCESSÃO.

42.3. Somente poderão ser considerados INVESTIMENTOS ADICIONAIS aqueles cujo cronograma de execução e prazo de amortização estejam dentro do prazo original do CONTRATO.

Cláusula 43. PROCEDIMENTO



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 43.1. Tanto o PODER CONCEDENTE, em decorrência de sua competência para realizar o planejamento do sistema de transporte público coletivo metropolitano de passageiros, quanto a CONCESSIONÁRIA, em sua obrigação de melhor executar o serviço público objeto da CONCESSÃO, poderão propor a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS.
- 43.2. Caberá ao PODER CONCEDENTE autorizar a realização, pela CONCESSIONÁRIA, de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste CONTRATO.
- 43.3. O PODER CONCEDENTE poderá, independentemente de concordância por parte da CONCESSIONÁRIA, realizar INVESTIMENTOS ADICIONAIS, por si, por outras entidades da Administração Indireta, ou mediante contratações de terceiros, desde que técnica e economicamente seja mais vantajoso ao interesse público, sem que disto decorra qualquer direito à CONCESSIONÁRIA.
- 43.4. Quando a CONCESSIONÁRIA julgar oportuno ou necessário, poderá apresentar requerimento para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, contendo os seguintes elementos essenciais:
- (i) Justificativas para a realização do INVESTIMENTO ADICIONAL, contendo obrigatoriamente as melhorias esperadas na qualidade, regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade ou cortesia na prestação do serviço público decorrentes da intervenção;
 - (ii) Demonstração da compatibilidade do investimento proposto com a Cláusula 42.1 deste CONTRATO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) Detalhamento do investimento a ser realizado, incluindo cronograma de execução, prazos e custos para implantação de cada intervenção; e
- (iv) Apresentação de Projeto Básico ou Termo de Referência.

43.4.1. Apresentado o requerimento pela CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE realizará a análise da admissibilidade da proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, podendo rejeitá-la, hipótese na qual serão aplicadas as consequências previstas na Cláusula 43.6 deste CONTRATO, ou manifestar-se pela admissibilidade da proposta, dando prosseguimento ao procedimento de inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto do CONTRATO, e conferindo a “não objeção” ao Projeto Básico ou Termo de preferência apresentado.

43.4.2. Julgada admissível a proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, após a decisão do PODER CONCEDENTE prevista na Cláusula 43.4.1, a CONCESSIONÁRIA deverá:

- (i) Elaborar planejamento detalhado da intervenção, considerando as condicionantes de acesso à INFRAESTRUTURA EXISTENTE e as interferências com a operação comercial de outros serviços públicos, em especial as demais linhas e INFRAESTRUTURAS componentes do sistema de transporte público coletivo metropolitano de passageiros;
- (ii) Indicar o tratamento ambiental proposto em relação aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS; e
- (iii) Apresentar Projeto Executivo, se o caso.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

43.5. Poderá o PODER CONCEDENTE notificar a CONCESSIONÁRIA para que ela dê início ao procedimento previsto na Cláusula 43.4, com relação a INVESTIMENTOS ADICIONAIS tidos por necessários pelo PODER CONCEDENTE.

43.5.1. A notificação do PODER CONCEDENTE tratada na Cláusula 43.5 deverá atender aos incisos (i) e (ii) da Cláusula 43.4.

43.5.2. Após o recebimento da notificação de que trata a Cláusula 43.5, caberá à CONCESSIONÁRIA, no prazo indicado na notificação, cumprir as demais etapas previstas nas Cláusulas 43.4 a 43.4.2.

43.6. Quando a CONCESSIONÁRIA for a responsável pela apresentação espontânea de requerimento para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista na Cláusula 43.4, a rejeição da proposta de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, prevista na Cláusula 43.4.1, não conferirá à CONCESSIONÁRIA o direito a qualquer espécie de reequilíbrio econômico-financeiro ou reembolso dos custos incorridos com a elaboração do requerimento.

43.6.1. Sendo julgado admissível o requerimento apresentado pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 43.4.1, ou nas situações em que o procedimento for iniciado por ato do PODER CONCEDENTE, na forma prevista na Cláusula 43.5, a CONCESSIONÁRIA será ressarcida, ao final do procedimento, de todos os custos comprovadamente incorridos com o aprofundamento da proposta, exclusivamente quanto às etapas previstas na Cláusula 43.4.2, caso a realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS não seja aprovada.

46.6.1.1. O ressarcimento previsto na Cláusula 43.6.1 é condicionado à cessão dos direitos autorais de todo o material produzido pela CONCESSIONÁRIA na elaboração do requerimento ou



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

em seu aprofundamento, em benefício do PODER CONCEDENTE.

43.7. Cumpridas as etapas previstas nas Cláusulas 43.4 a 43.4.2, o PODER CONCEDENTE deverá decidir quanto à autorização para que a CONCESSIONÁRIA execute os INVESTIMENTOS ADICIONAIS propostos, conferindo, em caso positivo e se o caso, a “não objeção” ao Projeto Executivo apresentado.

43.7.1. A autorização prevista na Cláusula 43.7 deverá ser formalizada por Termo Aditivo ao CONTRATO, no qual poderá ser prevista disciplina específica para alocação de riscos e responsabilidades entre as PARTES, disciplina de penalizações cabíveis pelo descumprimento de prazos ou de outras condições estabelecidas na autorização, caso a disciplina geral prevista neste CONTRATO não for tida como adequada ao INVESTIMENTO ADICIONAL a ser realizado, dentre outros assuntos que demandarem previsão específica.

43.8. O PODER CONCEDENTE poderá, a qualquer tempo, pedir esclarecimentos ou complementação de informações referentes ao requerimento para a realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS.

Cláusula 44. RESPONSABILIDADES E RISCOS DA CONCESSIONÁRIA RELACIONADOS AOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

44.1. Caberá à CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 31 e na Cláusula 36:

- (i) Responder perante o PODER CONCEDENTE e terceiros pela qualidade e segurança dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS por ela realizados, responsabilizando-se integralmente por eles, pela sua durabilidade com plenas condições de funcionamento e operacionalidade, diante das exigências estabelecidas pelo PODER CONCEDENTE



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

no CONTRATO ou no ato de aprovação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, responsabilizando-se por quaisquer danos deles decorrentes, durante todo o prazo da CONCESSÃO;

(ii)

Quando se tratar de obras civis, elaborar os respectivos projetos de concepção de engenharia, contemplando elementos suficientes e em nível de precisão adequado para caracterizar o complexo das instalações civis e, eventualmente, de sistemas e determinar sua perfeita e completa execução, com definição de método construtivo, especificação de materiais, equipamentos e sistemas, cronograma executivo, de acordo com as normas técnicas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ou na sua falta, de normas internacionais e a legislação pertinente, assegurando:

- a) A visão global das obras com identificação clara de todos os seus elementos constitutivos, dos serviços a executar e dos materiais e equipamentos a serem incorporados, adotando especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, utilizando processos e soluções BIM – Building Information Modeling;
- b) Adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento;
- c) A adoção de conceitos de economia de recursos e sustentabilidade, sempre que exigível e em conformidade com a legislação pertinente;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- d) A obtenção de aprovação do conjunto de projetos relacionados aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, pelos órgãos competentes envolvidos, inclusive de preservação do patrimônio histórico, sem prejuízo de obtenção de autorizações para intervenções urbanas, devidamente adequadas a outros projetos, que se façam necessárias; e
 - e) Que o projeto executivo e suas revisões, mesmo durante a execução das obras, obedeçam a normas, padrões e especificações técnicas vigentes à época da realização das obras.
- (iii) Obter as licenças ambientais exigidas por lei, arcando a CONCESSIONÁRIA com as medidas, variações de prazos e de custos, necessários ao atendimento de todas as exigências decorrentes do processo, observado o cômputo destes valores no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro previsto na Cláusula 40 deste CONTRATO;
- (iv) Quando exigido pelo PODER CONCEDENTE, contratar com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, apólices de seguros necessárias para garantir a efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todos os INVESTIMENTOS ADICIONAIS, sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, devendo o PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA figurar como cossegurados nas respectivas apólices de seguro;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) Quando se tratar de obras civis, apresentar previamente Plano de Contingências para Obras, envolvendo a segurança do trabalhador e de terceiros, para cobrir eventuais situações de emergência;
- (vi) Quando se tratar de obras civis, apresentar previamente Plano de Garantia de Qualidade do Empreendimento, devidamente certificado por organismo credenciado;
- (vii) Responder, por si ou por seus administradores, empregados, prepostos, subcontratados, prestadores de serviços ou qualquer outra pessoa física ou jurídica relacionada à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, perante o PODER CONCEDENTE e terceiros, por todos e quaisquer danos causados por atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA, sempre que decorrerem da execução das obras e prestação dos serviços sob sua responsabilidade, direta ou indireta, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da CONCESSÃO pelo PODER CONCEDENTE;
- (viii) Comunicar imediatamente ao PODER CONCEDENTE e adotar as providências necessárias sempre que ocorrer a descoberta de materiais ou objetos de interesse geológico ou arqueológico, bem como superveniências de caráter ambiental ou de interferências com outras concessionárias de serviços públicos;
- (ix) Não celebrar CONTRATO com terceiros, vinculado à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, cuja execução seja incompatível com o prazo da CONCESSÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (x) Informar o PODER CONCEDENTE e a EMTU quando citada ou intimada de qualquer ação judicial ou procedimento administrativo, que possa implicá-los em decorrência de questões ligadas aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, inclusive dos termos e prazos processuais, bem como envidar os melhores esforços na defesa dos interesses comuns, praticando todos os atos processuais cabíveis com esse objetivo;
- (xi) Manter o PODER CONCEDENTE livre de qualquer litígio, assumindo o patrocínio de eventuais ações judiciais movidas por terceiros em decorrência da execução de INVESTIMENTO ADICIONAIS, decorrentes de atos comissivos ou omissivos por parte da CONCESSIONÁRIA;
- (xii) Ressarcir o PODER CONCEDENTE de todos os desembolsos decorrentes de determinações judiciais de qualquer espécie, para satisfação de obrigações originalmente imputáveis à CONCESSIONÁRIA, inclusive reclamações trabalhistas propostas por empregados ou terceiros vinculados à CONCESSIONÁRIA, bem como a danos a USUÁRIOS e órgãos de controle e fiscalização;
- (xiii) Fornecer ao PODER CONCEDENTE todos e quaisquer documentos e informações pertinentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, franqueando acesso amplo e irrestrito à fiscalização e a realização de auditorias;
- (xiv) Permitir o acesso da fiscalização nas suas dependências, bem como nas dependências de suas subcontratadas;
- (xv) Manter à disposição do PODER CONCEDENTE, caso requerido, cópia dos instrumentos contratuais relacionados



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

aos serviços contratados ou subcontratados, para a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;

- (xvi) Acordar regras de convivência com as equipes envolvidas do PODER CONCEDENTE e de outros agentes em serviços e obras a serem executados em áreas compartilhadas;
- (xvii) Manter ampla e permanente comunicação com a população com o objetivo de divulgar informações sobre o andamento da execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, indicando os dados relativos à(s) empresa(s) responsável(is) pelas respectivas obras e prestações dos serviços;
- (xviii) Manter os serviços executados em conformidade com as determinações da Lei Federal n.º 6.514/1977, Capítulo V, Título 2, regulamentada pela Portaria n.º 3.214, de 08 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho (e alterações posteriores), bem como as Normas de Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho específicas, em especial a Norma Regulamentadora nº 10;
- (xix) Possuir serviço especializado em Engenharia, Segurança e Medicina do Trabalho, devidamente registrado na Delegacia Regional do Trabalho, assim como instituir uma CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes;
- (xx) Manter, para todas as atividades relacionadas a serviços de engenharia, a competente regularidade perante os órgãos reguladores de exercício da profissão, exigindo o mesmo de terceiros contratados;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxi) Assegurar a realização de visitas técnicas de pessoas credenciadas pelo PODER CONCEDENTE aos locais de execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxii) Designar um responsável técnico à frente das atividades referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com poderes para representar a CONCESSIONÁRIA perante a fiscalização do PODER CONCEDENTE;
- (xxiii) Manter e conservar todos os bens, equipamentos e instalações decorrentes dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS em perfeitas condições de funcionamento, promovendo as substituições, reparos ou modernizações demandadas em função do desgaste ou superação tecnológica;
- (xxiv) Manter durante toda a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, diretamente ou por meio de empresa contratada, estrutura de gerenciamento e integração nas diversas fases e interfaces das respectivas obras, aquisições ou prestações de serviços;
- (xxv) Ceder, para acervo do PODER CONCEDENTE, todos os projetos, planos, plantas, softwares e outros documentos, de qualquer natureza, referentes à execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxvi) Indenizar e manter o PODER CONCEDENTE indene em razão de qualquer demanda ou prejuízo que este venha a sofrer em virtude da realização, por parte dela, dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxvii) Responsabilizar-se integralmente pelo aumento do custo de empréstimos e financiamentos a serem obtidos pela



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

CONCESSIONÁRIA para realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, bem como pela variação de todos os custos a eles inerentes, além dos impactos decorrentes da alteração do cenário macroeconômico, aumento do custo de capital ou variação das taxas de câmbio;

- (xxviii) Responsabilizar-se integralmente pela solidez e segurança dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS pelo prazo legalmente estabelecido, ainda que posterior ao encerramento do CONTRATO, podendo o PODER CONCEDENTE buscar o ressarcimento junto aos sócios da CONCESSIONÁRIA, na forma da legislação societária, no caso de extinção da pessoa jurídica;
- (xxix) Responsabilizar-se, em relação ao previsto quando da conclusão do procedimento de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO relativo à inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, pelas variações nos investimentos, custos, despesas, atividades, ações e serviços necessários à plena execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, inclusive pela obtenção de todos os recursos financeiros necessários, resguardada eventual disposição em contrário neste CONTRATO ou no momento da aceitação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxx) Responsabilizar-se por quaisquer erros, alterações ou omissões nos projetos, incluindo metodologia de execução e/ou de tecnologia da CONCESSIONÁRIA, assim como quaisquer intercorrências na execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ou pelo cumprimento de qualquer obrigação decorrente da execução de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, não sendo válida a



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

indicação da “não objeção” aos projetos, ou a autorização à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, como causa excludente ou mitigadora de qualquer tipo de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, especialmente por variações nos custos, prazos, vícios ou defeitos supervenientes;

- (xxxi) Arcar com danos e impactos ambientais ou de mobilidade urbana decorrentes da execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ainda que não tenham sido considerados quando da mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro correspondente;
- (xxxii) Responsabilizar-se por quaisquer atrasos na implementação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, relativamente ao previsto no cronograma de execução aprovado pelo PODER CONCEDENTE;
- (xxxiii) Responsabilizar-se por quaisquer interferências com órgãos da Administração Pública direta e indireta de qualquer nível federativo, inclusive seus concessionários, permissionários e autorizatários de serviços públicos;
- (xxxiv) Responsabilizar-se por quaisquer consequências decorrentes de interferências no local de execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, tais como a existência de cabos, fibra ótica, dutos de água e esgoto, dutos de gases, dutos de petróleo e vias de transmissão ou distribuição de energia, ainda que não previstos no momento da aprovação da realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, resguardada eventual disposição em contrário neste CONTRATO ou no momento da aceitação dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (xxxv) Responsabilizar-se pela variação de custos necessários à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, tais como insumos, custos operacionais, custos de manutenção, de compra, de investimentos, dentre outros desta natureza;
- (xxxvi) Responsabilizar-se pela criação, extinção ou alteração de tributos ou encargos legais que não tenham repercussão direta nas receitas e despesas da CONCESSIONÁRIA;
- (xxxvii) Responsabilizar-se por quaisquer erros ou estimativas incorretas nos valores necessários à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS;
- (xxxviii) Responsabilizar-se por quaisquer eventos relacionados aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS cujo risco não tenha sido expressamente alocado ao PODER CONCEDENTE, por lei, pelo CONTRATO ou por termos aditivos subsequentes.

Cláusula 45. RESPONSABILIDADES E RISCOS DO PODER CONCEDENTE NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

45.1. Caberá ao PODER CONCEDENTE, sem prejuízo das demais responsabilidades previstas no CONTRATO, em especial na Cláusula 30 e na Cláusula 37:

- (i) Fiscalizar a execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, diretamente, por meio de prepostos ou terceiros contratados para este fim, podendo sustar qualquer atividade executada em desobediência ao requerimento aprovado nos termos da Cláusula 43 deste CONTRATO;
- (ii) Responsabilizar-se pelos acréscimos de custo ou prazo na execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS decorrentes



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

de condutas de comprovada responsabilidade do PODER CONCEDENTE.

- 45.2. A fiscalização ou a autorização, pelo PODER CONCEDENTE, referentes aos INVESTIMENTOS ADICIONAIS a serem executados pela CONCESSIONÁRIA ou empresa por ela subcontratada, não implica qualquer responsabilidade para o PODER CONCEDENTE, nem exime a CONCESSIONÁRIA, total ou parcialmente, das suas obrigações decorrentes do CONTRATO ou das disposições legais ou regulamentares pertinentes.
- 45.3. A CONCESSIONÁRIA não poderá opor ao PODER CONCEDENTE quaisquer exceções ou meios de defesa para se eximir, total ou parcialmente, de suas obrigações contratuais referentes à execução dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, com base em fatos que resultem das relações contratuais estabelecidas com as empresas subcontratadas, ainda que aprovadas pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 46. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO NOS INVESTIMENTOS ADICIONAIS

- 46.1. As condições a seguir estabelecidas no tocante ao reequilíbrio econômico-financeiro se aplicam exclusivamente em relação à realização de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, ficando mantidas as demais disposições do CONTRATO.
- 46.2. A inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS, na forma prevista neste CONTRATO, importará na análise da eventual necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO em decorrência da alteração, a qual poderá se dar concomitantemente à inclusão de INVESTIMENTOS ADICIONAIS ou, excepcionalmente, em momento posterior.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 46.3. Juntamente com os documentos previstos na Cláusula 43.4.2 deste CONTRATO, ou, excepcionalmente, em momento posterior, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar os documentos necessários à mensuração do reequilíbrio econômico-financeiro decorrente da inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS no objeto do CONTRATO, observando o procedimento previsto na Cláusula 40.5 à 40.21.
- 46.4. Na hipótese de inclusão dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, não se aplica o disposto na Cláusula 40.11, de forma que todos os custos com diligências e estudos necessários à plena instrução do pedido de reequilíbrio serão suportados pela CONCESSIONÁRIA, sendo o valor correspondente incorporado no cálculo do reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO.



CAPÍTULO XII.

GARANTIAS E SEGUROS

Cláusula 47. GARANTIAS

47.1. A CONCESSIONÁRIA prestará e manterá íntegra, ao longo do prazo previsto neste CONTRATO as garantias previstas nesta Cláusula 47, destinadas a assegurar a fiel execução deste CONTRATO, a serem apresentadas, a critério da CONCESSIONÁRIA, por uma das seguintes modalidades, ou uma combinação de mais de uma modalidade:

- (i) Caução em dinheiro;
- (ii) Títulos da Dívida Pública Federal;
- (iii) Seguro-garantia; e/ou
- (iv) Fiança bancária.

47.2. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, destinada a garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais, deverá, em qualquer de suas modalidades, assegurar os seguintes valores:

- (i) LOTE 1 – R\$ 7.064.000,00 (sete milhões, sessenta e quarto mil reais);
- (ii) LOTE 2 – R\$ 11.490.000,00 (onze milhões, quatrocentos e noventa mil reais);
- (iii) LOTE 3 – R\$ 7.760.000,00 (sete milhões, setecentos e sessenta mil reais);
- (iv) LOTE 4 – R\$ 3.100.000,00 (três milhões e cem mil reais);



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(v) LOTE 5 – R\$ 6.430.000,00 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil reais);

- 47.3. A GARANTIA DE FROTA, destinada a assegurar a plena disponibilidade da FROTA necessária à prestação dos SERVIÇOS, deverá garantir o montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) por VEÍCULO equivalente, até a comprovação de sua plena disponibilidade pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 7.7.2.
- 47.4. A GARANTIA DE GARAGENS, destinada a assegurar a plena disponibilidade das GARAGENS necessárias à prestação dos SERVIÇOS, deverá garantir o montante de R\$ 240,00 (duzentos e quarenta reais) por m² de área exigida para as GARAGENS da CONCESSIONÁRIA, até a comprovação de sua plena disponibilidade pela CONCESSIONÁRIA, na forma prevista na Cláusula 7.8.2.
- 47.5. As GARANTIAS deverão ser prestadas em benefício do PODER CONCEDENTE, sendo de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a prova de suficiência das GARANTIAS prestadas para os fins desta Cláusula 47.
- 47.6. As GARANTIAS prestadas em moeda corrente nacional deverão ser depositadas no Banco [•], Agência [•], conta corrente nº [•], de titularidade do PODER CONCEDENTE, CNPJ/MF nº [•], apresentando-se o comprovante de depósito, ou em cheque administrativo de instituição financeira nacional, sob pena de ineficácia da prestação da GARANTIA.
- 47.7. As GARANTIAS apresentadas na modalidade Títulos da Dívida Pública do Tesouro Nacional deverão ser prestadas pelo valor nominal dos títulos, não podendo estar onerados com cláusula de impenhorabilidade, inalienabilidade, intransferibilidade ou aquisição compulsória. Os Títulos ofertados deverão ser emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

Central do Brasil, com cotação de mercado e acompanhados de comprovante de sua validade atual quanto à liquidez e a valor.

47.8. As GARANTIAS apresentadas na modalidade de seguro-garantia serão comprovadas pela apresentação da apólice de seguro-garantia, acompanhada de comprovante de pagamento do prêmio, quando pertinente, bem como de Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, em nome da seguradora que emitir a apólice, com vigência mínima de 12 (doze) meses.

47.8.1. Quando a modalidade for seguro-garantia, deverá ser emitida por companhia seguradora autorizada a funcionar no Brasil, nos termos da legislação vigente à época de sua apresentação, devendo as apólices de seguro estar acompanhadas da comprovação de contratação de resseguro, nos termos da legislação vigente à época da apresentação.

47.8.2. Se a CONCESSIONÁRIA optar pela modalidade seguro-garantia para a sua GARANTIA DE EXECUÇÃO, das condições especiais da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 47.18, 47.19, 47.20 e 47.23 deste CONTRATO, observada a ressalva prevista na Cláusula seguinte.

48.8.2.1. Caso a apólice não seja emitida de forma a atender à exigência prevista na Cláusula 47.8.2, a CONCESSIONÁRIA poderá apresentar declaração, firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos nas Cláusulas 47.18, 47.19, 47.20 e 47.23 deste CONTRATO.

47.9. As GARANTIAS apresentadas na modalidade de fiança-bancária deverão ser emitidas por instituição financeira classificada no último Relatório dos 50 (cinquenta) maiores Bancos – Critério de Ativo Total menos Intermediação, emitido trimestralmente pelo Banco Central do Brasil,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

devendo ser apresentada na sua forma original e estar acompanhada da comprovação dos poderes de representação do responsável pela assinatura do documento.

- 47.10. As GARANTIAS prestadas via seguro-garantia ou fiança bancária deverão ter vigência mínima de 01 (um) ano, a contar da contratação, sendo de total responsabilidade da CONCESSIONÁRIA realizar as renovações e atualizações necessárias, devendo comunicar ao PODER CONCEDENTE toda renovação e atualização realizada, sob pena de aplicação das sanções previstas neste CONTRATO.
- 47.11. As GARANTIAS previstas nesta Cláusula 47, enquanto forem contratualmente exigidas, deverão ser complementadas anualmente, observando o mesmo critério de reajuste previsto na Cláusula 12 para a TARIFA DE REMUNERAÇÃO, no prazo de 30 dias a contar da vigência do reajuste.
- 47.12. Em até 30 (trinta) dias antes do término do prazo de vigência das GARANTIAS, deverá a CONCESSIONÁRIA apresentar ao PODER CONCEDENTE documento comprobatório de renovação e atualização da GARANTIA.
- 47.13. As GARANTIAS previstas nesta Cláusula 47, prestadas em qualquer das modalidades previstas na Cláusula 47.1, não poderão conter cláusula excludente de quaisquer responsabilidades contraídas pela CONCESSIONÁRIA, relativamente ao previsto neste CONTRATO, nem conter qualquer tipo de ressalvas ou condições que possam dificultar ou impedir sua execução, ou que possam deixar dúvidas quanto à firmeza da garantia oferecida.
- 47.14. As GARANTIAS deverão abranger todos os fatos ocorridos durante a vigência da GARANTIA, ainda que o sinistro seja comunicado pelo PODER CONCEDENTE após a superação do termo final de vigência da GARANTIA.



- 47.15. A GARANTIA DE EXECUÇÃO, a que se refere a Cláusula 47.2, será liberada ou restituída pelo PODER CONCEDENTE, após o encerramento deste CONTRATO, desde que concluídas todas as obrigações previstas neste CONTRATO para a transição contratual, em especial o disposto na Cláusula 21.
- 47.16. A GARANTIA DA FROTA, a que se refere a Cláusula 47.3, será liberada ou restituída pelo PODER CONCEDENTE após emissão do laudo de vistoria da FROTA, aprovando os veículos apresentados pela CONCESSIONÁRIA.
- 47.16.1. A CONCESSIONÁRIA, na hipótese de disponibilização parcial dos VEÍCULOS objeto de cobertura pela GARANTIA DA FROTA, poderá solicitar a liberação ou restituição proporcional da GARANTIA DA FROTA, após a emissão do laudo de vistoria correspondente.
- 47.17. A GARANTIA DE GARAGENS, a que se refere a Cláusula 47.4, será liberada ou restituída pelo PODER CONCEDENTE, após emissão do laudo de vistoria da GARAGEM(NS) DEFINITIVA(S), aprovando os imóveis apresentados pela CONCESSIONÁRIA.
- 47.17.1. A CONCESSIONÁRIA, na hipótese de disponibilização parcial das GARAGENS objeto de cobertura pela GARANTIA DE GARAGENS, poderá solicitar a liberação ou restituição proporcional da GARANTIA DE GARAGENS, após a emissão do laudo de vistoria correspondente.
- 47.18. A GARANTIA DE EXECUÇÃO assegurará o pagamento correspondente a quaisquer indenizações, multas e outras penalidades, decorrentes do inadimplemento, total ou parcial, de quaisquer das obrigações previstas neste CONTRATO, ou da inadequada prestação dos SERVIÇOS.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 47.19. A ocorrência de qualquer inadimplemento contratual da CONCESSIONÁRIA que, nos termos da Cláusula 47.18, se qualifique como fato coberto pela GARANTIA DE EXECUÇÃO, dará ensejo à imediata execução da GARANTIA DE EXECUÇÃO, desde que, após prévia e formalmente notificada para satisfazer voluntariamente a obrigação inadimplida, a CONCESSIONÁRIA não a regularize no prazo estipulado pelo PODER CONCEDENTE, conforme o caso.
- 47.20. A garantia prevista nesta Cláusula também será executada na hipótese do PODER CONCEDENTE ou a EMTU serem responsabilizados, indevidamente, por qualquer ato ou fato decorrente da atuação da CONCESSIONÁRIA, seus prepostos ou subcontratados, incluindo, mas não se limitando, a danos ambientais, responsabilidade civil, fiscal e trabalhista, penalidades regulatórias, dentre outros.
- 47.21. Se o valor devido pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE ou à EMTU for superior ao valor da GARANTIA DE EXECUÇÃO, além da perda desta, a CONCESSIONÁRIA responderá pela diferença e deverá repor o valor integral da garantia prestada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas da respectiva notificação, sob pena de retenção dos créditos que a CONCESSIONÁRIA fizer jus ou, no limite, a declaração de caducidade da CONCESSÃO.
- 47.22. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelo cumprimento do objeto deste CONTRATO, assim como pelas demais obrigações a ele inerentes, incluindo pagamentos de multas, indenizações e demais penalidades a ele eventualmente aplicadas, independente da execução total ou parcial da GARANTIA DE EXECUÇÃO.
- 47.23. O PODER CONCEDENTE executará a GARANTIA DE EXECUÇÃO, parcial ou totalmente, para cobrança de quaisquer importâncias que lhe forem devidas, a qualquer título, pela CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 47.24. A CONCESSIONÁRIA poderá, a seu exclusivo critério, exigir garantias das empresas por ela contratadas, devendo, neste caso, informar obrigatoriamente o fato ao PODER CONCEDENTE.
- 47.25. A perda da GARANTIA DE EXECUÇÃO, com sua integral execução, dar-se-á de pleno direito, se vier a ocorrer a rescisão unilateral do CONTRATO, em decorrência de inadimplemento de quaisquer obrigações da CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobrança das obrigações remanescentes.
- 47.26. É de integral responsabilidade da CONCESSIONÁRIA a manutenção da vigência e da suficiência do valor das GARANTIAS prestadas neste CONTRATO, pelo prazo contratualmente estabelecido, inclusive ficando responsável por arcar com todos os custos decorrentes de sua contratação.

Cláusula 48. SEGUROS

- 48.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, durante todo o prazo de vigência do CONTRATO, contratar e manter vigentes, com companhia seguradora autorizada a funcionar e operar no Brasil e de porte compatível com o objeto segurado, as apólices de seguro exigidas neste CONTRATO, de forma a garantir efetivamente a cobertura dos riscos inerentes à execução das atividades pertinentes à CONCESSÃO, em condições aceitáveis pelo PODER CONCEDENTE, conforme disponibilidade no mercado brasileiro e sem prejuízo dos seguros exigíveis pela legislação aplicável.
- 48.2. A CONCESSIONÁRIA deverá elaborar e fornecer ao PODER CONCEDENTE, no prazo previsto na Cláusula 7, plano de seguros para a execução das atividades previstas neste CONTRATO, que será desenvolvido a partir da avaliação do valor em risco, da importância a ser segurada e das condições das respectivas coberturas.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

48.2.1. O PODER CONCEDENTE e a CONCESSIONÁRIA avaliarão as necessidades de revisão anual do plano de seguros.

48.3. As apólices de todos os seguros que guardem relação com a prestação dos serviços previstos na Cláusula 5.1.1, indicados no Plano de Seguros, deverão estar integralmente contratadas pela CONCESSIONÁRIA até a data de início da sua prestação.

48.4. Nenhum serviço poderá ter início ou prosseguir sem que a CONCESSIONÁRIA comprove ao PODER CONCEDENTE que as apólices dos seguros exigidos nos termos desta Cláusula 48 se encontram em vigor, obedecendo a todas as prescrições deste CONTRATO.

48.4.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 48.4, a CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, em prazo não superior a 30 (trinta) dias do início de cada ano da CONCESSÃO, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que todas as apólices de seguros contratadas estão válidas, e que os respectivos prêmios se encontram pagos.

48.5. O PODER CONCEDENTE e a EMTU deverão ser indicados como cosegurados nas referidas apólices de seguros, devendo o cancelamento, suspensão, modificação, renovação ou substituição de quaisquer das condições dos seguros ser previamente aprovados pelo PODER CONCEDENTE.

48.6. As apólices de seguro deverão possuir prazo de vigência de, no mínimo 12 (doze) meses, além de conter cláusula expressa de renúncia, pela Seguradora, de eventual exercício de sub-rogação nos direitos que tenha, ou venha a ter, contra o PODER CONCEDENTE e/ou a EMTU.

48.7. A CONCESSIONÁRIA deverá fazer constar das apólices de seguro a obrigação da seguradora de informar por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, à CONCESSIONÁRIA e ao PODER CONCEDENTE e a EMTU, quaisquer fatos que possam implicar o



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

cancelamento, total ou parcial, dos seguros contratados, redução de cobertura, aumento de franquias ou redução de importâncias seguradas.

- 48.8. Todos os seguros contratados para os fins deste CONTRATO deverão ser contratados com seguradoras e resseguradoras autorizadas a operar no Brasil, apresentando, sempre, Certidão de Regularidade Operacional expedida pela SUSEP, em nome da seguradora que emitir cada apólice.
- 48.9. Dentre os seguros a serem contratados, a CONCESSIONÁRIA deverá contratar e manter vigentes apólices de seguro para cobertura total de roubo, incêndio, raio, explosão, vendaval, descargas elétricas, acidentes e danos a terceiros, do conjunto de VEÍCULOS, GARAGENS, TERMINAIS e estações implantados e a serem implantados na ÁREA DE OPERAÇÃO, que estejam sob sua responsabilidade.
- 48.10. A CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), contratará e manterá em vigor, ao longo do prazo da CONCESSÃO, seguro de responsabilidade civil cobrindo a CONCESSIONÁRIA, o PODER CONCEDENTE e a ARTESP pelos montantes que possam ser responsabilizados a título de danos, indenizações, custas processuais e outros em relação à mora ou lesão de pessoas e danos a bens resultantes do desenvolvimento das atividades pertinentes à CONCESSÃO.
- 48.10.1. Os limites de cobertura do seguro de responsabilidade civil não deverão ser inferiores a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), por veículo e por evento.
- 48.10.2. O valor indicado na Cláusula 48.10.1 é referenciado à DATA DE ASSINATURA, devendo ser reajustado pela mesma fórmula e na mesma data do reajuste da TARIFA DE REMUNERAÇÃO, previsto na Cláusula 12.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 48.11. Os valores cobertos pelos seguros indicados no plano de seguros deverão ser suficientes para reposição ou correção dos danos causados em caso de sinistro.
- 48.12. A CONCESSIONÁRIA assume toda a responsabilidade pela abrangência ou omissões decorrentes da contratação dos seguros de que trata este CONTRATO, inclusive para fins dos riscos assumidos.
- 48.13. As franquias contratadas deverão ser aquelas praticadas pelo mercado segurador brasileiro em negócios desta natureza, sendo a CONCESSIONÁRIA responsável pelo pagamento integral da franquia, em caso de utilização de qualquer seguro previsto no CONTRATO.
- 48.14. Eventuais diferenças entre os danos apurados e as indenizações/sinistros pagos à CONCESSIONÁRIA não ensejarão direito de reequilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO, não elidirão a obrigação da CONCESSIONÁRIA de manter o serviço adequado, e não poderão ser motivo para a não realização de qualquer investimento objeto deste CONTRATO, especialmente investimentos adicionais que se mostrem necessários em função da ocorrência do sinistro, cujos valores não tenham sido cobertos integralmente pelas apólices.
- 48.15. Qualquer indenização devida em decorrência de sinistros cobertos pelo seguro previsto nesta Cláusula 48 deverá ser objeto de comunicação ao PODER CONCEDENTE com 15 (quinze) dias de antecedência ao pagamento, sendo o pagamento válido apenas após prévia e expressa anuência do PODER CONCEDENTE, condição esta que sempre deverá constar explicitamente da apólice correspondente.
- 48.15.1. A CONCESSIONÁRIA deverá registrar na comunicação referida na Cláusula 48.15 o montante devido, bem como as causas que deram origem à indenização e a data de ocorrência.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 48.16. Os recursos provenientes das indenizações decorrentes dos seguros contratados pela CONCESSIONÁRIA deverão ser utilizados para a garantia da continuidade dos serviços, exceto:
- (i) Se o evento resultar em caducidade da CONCESSÃO; ou
 - (ii) Se o PODER CONCEDENTE ou a EMTU vierem a responder pelo sinistro, hipótese na qual as indenizações decorrentes das apólices deverão se destinar à sua indenização direta.
- 48.17. A CONCESSIONÁRIA deverá fornecer, no final da vigência do seguro, caso não possua a nova apólice, certificado emitido pela(s) seguradora(s) confirmando que os riscos envolvidos foram colocados no mercado segurador, conforme período determinado e de acordo com as coberturas e franquias solicitadas, aguardando apenas a autorização da SUSEP para emissão da nova apólice.
- 48.18. As coberturas de seguro previstas nesta Cláusula 48 deverão incluir cobertura de danos de casos fortuitos e força maior, sempre que forem seguráveis.
- 48.19. As apólices emitidas não poderão conter obrigações, restrições ou disposições que contrariem as disposições do presente CONTRATO ou a regulação setorial, e deverão conter declaração expressa da companhia seguradora, de que conhece integralmente este CONTRATO, inclusive no que se refere aos limites dos direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA.
- 48.20. As apólices de seguro contratadas pela CONCESSIONÁRIA deverão conter expressamente a cláusula de recomposição automática dos valores segurados, inclusive para o seguro de Responsabilidades Civil de que trata a Cláusula 48.9, a não ser que essa cobertura não esteja disponível no mercado segurador, o que deve ser confirmado por carta encaminhada ao PODER CONCEDENTE e subscrita pela resseguradora.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 48.21. A Seguradora deverá renunciar a todos os direitos de interpor ação regressiva contra o Poder Concedente e a EMTU, ainda que cabível.
- 48.22. No caso de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, da obrigação de contratar e manter em plena vigência as apólices de seguro, o PODER CONCEDENTE, independentemente da sua faculdade de decretar a intervenção ou a caducidade da CONCESSÃO, poderá proceder à contratação e ao pagamento direto dos prêmios respectivos, correndo a totalidade dos custos às expensas da CONCESSIONÁRIA, que deverá reembolsar o PODER CONCEDENTE ou a EMTU, conforme o caso, em 05 (cinco) dias úteis a contar de sua notificação, sob pena de incidência de juros de mora correspondentes à variação *pro rata temporis* da taxa SELIC, a contar da data do respectivo vencimento e até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo das demais penalidades aplicáveis.
- 48.22.1. Caso o pagamento não seja realizado, o PODER CONCEDENTE poderá executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO ou efetuar o desconto correspondente no pagamento da TARIFA DE REMUNERAÇÃO devida à CONCESSIONÁRIA, para reembolsar os custos com a contratação do referido seguro.



CAPÍTULO XIII. FISCALIZAÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 49. FISCALIZAÇÃO

- 49.1. A alusão, ao longo desta Cláusula 49, ao PODER CONCEDENTE, inclui não apenas o exercício da fiscalização pelo PODER CONCEDENTE, diretamente, mas, inclusive, o exercício de atividades de fiscalização que, a critério do PODER CONCEDENTE, forem designadas à EMTU, a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta, ou mesmo a terceiros contratados para esta finalidade.
- 49.2. O PODER CONCEDENTE exercerá a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços concedidos neste CONTRATO, buscando verificar o cumprimento das obrigações nele estabelecidas, bem como sobre a SPE, tomando todas as medidas necessárias para garantir a continuidade dos SERVIÇOS, em conformidade com o previsto no CONTRATO.
- 49.2.1. O PODER CONCEDENTE, no exercício da fiscalização, poderá, conjuntamente com a CONCESSIONÁRIA, buscar o realinhamento de qualquer inconformidade que verificar na execução do CONTRATO, suspendendo o exercício de qualquer atividade em caso de impossibilidade de sua correção.
- 49.2.2. O PODER CONCEDENTE terá, no exercício da fiscalização, livre acesso, em qualquer época, às áreas, instalações e locais referentes à CONCESSÃO, aos livros e documentos relativos à CONCESSIONÁRIA, bem como a livros, registros e documentos relacionados às atividades e serviços abrangidos pela CONCESSÃO, incluindo estatísticas e registros administrativos e contábeis, dados relativos à administração, à contabilidade e aos recursos técnicos, econômicos e financeiros da CONCESSIONÁRIA, devendo ser prestados, pela CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for estabelecido, os esclarecimentos que lhe forem formalmente solicitados.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 49.3. As determinações que vierem a ser emitidas no âmbito da fiscalização serão imediatamente aplicáveis e vincularão a CONCESSIONÁRIA, sem prejuízo das disposições sobre solução de controvérsias estabelecidas neste CONTRATO.
- 49.4. No exercício da fiscalização, o PODER CONCEDENTE poderá:
- (i) Acompanhar a prestação dos SERVIÇOS, bem como a conservação dos BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO;
 - (ii) Proceder às vistorias para a verificação da adequação das instalações e equipamentos, determinando as necessárias correções, reparos, remoções ou substituições, às expensas da CONCESSIONÁRIA;
 - (iii) Intervir na prestação dos SERVIÇOS, quando necessário, de modo a assegurar a respectiva regularidade e o fiel cumprimento deste CONTRATO e das normas legais pertinentes;
 - (iv) Exigir a substituição imediata de qualquer empregado que negligencie ou tenha comportamento indevido durante o serviço;
 - (v) Determinar que sejam refeitas as atividades e serviços, sem ônus para o PODER CONCEDENTE, se as já executadas não estiverem satisfatórias; e
 - (vi) Aplicar as sanções e penalidades previstas neste CONTRATO.
- 49.5. A fiscalização do PODER CONCEDENTE anotarà em termo próprio de registro as ocorrências apuradas nas fiscalizações realizadas nos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

SERVIÇOS prestados pela CONCESSIONÁRIA, encaminhando o Termo de Fiscalização à CONCESSIONÁRIA para regularização das faltas ou defeitos verificados, sem prejuízo da imediata aplicação do resultado da fiscalização para os efeitos previstos neste CONTRATO, especialmente para fins de mensuração dos INDICADORES DE DESEMPENHO, e para fins de instauração de processo administrativo sancionatório.

49.5.1. O processo administrativo sancionatório seguirá o rito da Lei Estadual n.º 10.177/1998.

49.5.2. A posterior regularização das faltas apontadas no Termo de Fiscalização não afasta o descumprimento havido e, conseqüentemente, o impacto deste descumprimento nos INDICADORES DE DESEMPENHO, ou a aplicação da correspondente penalidade, quando cabível.

49.5.3. A não regularização das faltas apontadas no Termo de Fiscalização será considerada como agravante para fins de aplicação da correspondente penalidade no âmbito do processo administrativo.

49.6. A fiscalização também será responsável por apurar o cumprimento dos INDICADORES DE DESEMPENHO pela CONCESSIONÁRIA.

49.7. O PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, um programa de acompanhamento da execução e de controle tecnológico dos serviços concedidos, o qual será desenvolvido, aplicado e custeado pela CONCESSIONÁRIA.

49.8. O PODER CONCEDENTE poderá acompanhar a prestação de SERVIÇOS por parte da CONCESSIONÁRIA, bem como qualquer aspecto tratado pelo CONTRATO, podendo solicitar esclarecimentos ou modificações, caso entenda haver desconformidades com as obrigações previstas no CONTRATO, em especial, mas sem se limitar, quanto ao cumprimento do QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO e parâmetros de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

qualidade estabelecidos neste CONTRATO, seus ANEXOS e normas expedidas pelo PODER CONCEDENTE com base em seu poder regulamentar.

- 49.9. Sem prejuízo da incidência de qualquer tipo de penalidade e dos impactos sobre o QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, a CONCESSIONÁRIA está obrigada a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir, às suas expensas e no prazo estipulado pelo PODER CONCEDENTE, os serviços pertinentes à CONCESSÃO em que se verifiquem vícios, inclusive ocultos, defeitos e/ou incorreções.

49.9.1. O PODER CONCEDENTE poderá exigir que a CONCESSIONÁRIA apresente um plano de ação visando a reparar, corrigir, interromper, suspender ou substituir qualquer serviço prestado de maneira viciada, defeituosa e/ou incorreta, relacionado com o objeto deste CONTRATO, em prazo a ser por ele estabelecido.

- 49.10. Em caso de omissão da CONCESSIONÁRIA em cumprir as determinações do PODER CONCEDENTE, a este será facultado proceder à correção da situação, para remediar os vícios, defeitos e/ou incorreções identificados ou realizar as obrigações de investimento não adimplidas, diretamente ou por intermédio de terceiro, inclusive se valendo de compensação com valores devidos à CONCESSIONÁRIA, pelo PODER CONCEDENTE ou pela ASSOCIAÇÃO, ou da GARANTIA DE EXECUÇÃO, correndo os respectivos custos por conta da CONCESSIONÁRIA.

- 49.11. Para o adequado exercício da fiscalização e acompanhamento contratual pelo PODER CONCEDENTE, e sem prejuízo de qualquer outra obrigação de prestação de informações estabelecida neste CONTRATO, na legislação ou na regulação aplicável, a CONCESSIONÁRIA obriga-se a:

- (i) Dar conhecimento imediato ao PODER CONCEDENTE de todo e qualquer evento que possa vir a prejudicar ou impedir o pontual e tempestivo cumprimento das



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

obrigações deste CONTRATO e/ou que possa constituir causa de intervenção na CONCESSIONÁRIA, declaração de caducidade da CONCESSÃO ou rescisão contratual;

- (ii) Apresentar, até 31 de agosto de cada ano, relatório auditado da sua situação contábil, incluindo, dentre outros, o balanço patrimonial e a demonstração de resultados correspondentes ao semestre encerrado em 30 de junho do respectivo ano;
- (iii) Apresentar, até 30 de abril de cada ano, atendendo às disposições da Lei Federal n.º 6.404/1976 e da Lei Federal n.º 11.638/2007, as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro do ano imediatamente anterior, incluindo, dentre outros, o relatório da administração, o balanço patrimonial, a demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração de resultados do exercício e a demonstração dos fluxos de caixa, as notas explicativas do balanço patrimonial, parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal da SPE, se existente, e ainda, caso a SPE seja companhia aberta, a demonstração de valor adicionado;
- (iv) Publicar, na forma da lei, as demonstrações financeiras e manter os registros contábeis de todas as operações em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade, as normas técnicas brasileiras de contabilidade aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade;
- (v) Dar conhecimento imediato de toda e qualquer situação que corresponda a fatos que alterem de modo relevante o normal desenvolvimento dos SERVIÇOS ou da exploração relacionados ao objeto do CONTRATO, apresentando, por



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

escrito e no prazo mínimo necessário, relatório detalhado sobre tais fatos, incluindo, se o caso, contribuição de entidades especializadas, externas à CONCESSIONÁRIA, com as medidas tomadas ou em curso para superar ou sanar referidos fatos ou circunstâncias;

- (vi) Apresentar, em até 90 (noventa) dias após o encerramento de cada semestre civil, informações atualizadas das projeções financeiras da CONCESSÃO, entendidas como o conjunto de projeções de todos os elementos financeiros relativos à execução do CONTRATO, considerando os resultados reais obtidos desde o início da CONCESSÃO até o semestre encerrado, e os resultados projetados até o fim do prazo da CONCESSÃO, utilizando os mesmos modelos e critérios aplicados para a apresentação da PROPOSTA;
- (vii) Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias, contados do encerramento de cada trimestre, as demonstrações contábeis em conformidade com a legislação societária, bem como os balancetes mensais de fechamento, devidamente assinados pelo contador responsável;
- (viii) Apresentar trimestralmente ao PODER CONCEDENTE cronograma atualizado de atividades relacionadas à execução dos SERVIÇOS objeto do CONTRATO, inclusive com a relação de obras concluídas, em andamento, estas com o respectivo estágio de andamento e previsão de conclusão, e as obras a serem iniciadas;
- (ix) Apresentar, no prazo estabelecido pelo PODER CONCEDENTE, outras informações adicionais ou complementares, que este venha formalmente solicitar;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (x) Atender a todas as determinações do PODER CONCEDENTE, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste CONTRATO;
 - (xi) Apresentar, trimestralmente, relatório com as providências adotadas para resolução das reclamações dos USUÁRIOS encaminhadas pelo PODER CONCEDENTE, bem como o tempo necessário a sua implementação;
- 49.12. As demonstrações financeiras deverão estar auditadas por empresa de auditoria independente devidamente registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM).
- 49.13. Pela execução da fiscalização da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou o órgão ou entidade responsável pela fiscalização, fará jus ao recebimento do valor correspondente a 3,86% (três vírgula oitenta e seis por cento) sobre a TARIFA DE REMUNERAÇÃO, conforme previsto na Cláusula 13.1, inciso (i).



CAPÍTULO XIV. RESPONSABILIDADE PERANTE TERCEIROS

Cláusula 50. RESPONSABILIDADE GERAL

50.1. A CONCESSIONÁRIA responderá, nos termos da legislação aplicável, por quaisquer prejuízos causados a terceiros, por si ou seus administradores, empregados, prepostos ou prestadores de serviços, ou qualquer outra pessoa física ou jurídica a ela vinculada, no exercício das atividades abrangidas pela CONCESSÃO, não sendo assumida pelo PODER CONCEDENTE ou por qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual qualquer espécie de responsabilidade dessa natureza.

Cláusula 51. CONTRATOS COM TERCEIROS

51.1. É permitida a contratação de terceiros, por conta e risco da CONCESSIONÁRIA, nos termos admitidos legalmente, desde que isso não implique transferência da prestação do serviço público concedido, oneração de seu custo ou detrimento de sua qualidade.

51.2. A CONCESSIONÁRIA deverá, obrigatoriamente, informar ao PODER CONCEDENTE a contratação de terceiros para a prestação de serviços relevantes para o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias ou complementares aos serviços objetos da CONCESSÃO, tais como elaboração dos projetos, manutenção, conservação e construção.

51.2.1. O fato de o contrato com terceiros ter sido de conhecimento do PODER CONCEDENTE ou de qualquer outra entidade da Administração Pública Direta ou Indireta Estadual não poderá ser alegado pela CONCESSIONÁRIA para eximir-se do cumprimento total ou parcial de suas obrigações decorrentes do CONTRATO, ou justificar qualquer atraso ou modificação nos investimentos exigidos nesta CONCESSÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 51.3. Os contratos de prestação de serviços entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros reger-se-ão pelas normas de direito privado, não estabelecendo nenhuma relação de qualquer natureza entre os terceiros e o PODER CONCEDENTE ou a EMTU.
- 51.4. A CONCESSIONÁRIA deverá exigir dos seus contratados a comprovação de regularidade dos recolhimentos fiscais e previdenciários, bem como do cumprimento das obrigações trabalhistas, e demais regularidades pertinentes, mantendo tais documentos sob sua guarda e responsabilidade.
- 51.5. Fica vedada a contratação de qualquer terceiro que tenha figurado como LICITANTE na LICITAÇÃO que deu origem ao presente CONTRATO, que tenha sido desabilitado, desclassificado ou vencido na LICITAÇÃO.
- 51.6. A CONCESSIONÁRIA será integralmente responsável por todos e quaisquer ônus e obrigações concernentes às legislações tributária, trabalhista e previdenciária, além de quaisquer outros que decorrerem do desenvolvimento de suas atividades.
- 51.7. A CONCESSIONÁRIA permanecerá integralmente responsável pelos serviços prestados, mesmo que por terceiros, incluindo, mas não se limitando, para fins de avaliação de desempenho, de danos causados ao PODER CONCEDENTE, à EMTU, aos USUÁRIOS ou a terceiros, de indenizações, e de sujeição a penalidades.

Cláusula 52. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 52.1. A CONCESSIONÁRIA não poderá subcontratar a prestação dos serviços descritos na Cláusula 5.1.1.
- 52.2. Caso a CONCESSIONÁRIA opte pela subcontratação dos serviços necessários à realização dos INVESTIMENTOS ADICIONAIS, nos termos do CAPÍTULO XI, o PODER CONCEDENTE deverá conceder a sua não



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

objeção à referida contratação, podendo exigir comprovação de que a empresa contratada possui os requisitos técnicos e financeiros suficientes para a perfeita execução do contrato.

52.2.1. Para que a CONCESSIONÁRIA obtenha a não objeção do PODER CONCEDENTE, ela deverá remeter as seguintes informações, por escrito, ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Nome, qualificação e endereço da empresa a ser contratada;
- (ii) Nome, qualificação e endereço dos administradores e prepostos da empresa a ser contratada;
- (iii) Descrição objetiva dos serviços a serem contratados;
- (iv) Data prevista para o início e conclusão dos serviços a serem contratados;
- (v) Atos constitutivos da empresa a ser contratada, devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório competente; e
- (vi) Documentação comprobatória da experiência técnica da empresa contratada na execução de serviços ou obras equivalentes, quando, a critério do PODER CONCEDENTE, a complexidade técnica do objeto contratado tornar necessária esta comprovação.



- 52.3. Na hipótese de substituição de qualquer dos subcontratados previstos nesta Cláusula 52, deverá haver a expressa não objeção do PODER CONCEDENTE, sendo obrigatória a comprovação de que a nova empresa subcontratada também detenha as condições técnicas e financeiras suficientes para a perfeita execução do contrato.
- 52.4. A CONCESSIONÁRIA se responsabiliza por todos os atos praticados pelas subcontratadas, não podendo invocar qualquer disposição em sentido contrário, ainda que previstas no contrato de subcontratação.

Cláusula 53. DA SUBCONCESSÃO

- 53.1. Fica vedada qualquer tipo de subconcessão em relação aos SERVIÇOS objeto do presente CONTRATO, assim entendida a transferência, total ou parcial, dos encargos da CONCESSIONÁRIA a terceiros, que passariam a assumir, diretamente, direitos e obrigações da CONCESSIONÁRIA, previstos neste CONTRATO.



CAPÍTULO XV. INTERVENÇÃO

Cláusula 54. INTERVENÇÃO

54.1. O PODER CONCEDENTE poderá, sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a qualquer tempo, intervir na CONCESSÃO nas hipóteses abaixo, mediante prévia e expressa justificativa, para assegurar a regularidade, a adequação e a continuidade da prestação de serviços concedidos e/ou o cumprimento pela CONCESSIONÁRIA das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes:

- I. Cessação ou interrupção, total ou parcial, dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO, por culpa da CONCESSIONÁRIA;
- II. Deficiências graves na organização da CONCESSIONÁRIA ou no normal desenvolvimento das atividades abrangidas pela CONCESSÃO;
- III. Situações que ponham em risco a prestação adequada dos SERVIÇOS, o erário público, a saúde e a segurança dos USUÁRIOS, de pessoas e de bens;
- IV. Inadequações, insuficiências ou deficiências graves e reiteradas das obras executadas e da prestação dos SERVIÇOS, caracterizadas pelo não atendimento reiterado dos parâmetros de desempenho previstos neste CONTRATO;
- V. Utilização da INFRAESTRUTURA referente à CONCESSÃO para fins ilícitos; e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

VI. Prática reincidente de infrações graves, nos termos deste CONTRATO.

54.2. Verificando-se qualquer situação que possa ensejar a decretação de intervenção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE deverá notificar a CONCESSIONÁRIA para, no prazo que lhe for fixado, sanar as irregularidades indicadas, sem prejuízo da aplicação das penalidades que se revelarem cabíveis.

54.3. Decorrido o prazo fixado sem que a CONCESSIONÁRIA sane as irregularidades ou tome providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, poderá ser decretada a intervenção, por ato motivado do Governador do Estado de São Paulo, devidamente publicado no DOE, indicando, no mínimo, os motivos da intervenção, a designação do interventor, o prazo e os limites da intervenção.

54.4. Decretada a intervenção na CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE, ou a qualquer outro órgão ou entidade da Administração Direta ou Indireta do Estado de São Paulo, assumirá, temporariamente, diretamente ou através de interventor nomeado no decreto de intervenção, a prestação dos serviços objetos do presente CONTRATO, bem como a posse dos bens da CONCESSIONÁRIA, dos contratos, direitos e obrigações relacionadas com o objeto do CONTRATO ou necessários à sua prestação.

54.4.1. A função do interventor poderá ser exercida por agente dos quadros do PODER CONCEDENTE ou da EMTU, ou, ainda, pessoa especificamente nomeada, colegiado ou empresas, assumindo, nestes últimos casos, a CONCESSIONÁRIA os custos da remuneração.

54.4.2. A intervenção implica, automaticamente, a transferência compulsória e temporária, para o interventor, da administração da CONCESSIONÁRIA.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 54.5. Decretada a intervenção, o PODER CONCEDENTE, no prazo de 30 (trinta) dias, instaurará procedimento administrativo, que deverá estar concluído no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, para comprovar as causas determinantes da intervenção e apurar as respectivas responsabilidades, assegurando à CONCESSIONÁRIA amplo direito de defesa.
- 54.5.1. Será declarada inválida a intervenção se ficar comprovado que não foram observados os pressupostos legais e regulamentares para sua decretação, devendo o SERVIÇO retornar imediatamente à CONCESSIONÁRIA.
- 54.6. Cessada a intervenção, o PODER CONCEDENTE deverá reconduzir a CONCESSIONÁRIA à prestação dos serviços objeto deste CONTRATO, retornando-lhe a posse dos bens cuja posse tenha sido assumida pelo interventor, e o exercício da posição contratual, direitos e obrigações inerentes a tal prestação, exceto se decretada a caducidade da CONCESSÃO.
- 54.7. Com a cessação da intervenção, deverá ser realizada prestação de contas pelo PODER CONCEDENTE, diretamente ou na pessoa de interventor nomeado para esse fim, que responderá pelos atos praticados durante a sua gestão. O PODER CONCEDENTE indenizará a CONCESSIONÁRIA por eventuais danos diretos que tenha causado durante o período da intervenção.
- 54.8. A CONCESSIONÁRIA obriga-se a disponibilizar instalações adequadas e meios operacionais para o interventor, incluindo recursos humanos e materiais, imediatamente após a decretação da intervenção.
- 54.9. As receitas realizadas durante o período da intervenção serão utilizadas para cobertura dos encargos resultantes do desenvolvimento das atividades correspondente ao objeto do CONTRATO, necessárias para restabelecer o normal funcionamento dos SERVIÇOS, pagamento dos



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

encargos com seguros e garantias, dos encargos decorrentes de financiamento e ressarcimento dos custos de administração.

54.9.1. Eventuais custos adicionais decorrentes da intervenção caberão à CONCESSIONÁRIA. Se o valor correspondente à REMUNERAÇÃO que seria devida à CONCESSIONÁRIA não for suficiente para cobrir as despesas necessárias à continuidade do serviço concedido, em regime de intervenção, o PODER CONCEDENTE poderá utilizar a GARANTIA DE EXECUÇÃO para obter os recursos faltantes. Caso a garantia não seja suficiente, a CONCESSIONÁRIA deverá ressarcir o PODER CONCEDENTE nos prazos por ele fixados.

54.9.2. Finda a intervenção, o eventual saldo remanescente decorrente da exploração da CONCESSÃO será entregue à CONCESSIONÁRIA, salvo se esta for extinta, situação em que se aplicarão as disposições específicas.



CAPÍTULO XVI. EXTINÇÃO DA CONCESSÃO

Cláusula 55. CASOS DE EXTINÇÃO

55.1. A CONCESSÃO extinguir-se-á por:

- (i) Advento do termo contratual;
- (ii) Encampação;
- (iii) Caducidade;
- (iv) Rescisão;
- (v) Anulação decorrente de vício ou irregularidade não convalidável constatada no procedimento ou no ato de sua outorga; e
- (vi) Falência ou extinção da CONCESSIONÁRIA.

55.2. Extinta a CONCESSÃO, haverá a assunção imediata dos SERVIÇOS pelo PODER CONCEDENTE, revertendo-se os equipamentos, instalações e outros bens, direitos e privilégios vinculados ao serviço concedido, incluindo aqueles transferidos à CONCESSIONÁRIA e os por ela adquiridos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, nos termos previstos neste CONTRATO.

55.3. No caso de extinção da CONCESSÃO, o PODER CONCEDENTE poderá, a depender do evento motivador da extinção do CONTRATO:

- (i) Assumir, direta ou indiretamente, a prestação do serviço concedido, no estado em que se encontrar;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e valer-se de pessoal empregado na prestação dos SERVIÇOS, necessários à sua continuidade;
- (iii) Aplicar as penalidades cabíveis;
- (iv) Reter e executar as garantias contratuais, para recebimento de multas administrativas e ressarcimento de prejuízos causados pela CONCESSIONÁRIA; e
- (v) Manter os contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA com terceiros pelo prazo e nas condições inicialmente ajustadas, respondendo os terceiros pelos prejuízos decorrentes do não cumprimento das obrigações assumidas.

Cláusula 56. ADVENTO DO TERMO CONTRATUAL

- 56.1. A CONCESSÃO extingue-se quando se verificar o termo do prazo de sua duração, de conformidade com a Cláusula 7, terminando, por consequência, as relações contratuais entre as PARTES, com exceção daquelas expressamente previstas neste CONTRATO.
- 56.2. Verificando-se o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA será inteira e exclusivamente responsável pelo encerramento de quaisquer contratos de que seja parte e que seja decorrente da operação dos SERVIÇOS objeto deste CONTRATO.
 - 56.2.1. O PODER CONCEDENTE e a EMTU não assumirão, salvo quando do exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 55.3, inciso (v), qualquer responsabilidade ou ônus quanto aos contratos firmados pela CONCESSIONÁRIA, não sendo devida nenhuma indenização à CONCESSIONÁRIA ou a terceiros pelo encerramento de tais relações contratuais.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

56.2.2. A CONCESSIONÁRIA deverá tomar as medidas necessárias à facilitação das tratativas entre o PODER CONCEDENTE e os terceiros por ela contratados visando a garantir a possibilidade de exercício da prerrogativa mencionada na Cláusula 55.3, inciso (v).

56.3. Antes da data do término de vigência contratual, o PODER CONCEDENTE estabelecerá, em conjunto com a CONCESSIONÁRIA, programa de desmobilização operacional, a fim de definir as regras e procedimentos para a assunção da operação pelo PODER CONCEDENTE, ou por terceiro autorizado, conforme Cláusula 21.

56.3.1. Constitui obrigação da CONCESSIONÁRIA cooperar com o PODER CONCEDENTE para que não haja qualquer interrupção na prestação dos SERVIÇOS, com o advento do termo contratual e consequente extinção deste CONTRATO, devendo, dentre outros, cooperar na capacitação de servidores do PODER CONCEDENTE, outro ente da Administração Pública que este indique ou de eventual novo concessionário, colaborando na transição da prestação dos SERVIÇOS e no que demais for necessário à continuidade dos SERVIÇOS.

56.4. Com o advento do termo contratual, a CONCESSIONÁRIA não fará jus a qualquer indenização relativa a investimentos em BENS INTEGRANTES da CONCESSÃO previstos originalmente neste CONTRATO, observada a disciplina e as ressalvas previstas na Cláusula 20 e na Cláusula 21.

Cláusula 57. ENCAMPAÇÃO

57.1. O PODER CONCEDENTE poderá, durante a vigência da CONCESSÃO, promover sua retomada, por motivo de interesse público devidamente justificado em processo administrativo precedido de lei autorizativa, garantindo-se o devido processo legal, após prévio pagamento à CONCESSIONÁRIA da indenização estabelecida neste CONTRATO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

57.2. A indenização devida à CONCESSIONÁRIA, em caso de encampação, nos termos do art. 36 da Lei Federal nº 8987/95, deverá ser paga previamente à encampação, e cobrirá, necessariamente:

- (i) As parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, sem a inclusão de qualquer valor a título de lucros cessantes; e
- (ii) Todos os encargos e ônus decorrentes de multas, rescisões e indenizações que se fizerem devidos, por decorrência da encampação, a fornecedores, contratados e terceiros em geral, em decorrência do rompimento dos vínculos contratuais.

57.3. As multas, indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização devida.

Cláusula 58. CADUCIDADE

58.1. A inexecução total ou parcial do CONTRATO, ou dos deveres impostos em lei ou regulamento acarretará, a critério do PODER CONCEDENTE, a decretação de caducidade da CONCESSÃO, que será precedida de competente processo administrativo, garantindo-se o devido processo legal, depois de esgotadas as possibilidades de solução previstas neste CONTRATO, sem prejuízo das aplicações das sanções contratuais.

58.2. A caducidade da CONCESSÃO poderá ser decretada, nos seguintes casos, além daqueles enumerados pela LEI FEDERAL DE CONCESSÕES, com suas alterações:



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (i) Execução dos SERVIÇOS de forma inadequada ou deficiente, com inobservância das normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade e dos níveis de serviços exigidos neste CONTRATO, nos ANEXOS, e nos demais instrumentos de gestão e controle aplicados pelo PODER CONCEDENTE e pela EMTU;
- (ii) Descumprimento de cláusulas contratuais ou disposições legais ou regulamentares concernentes à CONCESSÃO, que comprometam a sua continuidade ou a segurança de USUÁRIOS, empregados, ou terceiros;
- (iii) Ocorrência de desvio da CONCESSIONÁRIA de seu objeto social;
- (iv) Alteração do controle societário da CONCESSIONÁRIA, ou oneração de suas ações, sem a prévia e expressa aprovação do PODER CONCEDENTE;
- (v) Paralisação dos SERVIÇOS por ato da CONCESSIONÁRIA, ou caso esta contribua para tanto, ressalvados os casos de força maior;
- (vi) Ocorrência de reiterada oposição ao exercício da fiscalização, não acatamento das determinações do PODER CONCEDENTE ou da EMTU, ou ainda desobediência reiterada às normas de operação e às demais penalidades previstas neste CONTRATO e nos seus anexos;
- (vii) Perda ou comprometimento das condições econômico-financeiras, técnicas ou operacionais para manter os níveis de serviço adequados, em especial, o patrimônio líquido exigido para fins de habilitação na LICITAÇÃO;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (viii) Falta de cumprimento das penalidades impostas por infrações, nos prazos estabelecidos;
- (ix) Desatendimento à determinação do PODER CONCEDENTE ou da EMTU para atender aos níveis de serviços e/ou regularizar a prestação dos serviços concedidos;
- (x) Condenação da CONCESSIONÁRIA, por sentença transitada em julgado, por sonegação tributária, incluindo contribuições sociais;
- (xi) Descumprimento do dever de manter íntegra a GARANTIA DE EXECUÇÃO, ou não complementá-la até o valor estabelecido em tempo hábil, caso seja utilizada, por qualquer motivo;
- (xii) Descumprimento do dever de manter íntegros os seguros exigidos na Cláusula 48;
- (xiii) Transferência da CONCESSÃO a terceiros, salvo no caso do *step-in-rights*, conforme previsto em lei; e
- (xiv) Não atendimento da CONCESSIONÁRIA à intimação do PODER CONCEDENTE para, em 180 (cento e oitenta) dias, apresentar a documentação relativa à regularidade fiscal, na vigência do CONTRATO, na forma do art. 29 da LEI FEDERAL DE LICITAÇÕES.

58.3. A instauração do processo administrativo para decretação da caducidade será precedida de comunicação à CONCESSIONÁRIA, apontando, detalhadamente, os descumprimentos contratuais e a situação de



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

inadimplência, e concedendo-lhe prazo razoável para sanar as irregularidades apontadas.

- 58.4. Se a CONCESSIONÁRIA, no prazo que lhe for fixado pelo PODER CONCEDENTE, não corrigir as falhas e transgressões apontadas, ou deixar de tomar providências que, a critério do PODER CONCEDENTE, demonstrem o efetivo propósito de saná-las, será instaurado o competente processo administrativo para configurar a inadimplência da CONCESSIONÁRIA e a decretação da caducidade da CONCESSÃO, por ato do Governador do Estado de São Paulo.
- 58.5. A decretação da caducidade implicará na imissão imediata, pelo PODER CONCEDENTE, da posse de todos os bens e na responsabilidade da CONCESSIONÁRIA por toda e qualquer espécie de ônus, multas, penalidades, indenizações encargos ou compromissos com terceiros, notadamente em relação a obrigações de natureza trabalhista, tributária e previdenciária.
- 58.6. Declarada a caducidade não resultará para o PODER CONCEDENTE qualquer espécie de ônus ou responsabilidade em relação aos encargos, obrigações ou compromissos com terceiros ou com empregados da CONCESSIONÁRIA.
- 58.7. Declarada a caducidade da CONCESSÃO, poderá ser devida indenização à CONCESSIONÁRIA, das parcelas dos investimentos vinculados a BENS REVERSÍVEIS, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais, dos danos causados pela concessionária, bem como quaisquer valores recebidos pela CONCESSIONÁRIA a título de cobertura de seguros relacionados aos eventos ou circunstâncias que ensejam a declaração de caducidade.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

58.8. A caducidade da CONCESSÃO acarretará para a CONCESSIONÁRIA a retenção de seus eventuais créditos decorrentes do CONTRATO, cabendo ao PODER CONCEDENTE:

- (i) Assumir a execução do objeto do CONTRATO, no local e no estado em que se encontrar;
- (ii) Ocupar e utilizar os locais, instalações, equipamentos, materiais e recursos humanos empregados na execução do serviço, necessários à sua continuidade;
- (iii) Reter e executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO, para ressarcimento dos prejuízos sofridos pelo PODER CONCEDENTE;
- (iv) Reter eventuais créditos da CONCESSIONÁRIA decorrentes do CONTRATO, nos casos em que a GARANTIA DE EXECUÇÃO não se mostrar suficiente para ressarcir o PODER CONCEDENTE, e até o limite dos prejuízos causados ao PODER CONCEDENTE; e
- (v) Aplicar penalidades.

O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do serviço concedido, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.

58.9. A aplicação de penalidade, bem como a caducidade da CONCESSÃO, não eximem a CONCESSIONÁRIA do pagamento de indenização dos prejuízos que esta tenha causado ao PODER CONCEDENTE ou a terceiros, ainda que seus efeitos repercutam após a extinção da CONCESSÃO.



Cláusula 59. RESCISÃO

59.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, no caso de descumprimento pelo PODER CONCEDENTE de suas obrigações, mediante procedimento de arbitragem movido especialmente para esse fim.

59.1.1. Os serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA não poderão ser interrompidos ou paralisados até que o laudo arbitral, decretando a rescisão do CONTRATO, passe à condição de definitivo.

59.1.2. Quando o pedido de rescisão for formulado pela CONCESSIONÁRIA, cumpre ao PODER CONCEDENTE assumir a prestação dos SERVIÇOS objeto da CONCESSÃO, ou promover novo certame licitatório e adjudicar um vencedor, antes de rescindir o CONTRATO em vigência.

59.2. No caso de rescisão do CONTRATO por iniciativa da CONCESSIONÁRIA, a indenização eventualmente devida à CONCESSIONÁRIA será equivalente àquela exigível na hipótese de encampação, e será calculada nos termos da Cláusula 57.

59.2.1. As multas, as indenizações e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA ao PODER CONCEDENTE serão descontados da indenização prevista para o caso de rescisão do CONTRATO.

59.3. A rescisão poderá ser ainda amigável, por acordo entre as PARTES, desde que haja conveniência para o PODER CONCEDENTE.

Cláusula 60. FALÊNCIA E EXTINÇÃO DA CONCESSIONÁRIA

60.1. A CONCESSÃO será extinta caso a CONCESSIONÁRIA tenha sua falência decretada, por sentença transitada em julgado, ou no caso de recuperação judicial que prejudique a execução deste CONTRATO.



- 60.2. Decretada a falência, o PODER CONCEDENTE imitir-se-á na posse de todos os bens afetos à CONCESSÃO e assumirá imediatamente a execução do objeto do presente CONTRATO.
- 60.3. Na hipótese de extinção da CONCESSIONÁRIA ou de qualquer de seus acionistas por decretação de falência fraudulenta ou dissolução da CONCESSIONÁRIA por deliberação de seus acionistas, aplicar-se-ão as mesmas disposições referentes à caducidade da CONCESSÃO, com instauração do devido processo administrativo para apuração do efetivo prejuízo e determinação das sanções aplicáveis.
- 60.4. Não será realizada partilha do eventual acervo líquido da CONCESSIONÁRIA extinta, entre seus acionistas, antes dos pagamentos de todas as obrigações com o PODER CONCEDENTE e com terceiros, e sem a emissão do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO pelo PODER CONCEDENTE.

Cláusula 61. ANULAÇÃO DA CONCESSÃO

- 61.1. O CONTRATO poderá ser anulado em caso de ilegalidade não convalidável no processo licitatório, em sua formalização ou em cláusula essencial que comprometa a prestação dos SERVIÇOS, por meio do devido processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo o procedimento de anulação iniciado a partir da notificação emitida pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA.
- 61.2. Na hipótese de anulação da CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA será indenizada com o ressarcimento dos investimentos realizados e não amortizados, desde que não tenha concorrido para o vício que motivou a anulação, sendo vedado o pagamento de lucros cessantes.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

61.2.1. As multas e quaisquer outros valores devidos pela CONCESSIONÁRIA serão descontados da indenização prevista nesta Cláusula 61.2.

61.3. O PODER CONCEDENTE poderá promover nova licitação do objeto do CONTRATO, atribuindo ao futuro vencedor o ônus do pagamento da indenização diretamente aos FINANCIADORES, ou diretamente à CONCESSIONÁRIA, conforme o caso.



CAPÍTULO XVII. SANÇÕES E PENALIDADES

Cláusula 62. SANÇÕES E PENALIDADES

62.1. O não cumprimento de obrigações previstas neste CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ensejará, sem prejuízo das responsabilidades administrativa, civil e penal eventualmente cabíveis, na aplicação das seguintes penalidades contratuais, garantido o direito de defesa e produção probatória à CONCESSIONÁRIA, nos termos da Lei Estadual n.º 10.177/1998:

- (i) advertência;
- (ii) multa em razão das infrações classificadas como leves, médias, graves e gravíssimas, conforme definidas no ANEXO 45 deste CONTRATO, observados os seguintes valores:

CLASSIFICAÇÃO DAS INFRAÇÕES	PRIMEIRA OCORRÊNCIA	SEGUNDA OCORRÊNCIA NO PERÍODO DE DOZE MESES	DEMAIS OCORRÊNCIAS NO PERÍODO DE DOZE MESES
LEVES	ADVERTÊNCIA	MULTA DE 100 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA	MULTA DE 200 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA
MÉDIAS	MULTA DE 200 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA	MULTA DE 400 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA	MULTA DE 600 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA
GRAVES	MULTA DE 400 TARIFAS DA 1ª	MULTA DE 800 TARIFAS DA 1ª	MULTA DE 1200 TARIFAS DA 1ª



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

	FAIXA TARIFÁRIA	FAIXA TARIFÁRIA	FAIXA TARIFÁRIA
GRAVÍSSIMAS	MULTA DE 800 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA	MULTA DE 1600 TARIFAS DA 1ª FAIXA TARIFÁRIA	APLICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS PARA CADUCIDADE

- (iii) declaração de caducidade da CONCESSÃO;
- (iv) suspensão temporária do direito de licitar e/ou impedimento de contratar com a Administração Pública do ESTADO, por prazo não superior a 2 (dois) anos; ou
- (v) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição.

62.1.1. As infrações leves serão objeto de advertência escrita. No caso de reincidência no período de 12 meses, a CONCESSIONÁRIA será penalizada com multa de 100 (cem) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO, definida pelo PODER CONCEDENTE. Nas demais reincidências, dentro do mesmo período de 12 meses, cada nova multa será de 200 (duzentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO.

62.1.2. As infrações médias serão objeto de multa de 200 (duzentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO. No caso de reincidência no período de 12 meses, a CONCESSIONÁRIA será penalizada com multa de 400 (quatrocentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO, definida pelo PODER CONCEDENTE. Nas demais reincidências dentro do mesmo período de 12 meses da primeira multa, cada nova multa será de 600 (seiscentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO .

62.1.3. As infrações graves serão objeto de multa de 400 (quatrocentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO. No caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, a CONCESSIONÁRIA será penalizada com multa de 800 (oitocentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO, definida pelo PODER CONCEDENTE. Nas demais reincidências dentro do mesmo período de 12 (doze) meses da primeira multa, cada nova multa será de 1200 (um mil e duzentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO.

62.1.4. As infrações gravíssimas serão objeto de multa de 800 (oitocentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO. No caso de reincidência no período de 12 (doze) meses, a CONCESSIONÁRIA será penalizada com multa de 1600 (um mil e seiscentas) TARIFAS da primeira faixa da GRADE TARIFÁRIA DE REMUNERAÇÃO autorizada para as LINHAS DE ÔNIBUS COMUNS da respectiva ÁREA DE OPERAÇÃO, definida pelo PODER CONCEDENTE. Nas demais reincidências dentro do mesmo período de 12 (doze) meses da primeira multa, poderão ser adotados os procedimentos voltados à declaração da



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

caducidade do CONTRATO, sem prejuízo da manutenção da aplicação da multa.

62.2. A O PODER CONCEDENTE, ressalvada a hipótese prevista no parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro, aplicará à CONCESSIONÁRIA multa no valor de 0,1 % (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do CONTRATO, atualizado à época da infração, pela inexecução total do CONTRATO ou nas seguintes hipóteses:

- a) Não implantação, operação ou manutenção do Serviço de Arrecadação do Transporte Metropolitano do Estado de São Paulo - SATM; e
- b) Não implantação, operação ou manutenção do Sistema Automatizado de Controle de Oferta; e
- c) Não implantação, operação ou manutenção da Central de Controle Operacional – CCO; e
- d) Pelo descumprimento da exigência de integralização de capital constante da Cláusula 25.2 do CONTRATO.

62.2.1. Caso a CONCESSIONÁRIA não implemente os equipamentos constantes nas subcláusulas 62.2. alíneas "a", "b" ou "c", além da aplicação da multa estabelecida na subcláusula 62.2.1., poderá ser aberto processo administrativo de caducidade da CONCESSÃO, nos termos previstos na Cláusula 58.

62.3. A CONCESSIONÁRIA responderá pela multa no valor de 0,05% (zero vírgula zero cinco por cento) a 0,1% (zero vírgula um por cento) sobre o valor total do CONTRATO, atualizado à época da infração, pela inexecução parcial do CONTRATO, quando não houver cominação específica.

62.4. A aplicação de qualquer penalidade prevista neste CONTRATO não desobriga o infrator de sanar a falta que lhe deu origem.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 62.5. As penalidades previstas neste CONTRATO poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, dependendo da gravidade do ato, sem prejuízo da aplicação das penas cominadas para o mesmo fato pela legislação aplicável, nem de outras sanções previstas no Anexo 45 do CONTRATO.
- 62.6. Para além da aplicação das penalidades estabelecidas nesta Cláusula 62 e dos impactos gerados pelo fato à aferição dos QUADRO DE INDICADORES DE DESEMPENHO, quaisquer benefícios que a CONCESSIONÁRIA tenha auferido em razão da prática de ato tido como infração serão compensados com a REMUNERAÇÃO devida à CONCESSIONÁRIA, de modo a desestimular a prática de infrações contratuais e evitar o enriquecimento ilícito da CONCESSIONÁRIA.
- 62.7. A aplicação das multas contratuais não se confunde com a retenção do percentual de até 4% (quatro por cento) estabelecido na Cláusula 12.4.1 deste CONTRATO, pelo não atingimento dos indicadores da metodologia de avaliação de desempenho da CONCESSIONÁRIA, conforme Anexo 46 do CONTRATO.
- 62.8. As importâncias pecuniárias resultantes da aplicação das multas reverterão em favor do PODER CONCEDENTE, sendo descontadas diretamente dos valores eventualmente devidos pelo PODER CONCEDENTE à CONCESSIONÁRIA, preferencialmente através da CONTA DE ARRECADAÇÃO.
- 62.9. O não recolhimento de qualquer multa aplicada, quando impossível sua compensação com valores devidos pelo PODER CONCEDENTE, nos termos e prazo fixados pelo PODER CONCEDENTE, caracterizará falta grave, e poderá ensejar a intervenção na CONCESSIONÁRIA, além de implicar a incidência de correção monetária e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado *pro rata die*, podendo o PODER CONCEDENTE executar a GARANTIA DE EXECUÇÃO.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 62.10. As multas previstas serão aplicadas sem prejuízo da caracterização das hipóteses de intervenção ou declaração de caducidade, ambas previstas neste CONTRATO, ou, ainda, da aplicação de outras sanções previstas neste CONTRATO ou na legislação pertinente.
- 62.11. Verificada a má-fé dos administradores e/ou controladores da CONCESSIONÁRIA, estes serão igualmente punidos com a sanção de multa, observados os critérios estabelecidos nesta Cláusula 62.
- 62.12. Para as hipóteses elencadas nos incisos (iv) e (v) da Cláusula 62.1, a penalidade será aplicada tanto à SPE como ao(s) seu(s) acionista(s) controlador(es).
- 62.13. Na hipótese de descumprimento, pela CONCESSIONÁRIA, de qualquer de suas obrigações previstas neste CONTRATO, no EDITAL e em seus ANEXOS, na legislação e/ou regulamentação aplicáveis, ainda que não haja no Anexo 45 ou no CONTRATO tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, esta ficará sujeita à aplicação de penalidades, observado o procedimento previsto na Lei e garantida a proporcionalidade entre a infração e a correspondente sanção, mediante a observância dos seguintes critérios:
- (i) A natureza e a gravidade da infração;
 - (ii) O dano dela resultante ao PODER CONCEDENTE, aos USUÁRIOS ou ao nível de serviço prestado pela CONCESSIONÁRIA;
 - (iii) As vantagens auferidas pela CONCESSIONÁRIA em decorrência da infração cometida;
 - (iv) As circunstâncias atenuantes e agravantes; e



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (v) Os antecedentes da CONCESSIONÁRIA, inclusive eventual reincidência.

62.13.1. Considera-se reincidência a prática da mesma infração, pela CONCESSIONÁRIA, dentro do período de 12 (doze) meses.

Cláusula 63. DO PROCEDIMENTO

63.1. As penalidades aplicáveis no âmbito deste CONTRATO, seja em função do regramento estabelecido no ANEXO 45 ou da Cláusula 62, serão efetivadas mediante processo administrativo sancionador, que obedecerá o rito estabelecido na Lei Estadual n.º 10.177/1998, garantida a ampla defesa e o contraditório, nos termos e prazos legais.

63.1.1. As disposições previstas no Decreto Estadual n.º 24.675/1986 atinentes a penalidades e ao processo administrativo sancionatório não se aplicam ao presente CONTRATO.

63.2. A fiscalização dos serviços prestados pela CONCESSIONÁRIA será feita, preferencialmente, de forma eletrônica, diretamente pelo PODER CONCEDENTE, pela EMTU, por outro órgão ou entidade da Administração Pública Direta ou Indireta do ESTADO, ou por terceiros contratados para esta finalidade.

63.3. Constatado algum tipo de infração contratual no exercício da fiscalização, que importe em potencial aplicação de penalidades à CONCESSIONÁRIA, o responsável pela fiscalização deverá fazer um relatório de fiscalização, contendo:

- (i) descrição pormenorizada do(s) fato(s) constatado(s);
- (ii) indicação de eventual reincidência, constando a data da última ocorrência, se o caso;



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- (iii) enquadramento do fato constatado com os fatos geradores previstos no ANEXO 45 ou no CONTRATO;
- (iv) indicação da penalidade cabível; e
- (v) identificação do agente fiscalizador.

63.4. Caso não haja tipificação expressa da ação ou omissão praticada pela CONCESSIONÁRIA, o relatório de fiscalização deverá conter, além do conteúdo previsto no inciso (iii) da Cláusula 63.3, todas as informações listadas na Cláusula 62.13.

63.5. Finalizado o relatório de fiscalização, ele deverá ser encaminhado ao PODER CONCEDENTE, onde, após sua aprovação, deverá ser instaurado processo administrativo sancionador, seguindo-se o regular trâmite legal previsto no artigo 63 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.

63.5.1. Intimada mediante recibo, caberá à CONCESSIONÁRIA a apresentação de defesa no prazo previsto no artigo 63, inciso III, da Lei Estadual n.º 10.177/1998, instruindo-a com os elementos probatórios que julgar convenientes.

63.6. Na hipótese de eventual penalidade aplicada pelo PODER CONCEDENTE, poderá a CONCESSIONÁRIA recorrer apenas uma vez, diretamente à autoridade hierarquicamente superior, no âmbito da STM, à que prolatou a decisão, observado o prazo de 15 dias previsto no artigo 44 da Lei Estadual n.º 10.177/1998.



CAPÍTULO XVIII. INTERVENIENTES-ANUENTES

Cláusula 64. RESPONSABILIDADE

- 64.1. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, responderão, em conjunto ou isoladamente e de forma solidária, por todos os atos praticados pela SPE durante a execução deste CONTRATO, após a subrogação da posição contratual prevista na Cláusula 23, antes da total integralização do seu capital social, até o limite do valor da parcela faltante para integralização do capital inicialmente subscrito.
- 64.2. A ADJUDICATÁRIA da LICITAÇÃO, ou os consorciados que a compõem, conforme o caso, figurarão como interveniente(s)-anuenta(s) no CONTRATO após a subrogação de que trata a Cláusula 23, assumindo as responsabilidades previstas para os acionistas da CONCESSIONÁRIA, em especial as previstas no CAPÍTULO XVII.



CAPÍTULO XIX. MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Cláusula 65. DO MODO AMIGÁVEL DE SOLUÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS CONTRATUAIS

- 65.1. As PARTES deverão emendar os melhores esforços para resolver amigavelmente, utilizando-se do princípio da boa fé, por meio de negociação direta, qualquer divergência/conflito de interesse que venha a surgir em decorrência do presente CONTRATO.
- 65.2. Na ocorrência de divergências/conflito de interesse nos termos desta Cláusula 65, a PARTE interessada notificará por escrito a outra PARTE, apresentando todas as suas alegações acerca da divergência/conflito de interesse, devendo também ser acompanhada de uma sugestão para a solução e/ou elucidação da divergência/conflito de interesse.
- 65.2.1. Após o recebimento da notificação, a PARTE notificada terá um prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação, para responder se concorda com a solução proposta.
- 65.2.2. Caso a PARTE notificada concorde com a solução apresentada, as PARTES darão por encerrado a divergência/conflito de interesse e tomarão as medidas necessárias para implementar o que foi acordado.
- 65.2.3. Caso não concorde, a PARTE notificada, no mesmo prazo acima estipulado, deverá apresentar à PARTE interessada os motivos pelos quais discorda da solução apresentada, devendo, nessa hipótese, apresentar uma solução alternativa para o caso.
- 65.3. No caso de discordância da PARTE notificada, poderá ser constituída JUNTA TÉCNICA para a solução de eventuais divergências/conflito de interesse de natureza técnica, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a fim de debater e solucionar a divergência/conflito de interesse em causa.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 65.4. A convocação da JUNTA TÉCNICA é uma faculdade das PARTES. A JUNTA TÉCNICA somente será constituída mediante concordância prévia de ambas as PARTES.
- 65.5. A constituição da JUNTA TÉCNICA não é condição prévia necessária para encaminhamento de conflitos/divergências à Arbitragem ou ao Poder Judiciário.
- 65.6. A adoção dos procedimentos indicados na Cláusula 65.2, ou eventual discordância acerca do exercício da faculdade apontada na Cláusula 65.4, não exonera as PARTES de dar seguimento e cumprimento às suas obrigações contratuais, sendo dever das PARTES assegurar a continuidade da prestação dos serviços e o cumprimento de eventuais cronogramas de obras.
- 65.7. Se constituída, a JUNTA TÉCNICA será competente para emitir relatórios técnicos fundamentados sobre as questões que lhe forem submetidas pelo PODER CONCEDENTE ou pela CONCESSIONÁRIA, relativamente a divergência/conflito de interesse que venham a surgir quanto aos aspectos de natureza estritamente técnica.
- 65.7.1. Os membros da JUNTA TÉCNICA serão designados da seguinte forma:
- (i) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pelo PODER CONCEDENTE;
 - (ii) Um membro efetivo e o respectivo suplente, pela CONCESSIONÁRIA; e
 - (iii) Um membro efetivo, que será o presidente da JUNTA TÉCNICA, escolhido em comum acordo entre as PARTES,



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

devendo recair sobre profissional independente e de conhecimento reconhecido no assunto.

65.7.2. Cada uma das PARTES arcará com as despesas de seus representantes/membros e os honorários do presidente da JUNTA TÉCNICA serão divididos igualmente entre as PARTES.

65.8. Os membros da JUNTA TÉCNICA não poderão estar enquadrados em situações de impedimento e suspeição impostas aos juízes, previstas no Código de Processo Civil, bem como deverão proceder com imparcialidade, independência, competência e discrição.

65.9. Uma vez deliberada a constituição da JUNTA TÉCNICA, o procedimento para solução de divergências/conflito de interesse iniciar-se-á mediante a comunicação, pela PARTE que solicitar a instauração da JUNTA TÉCNICA, à outra PARTE, fornecendo cópia de todos os documentos relacionados ao objeto da divergência/conflito de interesse.

65.9.1. No prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação referida na Cláusula 65.9, ambas as PARTES apresentarão as suas alegações relativamente à questão formulada, encaminhando à JUNTA TÉCNICA cópia de todos os elementos pertinentes.

65.9.2. O relatório conclusivo da JUNTA TÉCNICA será emitido em um prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento, pela JUNTA TÉCNICA, das alegações apresentadas pela PARTE reclamada, se outro prazo não for estabelecido pelas PARTES de comum acordo, e aceito pela JUNTA TÉCNICA.

65.10. Os relatórios da JUNTA TÉCNICA serão considerados aprovados se contarem com o voto favorável de, pelo menos, 2 (dois) de seus membros, e apresentarem proposta de solução.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 65.10.1. Os relatórios técnicos exarados pela JUNTA TÉCNICA possuem natureza opinativa e constituirão referência para as atividades, métodos e procedimentos a serem empregados pelas PARTES para tentativa de solução das divergências/conflitos que forem submetidas à JUNTA TÉCNICA.
- 65.10.2. De todo modo, caso aceita pelas PARTES, a solução amigável proposta pela JUNTA TÉCNICA será considerada para o CONTRATO, por meio de termo circunstanciado, e valerá como instrumento do CONTRATO, ou outra forma que as PARTES decidirem.
- 65.10.3. Caso a divergência não seja resolvida pela JUNTA TÉCNICA, ou a solução proposta pela JUNTA TÉCNICA não seja aceita por qualquer uma das PARTES, a resolução da divergência/conflito de interesse poderá ser encaminhada para arbitragem.
- 65.11. A submissão de qualquer questão à JUNTA TÉCNICA não exonera as PARTES de dar integral cumprimento às suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.
- 65.11.1. Somente se admitirá a paralisação das obras/serviços, após a anuência do PODER CONCEDENTE, quando o objeto da divergência/conflito de interesse implicar riscos à segurança de pessoas e/ou do empreendimento.

Cláusula 66. ARBITRAGEM

- 66.1. As PARTES acordam que qualquer controvérsia sobre direitos disponíveis que não puder ser resolvida amigavelmente, nos termos da Cláusula 65, poderá ser submetida à Câmara de Arbitragem, regularmente constituída e atuante no Brasil, a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE em até 30



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

(trinta) dias contados da apresentação da controvérsia por qualquer das PARTES, via comunicação formal à outra PARTE.

66.1.1. A Câmara Arbitral a ser indicada pelo PODER CONCEDENTE deverá ser instituição de notório reconhecimento, preferencialmente com regulamento adaptado às arbitragens estatais, e que possuam profissionais com experiência na matéria em litígio.

66.1.2. O procedimento arbitral observará o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, bem como o disposto na Lei Federal n.º 9.307/1996 e subsequentes alterações, assim como com as disposições constantes deste CONTRATO. Caso o PODER CONCEDENTE não indique a Câmara de Arbitragem no prazo acima indicado, caberá à CONCESSIONÁRIA fazê-lo, em igual prazo.

66.2. O Tribunal Arbitral será composto de 03 (três) árbitros, sendo que a CONCESSIONÁRIA e o PODER CONCEDENTE poderão indicar 01 (um) árbitro cada, os quais, conjuntamente, indicarão o terceiro árbitro, que atuará como presidente do Tribunal Arbitral.

66.2.1. Os árbitros indicados pelas PARTES devem ser, cumulativamente, profissionais vinculados a instituições especializadas em arbitragem e possuir comprovada experiência na questão que será discutida no processo arbitral.

66.3. Caso os árbitros nomeados pelas PARTES não cheguem a uma decisão consensual sobre o nome do terceiro árbitro, este será nomeado de acordo com o Regulamento da Câmara de Arbitragem adotada, preferencialmente com base nos mesmos critérios indicados na cláusula 66.2.1, cabendo às PARTES tomar todas as medidas cabíveis para a implementação de tal nomeação.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

66.4. O Tribunal Arbitral será instalado na cidade de São Paulo, no ESTADO, podendo se reunir em qualquer localidade, conquanto notificadas as PARTES.

66.4.1. A arbitragem será realizada em língua portuguesa, de acordo com as leis de direito material do Brasil. O Tribunal Arbitral não poderá se valer de equidade em suas decisões relacionadas a este CONTRATO.

66.5. Os custos e as despesas com o procedimento arbitral serão assim divididos pelas PARTES:

- (i) caso as PARTES cheguem a um acordo, os custos e despesas serão igualmente divididos entre as PARTES, a não ser que o acordo estabeleça de forma diversa; e
- (ii) caso o Tribunal Arbitral decida a matéria controvertida, os custos e despesas serão suportados pela PARTE vencida. Para os propósitos desse CONTRATO, considera-se como PARTE vencida aquela contra a qual o laudo arbitral assegurar menos de 50% (cinquenta por cento) do valor em disputa.

66.5.1. Os honorários advocatícios e custos com assistentes técnicos pelas PARTES não serão considerados como custos e despesas da arbitragem passíveis de reembolso.

66.6. Caso uma das PARTES se recuse a tomar as providências cabíveis para que o procedimento arbitral tenha início, a PARTE que tiver requisitado a instauração da arbitragem poderá recorrer a uma das Varas da Comarca de São Paulo, no ESTADO, para obter as medidas judiciais cabíveis, com fundamento no artigo 7º, da Lei nº 9.307/96 e subsequentes alterações.



SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES METROPOLITANOS

- 66.7. A sentença será considerada como decisão final em relação à controvérsia entre as PARTES, irrecorrível e vinculante entre elas, ressalvados os recursos previstos em lei.
- 66.8. A instauração do procedimento arbitral não desonera as PARTES de cumprirem suas obrigações contratuais, incluindo as emitidas após a apresentação da questão, nem permite qualquer interrupção no desenvolvimento das atividades relacionadas com a CONCESSÃO.
- 66.9. Qualquer das PARTES poderá recorrer às Varas da Comarca de São Paulo, no ESTADO, para obter:
- (i) Medida cautelar porventura necessária antes da formação do Tribunal Arbitral; e
 - (ii) Promover a execução de medida cautelar, decisão liminar ou da sentença proferida pelo Tribunal Arbitral.

Cláusula 67. FORO

- 67.1. Será competente o Foro da Comarca de São Paulo, no ESTADO, para dirimir qualquer controvérsia sobre direitos manifestamente indisponíveis, não passíveis de sujeição à arbitragem, nos termos deste CONTRATO.



CAPÍTULO XX. DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Cláusula 68. CONTAGEM DE PRAZOS

- 68.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste CONTRATO, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência em dias úteis.
- 68.2. A contagem dos prazos iniciar-se-á no primeiro dia útil subsequente ao fato gerador da contagem do prazo.
- 68.3. Quando os prazos se encerrarem em finais de semana, feriados ou dias em que não houver expediente no GESP, o prazo será automaticamente postergado para o primeiro dia útil subsequente.

Cláusula 69. EXERCÍCIO DE DIREITOS

- 69.1. O não exercício, ou o exercício tardio ou parcial, de qualquer direito que assista a qualquer das PARTES por este CONTRATO, não importa na sua renúncia, nem impede o seu exercício posterior, nem constitui novação da respectiva obrigação.

Cláusula 70. INVALIDADE PARCIAL

- 70.1. Se qualquer das disposições deste CONTRATO for declarada nula ou inválida, essa declaração não afetará a validade das demais disposições contratuais, que se manterão em pleno vigor.